

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Prof. Dr. Jorge Nagle

Vice-Reitor

Prof. Dr. Paulo Milton Barbosa Landim

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA UNESP

CONSELHO CURADOR

Presidente: Prof. Dr. Jorge Nagle

Membros: Prof.^a Dr.^a Cecília Magaldi
Prof. Dr. Newton Castagnolli
Prof. Dr. Lauro Frederico Barbosa Silveira
Prof. Dr. Cristo Bladimiro Melios
Prof.^a Dr.^a Marileila Varella Garcia
Prof. Dr. Flavio Massone
Prof. Dr. Jürgen Langenbuch
Prof. Dr. Nelson Múrcia

DIRETORIA: Prof. Dr. Nilo Odalia, **Presidente**
Prof.^a Dr.^a Carminda da Cruz-Landim
Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira
Prof. Cláudio José de França e Silva

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

0313036736



ALFA
Revista de Lingüística

ISSN-0002-5216
ALFAD5

ALFA	São Paulo	v. 30/31	p. 1-128	1986/1987
------	-----------	----------	----------	-----------

SUMÁRIO/CONTENTS

CURSOS DE LETRAS: UM BALANÇO NO 10.º ANIVERSÁRIO DA UNESP

J. L. Fiorin 1

TENDÊNCIAS/TENDENCIES

Ensino do Português: a formação do professor

The teaching of Portuguese: the teacher's training

R. M. Pessôa 11

ARTIGOS ORIGINAIS/ORIGINAL ARTICLES

A frase portuguesa: uma visão lógico-semântica e sua estruturação sintática

The Portuguese sentence: a logic-semantic view and its syntatic structures

S. E. Ignácio 15

Um protótipo de Gramática Gerativa Portuguesa: a Gramática de Soares Barbosa

Un prototype de Grammaire Générative Portugaise: la Grammaire de Soares Barbosa

E. Lopes 37

Aspectos da composição nominal no Português Contemporâneo

Aspects of the nominal composition in contemporary Portuguese

I. M. Alves 55

Proposta de notação fonológica do Português do Brasil

Esquisse de notation phonologique du portugais du Brésil

R. E. Hoyos-Andrade 65

A configuração da palavra como condicionante fonológico em Mbía

Word configuration as a phonological conditioning factor in Mbía

M. Guedes 79

Millôr e a destruição da fábula	
Millôr and the destruction of the fable	
J. L. Fiorin	85
A tradução brasileira de <i>O Nome da Rosa</i> , de Umberto Eco	
The Brazilian translation of <i>The name of the Rose</i> by Umberto Eco	
E. A. Fonda	95
A sexta neméia de Píndaro	
Pindar's sixth nemean	
F. B. dos Santos	107
RESENHAS/REVIEWS	123
ÍNDICE DE ASSUNTOS	129
SUBJECT INDEX	131
ÍNDICE DE AUTORES/AUTHOR INDEX	133
ÍNDICE DE RESENHAS/REVIEWS INDEX	135

CURSOS DE LETRAS: UM BALANÇO NO 10.º ANIVERSÁRIO DA UNESP

José Luiz FIORIN *

“É hora de recomeçar tudo de novo,
sem ilusão e sem pressa,
mas com a teimosia do inseto
que busca caminho num terremoto.”

Drummond

A direção das revistas da Universidade solicitou que cada periódico publicasse, no número de 1986, um histórico de sua área de abrangência na UNESP. Não cremos, no entanto, que seja interessante fazer um rol dos docentes, sua titulação acadêmica, seu regime de trabalho, suas publicações, etc. Um anuário poderia encarregar-se dessa tarefa. Acreditamos que nossa revista deveria proceder a um balanço do ensino e da pesquisa na área de Letras em nossa Universidade, abrindo um debate sobre as atividades dessa área na UNESP. A nosso ver, essa é a função de uma revista científica. Dados estatísticos podem ser obtidos em qualquer publicação administrativa.

A UNESP possui três cursos de Letras em nível de graduação e sete programas de pós-graduação. Esses cursos estão localizados em Assis, Araraquara e São José do Rio Preto. Em nível de graduação, os três institutos ministram licenciatura em português e literaturas de língua portuguesa e uma língua clássica ou moderna e respectivas literaturas. As línguas em que o aluno pode licenciar-se são, além do português, o grego, o latim, o francês, o inglês, o alemão, o italiano e o espanhol. Com exceção do grego, que é ministrado apenas em Araraquara,

* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

e do espanhol, que é ensinado somente em São José do Rio Preto e Assis, as demais línguas e literaturas são oferecidas nos três institutos. Todos eles têm cursos diurno e noturno. Em São José do Rio Preto, oferece-se também um curso destinado à formação de tradutores. Os sete programas de pós-graduação estão distribuídos da seguinte forma: Linguística e Língua Portuguesa e Estudos Literários, em Araraquara; Filologia e Linguística Portuguesa, Teoria Literária e Literatura Comparada e Literaturas de Língua Portuguesa, em Assis; Literatura Brasileira e Teoria da Literatura, em São José do Rio Preto. Todos eles estão consolidados e têm excelentes conceitos na avaliação da CAPES. Atendem, principalmente, a professores universitários que atuam em escolas públicas e privadas do Paraná, do Mato Grosso do Sul e do interior do Estado de São Paulo.

Ao fazer um balanço de sua atuação nestes dez anos de UNESP, os cursos de Letras têm fundadas razões para se sentir orgulhosos. Ao longo de sua existência, que tem início nas décadas de 50 e 60, antes, portanto, da criação da UNESP, formaram centenas de professores, que hoje têm destacada atuação no magistério de 1.º e 2.º graus e no ensino superior, formaram mestres e doutores, contribuíram para a pesquisa na área de Letras. Esse sentimento de orgulho, no entanto, aparece mesclado com uma certa inquietação, com uma clara insatisfação, com um nítido descontentamento. Sentimos que é preciso rediscutir o curso de graduação, equacionar os problemas da pós-graduação, intervir, de forma orgânica e enérgica, no ensino de 1.º e 2.º graus, estabelecer projetos de pesquisa de longo alcance. Como fazer tudo isso, como dar conta de todas essas obrigações? Como repensar os cursos, se, ao se falar em reformulação de currículos e programas, aparecem interesses e pontos de vista conflitantes que devem ser levados em conta? Como conciliar as exigências aparentemente divergentes de intervir na realidade imediata e de fazer dos institutos centros de pesquisa reconhecidos no país e no exterior? Como orientar teses e dissertações, sem descuidar dos alunos de graduação que estão iniciando seus estudos? Tantas outras perguntas nos inquietam, tantas outras preocupações nos assaltam. Tudo isso angustia, desorienta, desalenta. É preciso pensar com vagar em cada um desses problemas.

O curso de graduação em Letras não pode ser pensado isoladamente, mas deve ser discutido a partir dos problemas que afetam todos os níveis de ensino no Brasil. É lugar comum hoje falar em decadência do ensino de 1.º e 2.º graus. Os jornais fazem grande estardalhaço, por ocasião dos vestibulares, mostrando "pérolas" extraídas das provas. É preciso examinar esse problema com profundidade.

Ao longo dos últimos quarenta anos, e particularmente nas décadas de 60 e 70, houve uma grande expansão da rede escolar em todo o território nacional, devido às exigências da política de modernização conservadora levada a efeito no país. Era preciso preparar a mão-de-obra necessária ao desenvolvimento econômico. Aumenta o número de escolas nas zonas centrais das cidades. Abrem-se

ginásios e colégios na periferia das grandes cidades e mesmo na zona rural. Essa expansão, embora represente um avanço real na democratização do acesso à educação, provoca inúmeras mudanças na escola. O aluno-padrão não é mais oriundo das classes média e alta urbanas, mas é o filho de trabalhadores dos setores industrial, agrícola ou de serviços que frequenta os cursos diurnos, e são os próprios trabalhadores que compõem a clientela dos cursos noturnos. Os tradicionais Ginásios do Estado e Institutos de Educação perdem a aura que os cercava. Com o acesso de todas as camadas da população à escola, a clientela escolar torna-se bastante heterogênea. Uma mesma turma congrega alunos provenientes de diferentes classes sociais, de diversas regiões do país, da cidade e do campo. No que tange especificamente ao ensino do português, irrompe na cena escolar o problema da variedade lingüística. Ao contrário dos alunos oriundos das camadas alta e média da população urbana, o contingente populacional que começa a ter acesso à escola não domina o falar das camadas cultas, transformado em norma pedagógica, porque descrito pelas gramáticas e consagrado pelas manifestações literárias. Além disso, esses alunos não têm nenhuma experiência anterior ao seu ingresso na escola com os produtos culturais valorizados pelas camadas cultas.

Diante desse quadro, torna-se ineficaz o ensino prescritivista que imperava nas escolas secundárias. Surge, então, uma outra pedagogia de ensino da língua: o “comunicou, tá bom”. Essa postura pedagógica confunde o respeito à variedade lingüística do aluno e a necessidade de partir, no ensino da língua materna, das estruturas lingüísticas que o aluno já internalizou, com uma atitude de não estímulo ao domínio crescente dos mecanismos lingüísticos. A escola não pode admitir o desrespeito ao aluno por causa da variedade lingüística que ele utiliza, mas deve estimulá-lo a tornar-se cada vez mais eficaz no manejo do idioma. Dizer que ensinar a chamada norma culta é uma violência que se comete contra as classes subalternas da população é uma posição teoricamente insustentável e politicamente conservadora. É teoricamente insustentável porque acredita numa pureza dos dominados, quando há muito sabemos que a ideologia dominante numa formação social é a da classe dominante. É politicamente conservadora porque pretende, numa sociedade de classes, vedar o acesso das camadas subalternas ao conjunto das produções culturais das chamadas elites, fazendo que a norma padrão se perpetue como instrumento de dominação. Não é sem motivo que Gramsci recomendava a todos os membros do Partido que aprendessem bem o italiano.

Paralelamente à mudança do perfil da clientela, deterioram-se as condições de trabalho e o salário dos professores: classes superlotadas com 50 ou 60 alunos; falta de material didático; redução dos horários dos turnos, porque aumenta seu número. As escolas não têm mais bibliotecas. O aviltamento salarial transforma o professor em máquina de dar aulas. Ele não se dedica mais ao preparo das

aulas, não mais estuda, não lê sequer jornal. Precisa desdobrar-se entre três ou quatro empregos.

O ensino de português e de línguas estrangeiras precisa levar em conta a realidade social das escolas, o que inclui a realidade lingüística. A partir dela, por meio de uma prática intensiva, precisa levar o aluno a dominar de maneira progressiva os mecanismos de construção do discurso e de leitura do texto. Essa realidade escolar vai determinar o perfil de professor que nela atuará e, por conseguinte, os currículos dos cursos de formação de professores.

No ensino superior ocorreu, a partir da década de 60, uma expansão semelhante à que se deu no ensino de 1.º e 2.º graus. A educação superior atrai capitais privados e empresas de ensino começam a proliferar por todos os cantos do país. As escolas particulares, com as raras exceções de algumas escolas confessionais, regem-se pela lógica que comanda os empreendimentos empresariais: a lógica do lucro. Para isso, deve-se minimizar os custos, o investimento deve ser o mais baixo possível e propiciar um rápido retorno. Aparecem, então, escolas sem a menor condição de funcionamento: com bibliotecas acanhadas, sem laboratórios, etc. Os professores são horistas e não têm tempo para dedicar-se ao aprimoramento profissional e à pesquisa. Tornam-se, assim, meros repetidores de conteúdos. Deixam de ser professores universitários, na verdadeira acepção da palavra, pois não contribuem em nada para o alargamento das fronteiras do saber.

Enquanto isso acontece no domínio da escola particular, no âmbito da escola pública ocorre um processo de centralização de decisões, que retira das unidades de ensino sua autonomia didática, financeira e administrativa. Essa burocratização conduz inevitavelmente a uma paralisação das experiências pedagógicas e torna-se um entrave à pesquisa científica.

A expansão desordenada do ensino superior provoca uma mudança no perfil da clientela tradicional da universidade. Apesar de o ensino superior continuar a ser um privilégio neste país, sua clientela hoje é mais heterogênea do que há vinte ou trinta anos, pois é composta de alunos oriundos de diferentes camadas sociais e com uma formação escolar muito diversificada. Por outro lado, os alunos chegam à universidade sem uma convivência prévia com os valores e as práticas que fazem parte do cotidiano de uma escola superior. Não têm hábito de leitura, não têm capacidade de estudo autônomo, têm dificuldade para expressar-se por escrito, não conseguem posicionar-se, de maneira crítica, diante dos acontecimentos. Sem pretender idealizar os cursos superiores ministrados até há algumas poucas décadas, pode-se dizer que hoje a universidade não vem cumprindo satisfatoriamente seu papel de formar profissionais de alto nível.

Não se pode, é claro, cair na lamentação conservadora de que os alunos não sabem nada, são incapazes, etc. São eles, antes de mais nada, vítimas de um sistema de ensino criado para atender às necessidades geradas por uma modernização conservadora do país. Não foram os alunos que se afastaram da leitura,

da reflexão, da palavra. Eles foram afastados delas. No entanto, não se pode ignorar os fatos aqui apontados, pois fingir que tudo vai bem é fazer o jogo do conservadorismo imperante na sociedade brasileira.

O sistema de ensino deve ser repensado de maneira global. As medidas para sua reformulação precisam ser amplas, corajosas e profundas. Vão desde investimentos em prédios e equipamentos, para que os alunos permaneçam na escola em tempo integral, até a melhoria das condições de trabalho do professor; desde uma reformulação de currículos e programas até o fortalecimento do ensino público e gratuito. A idéia que deve nortear um sistema democrático de ensino é que não pode haver dois tipos de educação: um de primeira classe, para formar a “elite”, e outro, de segunda, para as camadas subalternas da população. Um ex-Secretário da Educação do Estado de São Paulo dizia que pobre não precisa aprender português, matemática, história, etc., mas necessita aprender a trabalhar. Essa filosofia de ensino pressupõe que a educação destinada às camadas subalternas tem por escopo formar mão-de-obra barata.

Diante desse quadro sombrio, mas bastante conhecido de todos, é preciso pensar o que fazer em relação aos cursos de graduação em Letras da UNESP. Uma transformação radical da Universidade só virá no bojo de um processo de alteração das estruturas sociais. No entanto, não podemos esperar que essa transformação surja em decorrência da atuação de um “deus ex machina”. Precisamos intervir na realidade. Por isso, propomos que, com base na situação aqui apresentada, sejam repensados nossos cursos de Letras, para que eles se tornem mais eficazes do que são hoje. Para isso, apresentamos algumas idéias, que são apenas princípios muito gerais. Não temos a pretensão de que elas sejam a verdade, mas esperamos que sirvam para instaurar um debate sobre os objetivos e os conteúdos dos cursos de Letras.

Cada curso superior deve ter objetivos específicos, uma vez que não podem tratar de generalidades, vaguidades e banalidades. Isso não pressupõe, evidentemente, que o especialista não precise ter uma sólida “cultura geral”. O objetivo específico precípua é formar professores para atuar no ensino de língua materna, de línguas clássicas e de línguas estrangeiras modernas. Isso não significa que os cursos de Letras não tenham outros objetivos. Como, porém, em geral, os formados vão trabalhar no magistério de 1.º e 2.º graus, vamos centrar nossas reflexões sobre o que decorre do estabelecimento desse objetivo.

Como os alunos vêm para a universidade sem uma vivência anterior dos valores, atividades e produtos que são parte constitutiva do trabalho acadêmico, é necessário revitalizar a idéia de um ciclo básico. Não deve ele, porém, ser constituído de disciplinas gerais como Filosofia, Sociologia, Antropologia, etc., a pretexto de que os alunos precisam adquirir “cultura geral”. Somos contra um ciclo básico de caráter enciclopédico que acaba por não ter nenhuma validade, uma vez que, por falta de tempo disponível, esse tipo de curso ensina rudimentos de Filosofia, tinturas de Sociologia, vagas informações gerais de Antropologia e

assim por diante. Um ciclo básico dessa natureza cria um simulacro de “cultura geral”, proporciona conhecimentos de nível de almanaque. O ciclo básico deve integrar-se na estrutura específica do curso. Por isso, ele deve centrar-se na prática da produção e da leitura do texto, na introdução aos estudos lingüísticos e literários e na aquisição das estruturas lingüísticas fundamentais da língua clássica ou moderna em que o aluno pretende licenciarse. O currículo do primeiro ano deve ter um número menor de disciplinas, e cada disciplina um número maior de aulas, para que, concluindo-o, o aluno possa prosseguir, de forma adequada, seu curso superior.

Um segundo problema é o número excessivo de disciplinas que compõem o currículo pleno. Aqui tocamos num dos pontos mais polêmicos das discussões sobre a reformulação do currículo dos cursos de Letras da UNESP. Julgamos que deva ser eliminada do currículo a segunda língua estrangeira obrigatória. O curioso é que essa medida, que beneficiaria principalmente o ensino de línguas estrangeiras, encontra seu mais sério foco de resistência entre os professores dessas disciplinas. A queixa unânime desses professores é que os alunos chegam à faculdade sem saber sequer os rudimentos da língua em que pretendem licenciarse. Com isso, o ensino de línguas estrangeiras passa a ser, principalmente, um treino de estruturas que os alunos já deveriam dominar. Os professores queixam-se ainda que o tempo de que dispõem para formar um bom professor é muito exíguo. Ora, se eliminássemos uma das duas línguas estrangeiras obrigatórias, haveria mais tempo para a prática intensiva da língua em que o aluno vai diplomarse. Frequentemente se alega que um aluno precisa aprender duas línguas estrangeiras, porque isso tornará sua formação mais completa. Não, as pessoas não precisam aprender duas línguas, necessitam aprender dez, vinte, cinquenta. O problema é que, como não há tempo para isso, é preciso estabelecer prioridades. No caso de nossos cursos de Letras, em função da realidade educacional de nosso país, a prioridade não é fingir ensinar duas línguas ao aluno, mas formar um bom professor de uma língua.

O problema é que a retirada de uma das duas línguas obrigatórias do currículo poderia esvaziar certos cursos. Todos sabemos que o mercado de trabalho não pode ser o critério determinante da existência de cursos e de disciplinas no interior da universidade. Cabe, principalmente, à escola pública manter certas cadeiras que, embora não tendo grande procura em razão de determinações do mercado de trabalho, estudam acervos importantes do patrimônio cultural da humanidade. Embora, a nosso ver, não seja o número de alunos que deva presidir à manutenção de uma área de estudos e à contratação de pessoal para nela trabalhar, mas sim um projeto de pesquisa, cabe à universidade induzir, por uma série de mecanismos como, por exemplo, a fixação do número de vagas, a procura das línguas clássicas e modernas cujo estudo não encontra aplicabilidade imediata no mercado de trabalho. É preciso não esquecer que todos os alunos já se licenciam em português e que, portanto, ao dedicar-se ao estudo de outra

língua, não precisam necessariamente ter em vista um lugar no mercado de trabalho.

É preciso pensar cuidadosamente, considerando apenas os objetivos do curso e a realidade do educando, no papel que cada disciplina do currículo pleno exerce na formação do aluno. Muitas disciplinas são mantidas em nosso currículo pleno mais por força da tradição do que por exercer um papel significativo na formação do aluno. Pensemos, sem qualquer motivação subalterna e sem qualquer preconceito, num caso concreto: a Filologia Românica. É possível hoje ensinar Filologia Românica, em nível de graduação, para alunos que não conhecem latim nem qualquer idioma românico além do português? Será que o aluno não se limita a memorizar para a prova certas coisas, que em seguida serão esquecidas e que não terão, portanto, nenhum significado para sua formação? As diferentes disciplinas que compõem o currículo pleno devem concorrer harmoniosamente para a formação do profissional que o curso pretende habilitar. O nosso currículo precisa ter um número menor de disciplinas obrigatórias e uma carga maior de aulas e de trabalho em cada uma delas. O que se deseja não é que o aluno tenha um número muito grande de disciplinas e adquira noções superficiais de cada uma delas, mas que tenha uma sólida formação, que o habilite a ser um bom profissional.

Nosso currículo — e estamos entendendo aqui currículo como um conjunto de conteúdos e atividades que tem em mira determinados objetivos — é inorgânico, ou seja, falta-lhe um princípio unificador, o que faz que o aluno receba um conjunto enorme de informações não integradas num todo orgânico e coerente, que sirva de base para o aprofundamento de seus estudos e para um posicionamento crítico em relação às atividades docentes no 1.º e 2.º graus. O aluno sai da faculdade com informações fragmentárias, que não sabe operacionalizar e com que não consegue operar. É preciso repensar os conteúdos para que sejam orientados por um princípio unificador. Não estamos com isso querendo cercear a liberdade de cátedra ou fazer que todos os professores pensem da mesma forma. O princípio unificador que deveria reger o currículo seria o perfil do profissional que se deseja formar. Além disso, evitar-se-ia que o mesmo conteúdo fosse ministrado em diferentes disciplinas, enquanto outros não fossem sequer mencionados. Nesse sentido, pensamos que a Linguística e a Teoria da Literatura são disciplinas nucleares do curso (é bom notar que nuclear não quer dizer mais importante). Por isso, não devem estar desligadas de outras disciplinas. Ao contrário, o estudo das diferentes línguas e das diversas literaturas deve relacionar-se organicamente aos estudos dessas duas matérias, pois senão não ganham elas seu real significado no currículo.

O currículo pleno, na medida em que for enxugado, deve prever um espaço maior para disciplinas optativas, de forma que o aluno, tendo cursado os programas básicos e indispensáveis para a formação superior em Letras, possa comple-

tar essa formação de acordo com seus interesses específicos. É necessário, assim, oferecer muitas disciplinas optativas ao aluno, para que a opção seja opção e não obrigatoriedade. Disciplina optativa não é apenas de livre escolha da instituição, mas de livre escolha do aluno.

É urgente redefinir o significado das chamadas disciplinas pedagógicas no currículo. Não podem elas continuar a ser um apêndice do curso, mas devem integrar-se a ele. Uma disciplina que aborde conteúdos que têm uma implicação direta no trabalho docente são disciplinas pedagógicas. Assim, o estudo da variação lingüística e da maneira de abordá-la, das características das modalidades oral e escrita da linguagem, das bases lingüísticas dos métodos de alfabetização, etc. pode fazer parte daquilo que entendemos por componente pedagógico do currículo. Além disso, esse componente compreende uma análise da educação brasileira, prática de ensino, etc. O que não se pode admitir é que o currículo contenha disciplinas que não se integrem, de forma orgânica, numa proposta de formação do professor.

Tudo isso implica uma reformulação dos procedimentos didáticos e dos critérios de avaliação. Um curso de Letras não pode dar-se por satisfeito com uma escolaridade que inclui apenas o domínio precário de línguas estrangeiras ou de uma contrafacção de um discurso científico. O professor não pode sentir-se recompensado apenas com o fato de que o aluno lhe devolve dados memorizados. O aluno, por seu turno, não pode passar seu curso superior a ingurgitar dados indigestos e não assimiláveis, porque o “saber” assim acumulado não conduz à consciência de participação na vida social, para cuja transformação deve, em última instância, contribuir. Professores e alunos precisam acreditar no fato de que a realidade é transformada pelo trabalho lento e paciente. O curso de Letras não pode ter como linha mestra o que Paulo Freire chamou uma “concepção bancária de educação”, mas deve procurar compreender “inquieta, permanente e pacientemente” o papel e os mecanismos da linguagem, entendida como “prática social condensada”, que exerce um papel ativo na formação da consciência.

O segundo item a merecer nossos cuidados é a pós-graduação. Embora os programas de pós-graduação em Letras da UNESP estejam consolidados, tenham conceito A ou B na CAPES e tenham já formado mestres e doutores que estão exercendo sua atividade profissional em diversas faculdades públicas e privadas, enfrentam problemas que precisam ser sanados com urgência. O primeiro deles é que a universidade não assumiu integralmente seus programas de pós-graduação: a carga de trabalho referente a cursos e orientação de dissertações e teses não é computada para se estabelecer o número de docentes de uma área ou departamento, as verbas para contratar professores visitantes são ainda pequenas, etc. A Universidade tem no momento dois caminhos: ou assume plenamente seus cursos de pós-graduação ou os extingue. Se optar por mantê-los precisa partir para uma política de contratação de professores titulados que, por sua experiência na do-

cência e na pesquisa, possam reforçar e revigorar os núcleos de pesquisa da UNESP e elevar cada vez mais a qualidade de seus cursos de pós-graduação. Isso inclui a contratação de professores aposentados da própria UNESP ou de outras universidades, que se tenham destacado por suas pesquisas numa determinada área.

Embora seja necessário receber um número maior de professores visitantes vindos de outras universidades do país e do exterior, nossos cursos de pós-graduação não podem apoiar-se no trabalho desses professores, pois o problema crucial de um trabalho em nível de mestrado e de doutoramento não são os cursos, mas é a orientação de dissertações e teses. É preciso, pois, que contemos com um corpo significativo de orientadores, para que nossos programas de pós-graduação possam expandir-se e mesmo manter-se. Muitos dos atuais orientadores da área de Letras já completaram o tempo de serviço exigido para a aposentadoria voluntária ou estão em vias de fazê-lo. Por outro lado, a área de Letras tem um grande contingente de novos professores que levarão ainda alguns anos para completar sua formação acadêmica e para atingir a maturação intelectual que se exige de professores e orientadores da pós-graduação. Nossos programas não podem esperar.

Se a UNESP não assumiu integralmente seus cursos de pós-graduação, muitos professores também não o fizeram. Acreditam eles que ministrar um curso ou orientar uma dissertação ou uma tese seja um favor que prestam à Universidade e ao coordenador do curso. Trabalhar ou não na pós-graduação não depende da escolha pessoal de cada professor, mas é uma obrigação decorrente de seu estatuto funcional e acadêmico. É claro que nem todos os professores têm condições de trabalhar na pós-graduação, uma vez que não é somente o título de doutor que credencia o docente seja para ministrar cursos, seja para orientar trabalhos de grau. No entanto, os professores que forem escolhidos pelos conselhos de pós-graduação para exercer as atividades de professor ou orientador não podem, sob nenhum pretexto, furtar-se a essa obrigação.

A UNESP deve aproveitar sua peculiaridade de estar localizada por todo o interior do Estado de São Paulo e abrir cursos de pós-graduação *lato sensu*, destinados ao aperfeiçoamento e à especialização de professores. Poderiam assumir esse encargo os professores portadores de título de mestre. Cursos de aperfeiçoamento e de especialização poderiam ser uma forma eficaz de participar do esforço de melhoria da qualidade do ensino de 1.º e 2.º graus.

Deve ainda merecer uma acurada reflexão o problema da pesquisa. Para que os Institutos de Letras da UNESP possam tornar-se centros de pesquisa cada vez mais reconhecidos no país e mesmo no exterior, precisam, de um lado, aumentar significativamente o número de publicações e, de outro, estabelecer projetos relevantes de pesquisa. Embora seja muito difícil dizer o que é ou não relevante em matéria de pesquisa, pensamos que projeto relevante é aquele que

supre determinadas carências como, por exemplo, uma grande gramática do português feita com base nas conquistas e nos avanços da ciência da linguagem. Esses projetos, dada sua magnitude, precisam ser coletivos, resultando o produto final, de acordo com a natureza do projeto, quer do trabalho conjunto de uma série de pesquisadores, quer da reunião de trabalhos individuais. Esses projetos coletivos não podem nem matar as iniciativas individuais nem sufocar a criatividade de cada pesquisador. É difícil conciliar tudo isso. É preciso, entretanto, ao menos tentar.

Bernard Shaw disse certa vez: “Você vê as coisas que existem e pergunta: Por quê? Eu sonho com coisas que nunca existiram e pergunto: Por que não?” O professor e o pesquisador estão a cavaleiro de duas dimensões: a da realidade e a do sonho. Devem observar a realidade e interrogar-se sobre o porquê das coisas. Mas devem também sonhar com o que nunca existiu e procurar transformar o sonho em realidade. Quando fazemos um balanço dos cursos de Letras na UNESP não queremos apontar defeitos, mas conclamar todos a transformar sonhos em realidade, a fazer que o ideal de uma universidade voltada para os interesses da maioria da população brasileira se torne real. Abdicar da dimensão do sonho e da luta para que ele se torne realidade é renunciar à condição de professor e de pesquisador.

As Letras ainda têm um papel muito importante em nossa sociedade, pois, embora não ajudem a aumentar o produto interno bruto nem a resolver problemas dramáticos de moradia ou de alimentação, auxiliam a tornar o homem mais humano. Já dizia Cícero: “Hoc enim uno praestamus vel maxime feris, quod colloquimur inter nos et quod exprimere dicendo sensa possumus” (De Oratore, I, VIII). Auxiliam a tornar o homem mais humano na medida em que contribuem para que, por meio de sua atividade lingüística, ele se conheça melhor. O verdadeiro objeto das Letras é, então, estudar, por meio da linguagem, o homem em sua dimensão psicológica e social. Não é essa uma tarefa menor, embora hoje esteja desprestigiada. Não se pode, porém, cumprir essa tarefa em pesquisas e cursos burocratizados. A mesma inquietação que pulsa nas produções lingüísticas dos homens precisa pulsar em nossos cursos de Letras.

TENDÊNCIAS/TENDENCIES

ENSINO DO PORTUGUÊS: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Regina Maria PESSÔA *

RESUMO: O objetivo principal deste artigo é discutir a formação do professor de Língua Portuguesa. Argumentaremos que nossos cursos de Letras preocupam-se mais em formar pesquisadores, candidatos a cursos de Pós-Graduação, do que professores. Trabalha-se muito pouco com Lingüística Aplicada. É necessário repensar esta questão. Ao lado do imprescindível referencial teórico, é preciso instrumentalizar os futuros professores para que sejam capazes de aplicar os conhecimentos adquiridos durante e depois da graduação.

UNITERMOS: Formação do professor; Lingüística Aplicada; operacionalização de conteúdos.

Uma das questões mais polêmicas sobre esse tema — ensino do Português — é aquela que pergunta: por que o ensino não se tem mostrado eficiente? Não é de hoje que ouvimos reclamações de todos os lados de que os alunos de 1.º, 2.º e mesmo de 3.º grau não sabem escrever. Com relação ao 3.º grau já se tornou quase praxe, após a reintrodução da prova de Redação nos vestibulares, a publicação de artigos em jornais falando sobre “a crise do idioma”. Se levarmos em conta que os sujeitos desse processo educacional são falantes nativos, veremos que a questão do ensino de Língua Portuguesa adquire alguns contornos peculiares.

Quando uma criança vai para a escola, em geral por volta dos 7 anos, ela já é um falante competente, em maior ou menor grau. Em outras palavras, não é no momento em que a criança entra na escola que ela “aprende” Português, e este é um dado que o professor não pode perder de vista. A função da escola

* Departamento de Educação — Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — UNESP — 15055 — São José do Rio Preto — SP.

em relação a este aluno é introduzi-lo no mundo da escrita, tornando-o apto a ler e a escrever, ao mesmo tempo em que deve apresentar a ele as diferentes modalidades de uso da língua. Uma vez que a Língua Portuguesa não é um sistema tão homogêneo quanto pode parecer à primeira vista, o aluno deve ter condições de empregar diferentes registros, conforme a situação.

Examinando de perto o ensino de Língua Portuguesa em nossas escolas, constatamos que existe um divórcio entre os textos de orientação curricular, ou seja, as propostas, subsídios, guias, etc., colocados à disposição do professor pelos órgãos públicos da Educação, e a prática de sala de aula.

Um dos aspectos enfatizados nesses textos, por exemplo, é o da importância do trabalho com a linguagem oral, cujo tratamento tem representado uma decisiva contribuição da Lingüística ao ensino de línguas. Diversos textos salientam a importância do desenvolvimento desta modalidade, apontando para a necessidade da criação de situações de *interação* em sala de aula: entre professor e aluno e entre os próprios alunos é fundamental o diálogo, a convivência, a troca de experiências. É apenas na medida em que o aluno tem condições de constituir-se locutor e, mais ainda, de constituir os outros como interlocutores, que a linguagem pode desenvolver-se como atividade social que é.

Mas o que acontece na prática? Em geral, o professor de Língua Portuguesa tem, ainda, uma excessiva preocupação com o escrever. Parece que ensinar Língua Portuguesa é, exclusivamente, levar o aluno a um domínio satisfatório, em termos de leitura e de produção escrita, do que se convencionou chamar “língua padrão”.

Trabalhando com estagiários de Prática de Ensino de Língua Portuguesa junto a professores da rede oficial de ensino, pudemos verificar que há, na realidade, dois tipos de ensino de Português: o que aparece proposto no planejamento e o que é efetivamente ministrado em sala de aula. Considerando apenas o tópico mencionado anteriormente — o desenvolvimento da linguagem oral —, as justificativas para a não-realização das atividades propostas são variadas:

a) É impossível executar um trabalho eficiente com classes superlotadas. A intenção de desenvolver atividades de linguagem oral esbarra no número excessivo de alunos: criar situações de interação entre 35, 40 alunos leva à desordem, à indisciplina. O professor perde o domínio da classe, o que acarreta reclamações de todos, desde colegas, até à direção da escola.

b) O trabalho com linguagem oral não “aparece”, no sentido de que não fica registrado no caderno do aluno. Uma vez mais ocorre a excessiva valorização da escrita. Parece que o professor eficiente é aquele que faz com que o aluno encha folhas e folhas de seu caderno diariamente: isto revela trabalho produtivo, aproveitamento eficaz do tempo despendido na escola. Alguns professores chegam a dizer que se dessem menos tarefas escritas e gastassem parte do tempo com

atividades de linguagem oral, os próprios pais reclamariam, achando que o professor estaria “matando aula”.

Muitas outras justificativas poderiam ser arroladas, mas a questão fundamental que se esconde por trás disto é, a nosso ver, a de que o próprio professor não está convencido da necessidade e da importância desse tipo de trabalho. Em termos mais graves: o professor, que durante a graduação recebeu uma considerável bateria de informações teóricas, não é capaz de aplicá-las na sua prática docente.

Ninguém discute o fato de que o professor de Língua Portuguesa necessita de um embasamento teórico que lhe permita ter uma concepção sobre a linguagem e sobre a maneira pela qual ele deve trabalhar os conteúdos previstos para sua disciplina. Só assim ele poderá ser atuante, no sentido de não se tornar um mero seguidor de propostas dos outros, ou pior, um escravo do livro didático. Aliás, todo comportamento do professor — e não apenas do professor de Língua Portuguesa — deveria ser conseqüência de uma tomada de posição, diríamos até de uma decisão política, em termos de interpretação da realidade (já há tempos o mestre Paulo Freire nos chamava a atenção para o fato de que *toda* pedagogia é política).

Todos sabemos, entretanto, como é feita a formação do professor nos cursos de Letras. É este um assunto muito amplo e complexo para que possamos discuti-lo em profundidade no espaço que nos cabe. Comentaremos apenas um aspecto, mais estreitamente relacionado com as considerações que vimos desenvolvendo.

Não existe em nossos cursos de Letras, salvo poucas exceções, a preocupação de direcionar estudos específicos relacionados aos campos de conhecimento imprescindíveis ao desempenho da função de professor. O licenciado em Letras, após um mínimo de 3 anos de estudo de Língua Portuguesa e 2 de Lingüística, não sai preparado, em termos de conteúdo específico, para atuar no 1.º e 2.º graus. Tivemos oportunidade de trabalhar em outras instituições de ensino superior, inclusive fora do Estado de São Paulo, e verificamos que em nenhum momento do desenvolvimento do curso aparece a preocupação com os conteúdos de língua materna que o licenciado irá operacionalizar ao ministrar aulas no 1.º e 2.º graus, perdendo-se de vista assim a terminalidade da licenciatura.

Geralmente este enfoque fica a cargo do professor de Prática de Ensino. Como é possível, porém, que dentro da reduzida carga horária que em geral se destina a esta disciplina, o professor trate de metodologia de ensino de um conteúdo que os licenciados não dominam? Como discutir comportamentos didáticos estreitamente relacionados a uma nova concepção de linguagem com alunos que recebem apenas informações de *teorias* lingüísticas? Diz-se para os alunos que a Lingüística é uma disciplina importantíssima para o futuro professor de Língua Portuguesa. Em que momento, no entanto, se faz a passagem da teoria para a aplicação? Retomando o tópico que vimos discutindo, em que momento se discute

com o aluno o porquê da necessidade do trabalho com a linguagem oral, as razões pelas quais este trabalho deve sempre preceder qualquer atividade de linguagem escrita? Na verdade, em nossos cursos de Letras, trabalha-se muito pouco com Lingüística Aplicada.

Podemos, a esta altura, retomar a questão inicial deste artigo: por que o ensino de Português não se tem mostrado eficiente? Uma das respostas possíveis é esta: porque, apesar de todas as pesquisas feitas, este ensino não tem sido reformulado *na prática*. Constatam-se falhas e continua-se a trabalhar, como se elas não existissem. O que acontece, por exemplo, nas famigeradas “aulas de redação” (quando existem)? Coloca-se um tema na lousa — em geral, os mesmos temas se repetem ano após ano — e manda-se que o aluno escreva um número *x* de linhas. Ele não é preparado para executar esta tarefa, pela qual é imediatamente avaliado. Perguntamos: avalia-se o quê? Onde está o *processo* ensino-aprendizagem?

Os comentários sobre “a crise do idioma” decorrem, em geral, da leitura de textos produzidos pelos alunos. E é este um dos aspectos do ensino do Português que mais tem sido estudado nos últimos anos — basta ver a bibliografia já existente sobre o assunto. Ocorre, porém, que a circulação de tal bibliografia fica restrita ao meio universitário. É claro que alguma coisa chega ao professor em exercício no 1.º e 2.º graus, principalmente através de cursos de reciclagem. Mas tudo indica que o processo pára aí e não chega à sala de aula.

É necessário repensar com urgência a questão da formação do professor. Ao lado do imprescindível referencial teórico, os cursos de Letras precisam instrumentalizar seus alunos para que eles consigam transpor os limites entre teoria e prática e sejam capazes de aplicar os conhecimentos adquiridos, não só durante a graduação, mas também mediante leituras que, espera-se, eles se sintam motivados a realizar, visando a um permanente aprimoramento de seu desempenho.

PESSOA, R.M. — The teaching of Portuguese: the teacher's training. *Alfa*, São Paulo, 30/31:11-14, 1986/1987.

ABSTRACT: The main purpose of this paper is to discuss the training of the teacher of Portuguese Language. Our contention is that our courses of Letters are more concerned with the training of researches and prospective graduate students than with the training of teachers. Very little is being done in the realm of Applied Linguistics, which is a matter for reconsideration. Besides the indispensable theoretical apparatus, it is necessary to equip the teachers in training in order to enable them to apply the knowledge acquired in their undergraduate courses and after them.

KEY-WORDS: Teacher's training; Applied Linguistics; content operationalization.

A FRASE PORTUGUESA: UMA VISÃO LÓGICO-SEMÂNTICA E SUA ESTRUTURAÇÃO SINTÁTICA

Sebastião Expedito IGNÁCIO *

RESUMO: Considerando-se que a representação lingüística do universo em que vivemos se baseia na existência de OBJETOS e PROCESSOS, sendo que através desses PROCESSOS se atribuem qualidades, ações, estados, etc. aos OBJETOS, procurou-se, neste artigo, conceituar a FRASE como sendo a unidade dessa representação. E considerando-se o VERBO como centro estruturador da FRASE, procurou-se demonstrar que esta se realiza na base de um SUJEITO e um PREDICADO, cujos PARTICIPANTES obrigatórios se distribuem em níveis hierarquizados.

UNITERMOS: Frase; sujeito; predicado; objetos; processos; previsibilidade; participantes; actantes; circunstantes; complemento verbal; adjuntos; hierarquia.

1. PRELIMINARES

As oposições feitas pela gramática descritiva ou gramática *científica* à chamada gramática *mentalista* ou *nocional* não deixam de cometer certas injustiças e parecer até, por vezes, paradoxais, na medida em que consideram a lógica e as tentativas de relacionar a linguagem com o pensamento como algo perturbador da análise lingüística. Pretender uma análise que leve em conta exclusivamente o plano da expressão é ignorar a relevância maior para a explicação dos fenômenos lingüísticos, que são as relações entre a linguagem e o pensamento. É evidente que o ponto de partida há de ser a língua e não o pensamento, pois é na manifestação verbal que se detectará o sistema palpável, coerente e passível de análise. Mas, aceitando-se como verdade indiscutível que a linguagem seja a *manifestação do pensamento*, não há como negar as suas inter-relações quando se

* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

pretende explicar, convenientemente, a razão de ser das estruturas lingüísticas. O que se configuraria anticientífico, considerando-se o estado atual das ciências que procuram explicar os fenômenos mentais, seria tomar como ponto de partida o pensamento, considerado *lógico*, para a justificação de todos os fatos da língua. Todavia há determinadas relações tão evidentes que não podem ser ignoradas.

Naturalmente, as maiores críticas e restrições que se fizeram à gramática *mentalista* se deveram antes às conceituações e definições generalizadas das partes do discurso e das funções sintáticas — com base na lógica aristotélica e não nas relações morfossintáticas — do que ao fato de se pretender relacionar linguagem e pensamento. A lingüística não poderia desprezar, em qualquer análise que pretendesse descrever a língua de maneira coerente, um dos componentes básicos, possivelmente o que devesse ser o ponto de partida, que é o componente semântico. Este constitui exatamente o elo entre o ainda indizível fenômeno mental que elabora a linguagem e o plano palpável da expressão. Por isso mesmo os estudos lingüísticos mais recentes passaram a privilegiar a semântica.

Do que se disse até aqui não se deve concluir que se esteja sugerindo uma volta à gramática filosófica do século XVII, o que seria tão absurdo quanto desprezá-la simplesmente, mas se deve entender como uma tentativa de chamar a atenção para certos fatos, colocados, às vezes, até fora da gramática, como se não pertencessem à organização da estrutura da língua, e que, na realidade, devem constituir o ponto de partida para a descrição de determinadas estruturas. São os fenômenos que se podem denominar *lógico-semânticos* e que estarão sempre ligados à significação das formas lingüísticas num plano um pouco mais além dos traços semânticos superficiais, detectáveis pela simples inspeção do termo em face de sua estrutura morfossintática. Dessa forma, só aparentemente a análise que aqui se fará poderá sugerir um “esforço por evidenciar as relações da língua com a razão e a lógica” (10, p. 135), conforme são acusados os *mentalistas*, pois a preocupação aqui é a de mostrar as relações evidentes entre o *sentido* e a estrutura sintática.

2. A FRASE

Seria enfadonho e inútil reproduzir aqui todas as discussões que se têm feito em torno do assunto e as tentativas para se defender a terminologia (Frase ou Oração?). Far-se-á, pois, um resumo das linhas centrais que orientam a conceituação de FRASE como *unidade do discurso*, para que se firme uma posição.

Ao valer-se dos elementos componentes da língua com a intenção de estabelecer a comunicação, o indivíduo estará produzindo o *discurso*. O discurso é, portanto, a *atualização* da língua “num momento dado, por um indivíduo, quer

como FALA (discurso oral), quer como ESCRITA (discurso escrito)". Mas o discurso não se constitui de uma série contínua e infinita de elementos. Ele se segmenta em unidades significativas delimitadas por certas marcas características. Na medida em que tais unidades se identificam, do ponto de vista da sua função, com a função do discurso — expressar o pensamento através da língua —, elas se caracterizam como FRASES. Conforme assinala Gardiner, na enunciação da frase se desenvolve um "pequeno drama" envolvendo quatro personagens: *falante, ouvinte, assunto e situação*. Segundo o propósito do falante se centre nele mesmo, no ouvinte ou no assunto, no interior da situação da fala, a FRASE será exclamativa, requisitiva, assertiva, etc. (9). Essa *intenção* do falante, ou o seu *propósito definido*, por sua vez, imprimirá à enunciação uma linha melódica ou *intonação* característica. Estas duas marcas — *propósito definido* e *intonação* — vão distinguir a FRASE de outra unidade, também significativa, que é o *vocábulo* ou *palavra*, e conferir-lhe o estatuto de verdadeira unidade do discurso, porque com ele se identifica nas características que definem o processo da comunicação; e dele se destaca pela limitação segmental demarcada pela linha melódica.

Dessa forma, não será a FRASE necessariamente constituída de uma "reunião de palavras". Um único vocábulo se erigirá em FRASE desde que adquira os valores acima. Saliente-se, então, que um vocábulo terá o estatuto de FRASE no momento em que traduza uma situação real de discurso, em que expresse um pensamento sobre determinado assunto. Assim os vocábulos "morte" e "socorro", por exemplo, se erigirão em FRASES, se ditos com determinada intonação, em determinadas situações:

a) em que alguém peça a pena máxima a um criminoso diante de uma corte: "Morte!";

b) em que alguém peça auxílio numa situação de perigo: "Socorro!"

Também constituirão FRASES as partículas afirmativas e negativas (SIM, NÃO) em situações reais de respostas.

Por outro lado, não terá a FRASE, necessariamente, uma estrutura lingüística padronizada, nem se constituirá obrigatoriamente apenas de elementos lingüísticos. A ela podem-se integrar elementos extralingüísticos como a mímica e certos sons inarticulados como o muxoxo, o riso, os suspiros, etc., desde que tenham um papel significativo. Daí Mattoso Câmara (6, p. 164-6) referir-se a FRASE DO DISCURSO e FRASE DA LÍNGUA (ou ORAÇÃO), entendendo-se por esta última a que se constitui exclusivamente de elementos lingüísticos.

Delineia-se, aí, uma das possíveis distinções entre FRASE e ORAÇÃO, mas cuja discussão se nos afigura um tanto inútil, mesmo porque parece residir no plano da expressão e não no plano do conteúdo. A ORAÇÃO seria a frase formalmente mais complexa, tendo em vista a explicitação de elementos lingüísticos e a sua estruturação sintática definida. Francisco da Silva Borba, ao definir a

ORAÇÃO, segundo a corrente da Sintaxe Psicológica, assinala as seguintes características “mais evidentes”:

“1 — Intenção de agir sobre o ouvinte. Por isso tem um propósito claro e definido.

2 — Curva específica de intonação, independente da curva melódica individual dos elementos componentes. Daí entender-se a oração como atualização dos elementos disponíveis para o falante (a língua).

3 — Conexão entre os elementos componentes. Daí entender-se que a oração tem uma organização especial: tem uma forma interna e uma externa. A forma interna diz respeito às conexões entre as significações gramaticais, e a externa, às acomodações mórficas que expressam tais conexões.” (3, p. 27-8.)

Como se vê, as duas primeiras características coincidem com a definição de FRASE, no sentido amplo, proposta por Mattoso Câmara, sendo que a terceira característica especifica um tipo de FRASE, mais elaborada, que sugere uma estrutura definida do ponto de vista formal, e que virá caracterizar a ORAÇÃO ou FRASE DA LÍNGUA, segundo Mattoso.

Foi, naturalmente, desse ponto de vista que a Nomenclatura Gramatical Brasileira definiu ORAÇÃO como sendo organizada essencialmente por um SUJEITO e um PREDICADO, entendendo-se por PREDICADO a declaração que se faz a respeito do SUJEITO, construída sempre com uma forma verbal finita. Mas esse princípio levou as nossas gramáticas escolares a restringirem o conceito de ORAÇÃO, que não mais se identifica, necessariamente, com a FRASE. É que, entendida como uma estrutura definida — SUJEITO + PREDICADO —, a ORAÇÃO tanto poderá erigir-se em FRASE, quando “encerra um pensamento completo”, como pode ser apenas um “membro de frase”. Para Rocha Lima, “oração é a frase — ou membro de frase — que se biparte normalmente em *sujeito* e *predicado*”. (12, p. 205.) Celso Cunha diz que “a frase pode conter uma ou mais orações. São termos essenciais da oração o sujeito e o predicado” (8, p. 86-7).

Assim entendido, as chamadas *orações subordinadas* são “membros de frase”, só estabelecendo a unidade frasal no conjunto ORAÇÃO PRINCIPAL + ORAÇÃO SUBORDINADA. Em “Pensei que você viesse”, por exemplo, tem-se, pois, duas ORAÇÕES e uma única FRASE.

Não se pretende entrar, aqui, em maiores discussões sobre o assunto, mas se tentará justificar a opção pelo termo FRASE para definir as unidades com que se trabalhará, admitindo-se, de certa forma, os princípios da N.G.B. e a conceituação de ORAÇÃO de acordo com as nossas gramáticas escolares.

É preciso, todavia, adiantar-se que as unidades com que aqui se trabalhará se identificarão com o que Mattoso Câmara chama FRASE DA LÍNGUA, e que se limitarão às FRASES VERBAIS (em oposição às chamadas FRASES NOMINAIS).

Dois problemas, no entanto, se destacam como de capital importância na fundamentação deste trabalho. O primeiro diz respeito à identificação prática das unidades frasais, ou seja, da utilização de um critério lingüístico, eminentemente funcional, na identificação da FRASE. Isso porque, embora se tenha decidido pela aceitação da *frase como unidade do discurso*, concebendo como suas características fundamentais o *propósito definido e a intonação*, sente-se a necessidade de alguma coisa a mais que, aliada a esses conceitos, defina mais precisamente a FRASE. O segundo problema se refere à organização mínima da FRASE, ou seja, determinar quais os elementos necessários e suficientes para que se tenha aquela unidade do discurso.

O primeiro problema tentar-se-á resolver desde já; quanto ao segundo, a solução será proposta quando se passar à discussão sobre o VERBO, primeira entidade a ser levada em conta na organização da frase verbal.

A fim de resolver a primeira questão, recorrer-se-á ao método distribucional, aproveitando a definição de FRASE proposta por Bloomfield como sendo “uma forma lingüística independente, que não se inclui numa forma lingüística maior, em virtude de uma construção gramatical qualquer” (4, p. 170). Os exemplos dados por Bloomfield, como sendo de três frases distintas, são os seguintes: “How are you? It’s a fine day. Are you going to play tennis this afternoon?” (“Como vai você? Está um belo dia. Você vai jogar tênis esta tarde?”). O seu argumento de que o enunciado acima é formado por três frases se baseia no fato de que qualquer que seja a conexão prática que possa haver entre as três formas, não haverá arranjo gramatical capaz de uni-las numa forma mais ampla. John Lyons, comentando a definição de Bloomfield, resume-a dizendo que “a frase é a maior unidade de descrição gramatical”. Ainda é Lyons quem afirma:

“Uma frase é uma unidade gramatical entre cujas partes constituintes podemos estabelecer as dependências e as limitações distribucionais, mas que não pode por si mesma ser colocada em nenhuma classe distribucional. Isto equivale a dizer que a noção de distribuição — que se baseia na possibilidade de comutação — simplesmente não se aplica às frases.” (13, p. 180.)

Aplicando, pois, esse princípio ao exemplo proposto acima — “Pensei que você viesse” —, comprova-se a existência de uma única FRASE constituída de duas ORAÇÕES, entendidas estas como uma seqüência passível de constituir uma das partes da FRASE, visto que, neste caso, podem comutar-se com outro segmento gramatical. Assim:

- (1) Pensei que você viesse
 que pudesse sair
 que ia chover
 na sua vinda
 etc.

Igualmente, a Oração Principal “Pensei” poder-se-ia comutar com qualquer outra estrutura oracional que admitisse como *complemento* as estruturas seguintes. Entretanto, a unidade “Pensei que você viesse” não poderia ser colocada em nenhuma classe distribucional, pois não se prevê uma unidade que com ela comute.

Assim sendo, o princípio da distribuição será um meio prático e eficiente para a identificação da FRASE do ponto de vista funcional. Por isso, daqui por diante, ao se empregar o termo FRASE estar-se-á referindo a uma entidade cujas características lógico-semânticas e funcionais permitem considerá-la como unidade do discurso e que se realiza sempre à base de um verbo.*

3. O VERBO

Sendo a FRASE a unidade do discurso, segue-se que é ela uma unidade de *comunicação*. E, como tal — salvo o risco de se cair em círculo vicioso —, dir-se-á que ela se constitui na representação lingüística de uma realidade, sob uma forma *descritiva*. Essa *descrição* consiste, por sua vez, em *dizer algo sobre alguma coisa*. Dessa forma se justificaria a afirmação de que uma FRASE deve expressar um “pensamento completo”, na medida em que ela é capaz, por si mesma, de “dizer algo sobre alguma coisa”. Ora, “dizer algo sobre alguma coisa” subentende uma PREDICAÇÃO, onde o “que se diz” constitui o PREDICADO e essa “alguma coisa” (o ponto de referência) constitui o SUJEITO.

Tomando aqui os termos SUJEITO e PREDICADO nesse sentido já consagrado pela gramática tradicional, eles não serão discutidos ainda. Discutir-se-á de imediato o elemento que constitui o *centro estruturador* da FRASE e que, conseqüentemente, há de ser o elemento *orientador* na determinação dos constituintes necessários e suficientes da estrutura frasal. Esse elemento é o VERBO,** cuja função se tentará definir em seguida.

Não têm sido poucas as críticas feitas ao critério de natureza eminentemente lógico, ou semântico, com que a gramática tradicional define as partes do discurso. Interessa aqui, evidentemente, a definição do VERBO. Tradicionalmente, tem-se procurado definir o VERBO sempre em oposição ao NOME. Conforme assinala Benveniste, “as definições propostas se reduzem em geral a uma das duas

* Ficam, pois, descartadas as chamadas FRASES NOMINAIS.

** Entenda-se por VERBO o elemento lingüístico com características morfossintáticas definidas, como se verá adiante, e que se constitui no centro estruturador da FRASE.

que seguem: o verbo indica um processo; o nome, um objeto; ou ainda: o verbo implica tempo; o nome não implica” (2, p. 164). Não seria necessário muito esforço para se demonstrar a precariedade dessas definições, no caso específico do português. Senão vejamos:

a) considerando-se que o termo “processo”, no sentido em que se empregou aqui, inclui a noção de “ação” e, quem sabe, a de “fenômeno”, constata-se que não será o fato de indicar um “processo” que irá definir o VERBO, uma vez que tal fato não se constitui numa exclusividade dessa classe. Basta lembrar os vocábulos “briga”, “corrida”, “viagem” etc. (indicadores de ações); “chuva”, “trovoada”, “ventania”, etc. (indicadores de fenômenos), todos incluídos na classe dos NOMES;

b) quanto a “implicar tempo”, também os ADVÉRBIOS implicam: “antes”, “depois”, “agora”, etc. Citem-se, ainda, certas formas de natureza adverbial que, assumindo as funções próprias do NOME, também indicam tempo, como os vocábulos “hoje”, “amanhã”, etc., em frases como “hoje é feriado”, “amanhã será outro dia”, etc.

Talvez fosse menos criticável um critério híbrido (semântico + morfológico) pelo qual se definisse o VERBO como sendo a única categoria em que o tempo se indica pela flexão. E foi provavelmente com a intenção de serem mais abrangentes na caracterização do VERBO que alguns de nossos gramáticos se valeram desse critério morfossemântico, como fez Said Ali, por exemplo:

“VERBO é a palavra que denota ação ou estado e possui terminações variáveis com que se distingue a pessoa do discurso e o respectivo número (singular ou plural), o tempo (atual, vindouro, ou passado) e o modo da ação ou estado (real, possível, etc.)” (1, p. 68).

A definição acima apresenta a vantagem de enfatizar o aspecto morfológico que é, realmente, o que com maior precisão caracteriza o VERBO em português, em oposição às demais classes gramaticais. Dessa forma, a estrutura mórfica, que assim se pode esquematizar: T(R + VT) + SF(SMT + SNP) (7, p. 64), onde T = tema; R = radical; VT = vogal temática; SF = sufixo flexional; SMT = sufixo modo-temporal e SNP = sufixo número pessoal, é exclusiva do VERBO.

Mas apesar da eficiência de uma definição que se baseie nas características flexionais do verbo em português, como marcadoras de *modo*, *tempo*, *número* e *pessoa*, é preciso defini-lo de outro ponto de vista, em face do objetivo deste trabalho.

Voltemos, pois, ao conceito de FRASE como unidade do discurso, e reflitamos sobre os seus elementos.

Uma entidade qualquer se caracteriza como *unidade*, em relação a um todo, na medida em que, como parte mínima, apresenta as mesmas propriedades do

todo. Os átomos de hidrogênio e oxigênio, por exemplo, não podem ser considerados como *unidades* da substância água, uma vez que, isolados, possuem características diversas e propriedades até opostas às propriedades da água. Enquanto um é altamente explosivo e o outro é combustível, a água é extintora de incêndio, e assim por diante. Já a combinação daqueles dois elementos, em proporções adequadas, constituirá uma *unidade* que se configura na *molécula* de água (H₂O) — a menor partícula que conserva as propriedades características da substância. Ao se considerar, pois, a FRASE como unidade do discurso, segue-se que ela deve, evidentemente, apresentar as mesmas características, não apenas do *discurso* mas da *língua*, como uma espécie particular de linguagem. A FRASE será, então, “a molécula da linguagem”.

A característica fundamental da linguagem é a *representatividade simbólica* da realidade. Sendo uma representação mental, portanto construída à base de abstrações, a estrutura e funcionamento da língua não podem ser identificados em termos absolutos com a estrutura e funcionamento da realidade que a língua representa (o universo biofísico onde vivemos). No entanto, para compreender o símbolo é necessário compreender o objeto que ele simboliza. Tentemos, pois, visualizar, ainda que superficialmente, a estrutura básica da *realidade* representada pelo sistema lingüístico e estabelecer algumas relações entre as duas estruturas — a da língua e a do universo que ela representa.

Para facilidade de raciocínio e simplificação terminológica, diga-se, com a Lógica, que o universo, simbolizado pela linguagem, seja construído em torno de duas grandes entidades: OBJETOS e PROCESSOS. Entenda-se por OBJETOS tudo aquilo “que se apresenta à percepção com um caráter fixo e estável” (11, s/v). Assim os *seres*, ou *utensílios* (vulgarmente chamados *coisas* ou *objetos*), enfim tudo o que tenha uma *existência discreta*. Por PROCESSOS, entendam-se as *ações*, próprias dos seres animados; os *eventos* ou *acontecimentos*, a que estão sujeitos todos os seres e coisas; os *fenômenos* naturais, como uma dinamização do próprio *objeto*; os *estados*, que, provisoriamente, serão chamados *etapas* ou *resultados de um processo*.

Dir-se-á que o *funcionamento* ou a *dinâmica* do universo se realiza mediante relações de causalidade entre os OBJETOS e os PROCESSOS. Interessa, aqui, verificar como o sistema lingüístico *representa* (*descreve*) tais relações. Está claro que não se pretende abordar o assunto exaustivamente, mas tão-somente dentro dos estreitos limites das unidades com as quais se trabalhará.

Lembre-se, ainda, que a linguagem não se restringe à *representação* do universo biofísico, externo, mas se presta também à *exteriorização psíquica*, ou à *expressão* dos nossos sentimentos e estados de alma. Presta-se, ainda, à atuação persuasiva com que cada um de nós tenta agir sobre os semelhantes. Isso para citar apenas as três funções básicas sublinhadas por Karl Bühler: *representativa*, *expressiva* e *apelativa* (5, p. 51-2). Mas, de qualquer forma, qualquer que seja

a *função* da linguagem, haverá sempre algo de comum que caracterizará a unidade com que aqui se trabalhará.

Retomando a afirmação feita acima de que *há sempre uma relação necessária entre OBJETOS e PROCESSOS*, pode-se adiantar uma definição para o VERBO como sendo o elemento responsável pela *representação* (ou *descrição*) lingüística dessa relação. Esta definição se aproxima de Benveniste quando diz que a função verbal é dupla: função *coesiva* e função *assertiva*. A primeira consiste em “organizar numa estrutura completa os elementos do enunciado”; a segunda consiste em “dotar o enunciado de um predicado de realidade” (2, p. 166). Sob este ponto de vista é que fica reforçada a afirmação de que o verbo é o elemento fundamental para a descrição — *coerente*, do ponto de vista gramatical, e *verdadeira*, do ponto de vista *lógico* — das relações entre OBJETOS e PROCESSOS. Dessa forma há de ser o VERBO, e não outro elemento, que orientará a identificação das chamadas *funções sintáticas*, como SUJEITO e COMPLEMENTO verbal, bem como as diversas funções da FRASE como unidade do discurso.

Lembrando que a FRASE, como vem sendo aqui conceituada, constitui uma unidade *representativa* (*descritiva*) de uma *realidade*, é lícito que se tente relacionar os seus elementos com os elementos da realidade que representam. É por isso que se tentará definir o VERBO sob um outro ponto de vista além daquele que o vê como apenas “o elemento que indica processo”. Já se mostrou que tal função não constitui uma exclusividade do VERBO, mas, mesmo assim, poder-se-ia argumentar que, se certos NOMES passam a indicar processos, é porque adquirem propriedades verbais. E aí ter-se-ia de recorrer às propriedades morfossintáticas a fim de caracterizar o VERBO. É preciso, pois, estabelecer algumas relações entre a *realidade* e os elementos lingüísticos que a representam através da FRASE. Como ilustração, imaginem-se dois OBJETOS: “um ser humano do sexo masculino” e “um animal selvagem e feroz”:

a) a língua dispõe de unidades léxicas capazes de simbolizar tais OBJETOS como “homem” e “fera”, respectivamente;

b) a fim de estabelecer (representar) uma relação *dinâmica* entre tais OBJETOS, isto é, fazer referência a um PROCESSO que relacione “homem” e “fera”, é que a língua se valerá de um VERBO. Digamos que seja o PROCESSO em que o primeiro “tire a vida do segundo”, e aí a língua dispõe, por exemplo, do verbo “matar”;

c) ter-se-ia, então, a estrutura “homem matar fera”, que não basta para o estabelecimento de uma *idéia definida*. São necessárias algumas transformações, como a inserção de elementos determinantes dos NOMES, por exemplo, os artigos (“o”, “a”). Mas o que irá dar a característica de *atualização* à descrição lingüística será a referência ao *tempo* e ao *modo* da realização do PROCESSO. Tais elementos nos serão dados através da *flexão* da forma verbal. Aí, sim, ter-se-á uma unidade lingüística *coerente* e *definida* quanto a sua função, como, por exemplo:

(2) O homem *matou* a fera.

Note-se que o VERBO não estabelece apenas uma relação de natureza lógico-semântica, mas sobretudo sintática. Por acaso, em português, a *ordem* dos elementos na frase pode indicar as funções de *agente* e de *paciente*, como no caso acima. Mas ela não é decisiva. Numa frase como:

(3) O homem mataram as feras,

a concordância em número do VERBO com o termo “as feras” leva a analisar este termo como o *agente* da ação verbal. Daí se pode concluir que o VERBO é elemento decisivo na organização gramatical ou *coesão* da FRASE.

Resumindo as idéias até aqui desenvolvidas, já se pode definir o VERBO em face de seu papel estruturador e coesivo. A descrição lingüística da realidade só se viabiliza quando se estabelecem relações coerentes entre os OBJETOS. Tais relações, por sua vez, só se realizam nas descrições dos PROCESSOS, que são *representados* pelos VERBOS. Daí definir-se o VERBO pelas suas funções na produção do discurso:

1.º Sendo o VERBO o elemento necessário à viabilização da descrição lingüística da realidade, então a sua primeira função é a de ser o *centro estruturador da FRASE*.

2.º Estruturar uma FRASE implica, além do estabelecimento das relações semânticas e morfossintáticas entre os OBJETOS, a localização no *tempo*. Daí ser o VERBO, ao mesmo tempo, elemento de *asserção*, porque afirma um dado da realidade, e de *coesão*.

3.1 O VERBO como centro propulsor do mecanismo do discurso

Conforme se vem tentando demonstrar, parece fora de dúvida o fato de que o VERBO seja o responsável pela *dinâmica* da língua. Se abstrairmos da língua o VERBO, ela se tornará um sistema inerte de símbolos, perdendo, conseqüentemente, a sua propriedade básica que é a de permitir a *interlocução* — condição para que se estabeleça a *comunicação* no seu sentido real. O fato de que, em determinadas situações, a comunicação lingüística se estabelece tão-somente com o emprego de NOMES e *expressões nominais*, sem a necessidade de VERBOS, em português é, no mínimo, ilusório. Em FRASES como:

(4) Fogo!

(5) Silêncio!

(6) Ponto de ônibus.

estará sempre implícita a existência de um VERBO, que permitirá ao ouvinte (ou leitor) *decifrar* essas FRASES. Dessa forma elas serão necessariamente *traduzidas* (decodificadas) com base numa forma verbal:

(7) *Está havendo/pegando fogo.*

(8) *Faça silêncio!*

(9) *Aqui pára/daqui parte o ônibus.*

Assim sendo, só será possível a comunicação através de formas *não-verbais*, isto é, *nominais, se houver implícita uma expressão verbal que as traduza*. Em suma, constitui o VERBO o elemento fundamental da comunicação lingüística, uma vez que é ele o elemento responsável, não só pela *coesão sintática*, como se viu, mas sobretudo pela inteligência, pela *intelecção* do discurso.

Em sendo o VERBO o elemento central, responsável pela *intelecção* e pela *coesão* da FRASE, pressupõe-se que ele deva carrear na sua *significação* os elementos *representativos* da dinâmica e da coerência das relações entre os OBJETOS e o universo biofísico em que se localizam. Assim ele deverá traduzir, por um lado, as relações possíveis entre o homem e o mundo que o cerca, assim como todos os fenômenos que envolvem a pessoa humana como ser pensante — tanto no que diz respeito aos sentimentos experimentados quanto às realizações de intercâmbio social. Por outro lado, o VERBO deverá dar conta de todos os fenômenos verificados no universo, ainda que se realizem sem a interferência do homem. Dir-se-á, então, que o VERBO expressa um *fato* ou um *fenômeno* que envolve a *participação* dos OBJETOS num determinado *tempo* no *espaço* limitado pelo universo onde tais elementos se localizam. Ou, como já foi dito, promove a realização lingüística das relações entre OBJETOS e PROCESSOS.

4. OS PARTICIPANTES DA ESTRUTURA FRASAL

Gardiner (9), ao definir a frase como unidade do discurso, referiu-se a um pequeno “drama” que se estabelece na sua realização, cujos participantes obrigatórios são FALANTE, OUVINTE, ASSUNTO e SITUAÇÃO. Como o interesse aqui estará voltado para o *verbo* como centro da frase e, conseqüentemente, como um nexos de relações entre os participantes do discurso, a preocupação estará centrada nos PARTICIPANTES que estejam diretamente relacionados com ele, do ponto de vista estritamente lingüístico, ressaltando-se que se não de levar em conta os aspectos semânticos e morfossintáticos. Assim sendo, os PARTICIPANTES que interessam a esta pesquisa não têm de coincidir, necessariamente, com aqueles apontados por Gardiner. Interessam os que o verbo, em sua significação, *preveja* como obrigatórios. Sobre essa *previsão* se falará mais adiante.

Que sirvam de ponto de partida os seguintes conjuntos de frases:

a)

(10) O homem fala.

(11) Os pássaros voam.

(12) O éter evapora-se.

- (13) A árvore caiu.
- b)
- (14) Jumilice amassou as cédulas.
 (15) O Oceano Atlântico banha o Brasil.
 (16) Eu sentia fome.
 (17) Paulo não tem amigos.
 (18) Aparício acredita em oração.
 (19) Não gosto de lagoa!
- c)
- (20) O campeão concede autógrafos a seus fãs.
 (21) Dei um presente a meu pai.
 (22) Dedico-lhe esta obra.
 (23) Recebi cartas de minha mãe.
- d)
- (24) Fomos à cidade.
 (25) Germana está junto de mim.
 (26) Serrote Preto fica em terras das Alagoas.
- e)
- (27) José é bom.
 (28) A Capital do Brasil é Brasília.
 (29) Pedro está doente.
 (30) Adalgisa ficou pálida.
- f)
- (31) Eu acho que a coisa está mal.
 (32) O teu sucesso depende de que ajas com inteligência.
 (33) Nada impede seres o primeiro da classe.
- g)
- (34) Não importa que me odeies.
 (35) Não convém andares nua pela cidade.

Levando-se em conta apenas a estrutura sintática e o número de PARTICIPANTES, não considerando, portanto, as possibilidades de variações de natureza semântica nas relações entre o verbo e os demais elementos, tem-se acima as diversas possibilidades de realização da frase. Descarta-se, ainda, a voz passiva, por constituir um caso de *transformação*.

Observando as frases do grupo *a*, constata-se que a significação dos verbos “falar”, “voar”, “evaporar-se” e “cair” se *integraliza* apenas com a presença do

SUJEITO, isto é, a significação* desses verbos não *prevê* nenhum outro elemento, além do SUJEITO, necessário à sua integralização. Isso quer dizer que nenhuma pergunta seria provocada, necessária e obrigatoriamente, por aqueles verbos, a não ser: *Quem* fala? *Quem* voa? *O que* se evapora? *Quem* ou *o que* caiu? As respostas dadas a tais perguntas conterão o elemento que *preencherá*, que *totalizará* a significação de cada verbo, ou seja: “O homem”, “Os pássaros”, “O éter”, “A árvore”. Na prática essas perguntas deverão conter um elemento enfático, a fim de se evitar a ambigüidade, que é o segmento “é que”. Assim, *Quem é que* fala? *Quem é que* voa? etc. Sobre isso se voltará a falar.

Observando agora as frases do grupo *b*, vamos constatar o seguinte: os verbos “amassar”, “banhar”, “sentir”, “ter”, “acreditar” e “gostar” não teriam a sua significação *integralizada* apenas com o SUJEITO. Além das perguntas “Quem é que?” ou “Que é que?”, feitas “à esquerda” desses verbos, eles vão provocar uma pergunta acerca de um elemento que, “à sua direita”, *integralizará* a sua significação. Essa pergunta, suscitada pela significação do verbo e que se fará “à sua direita”, será “O quê?” ou “Quem?”, precedidos de uma preposição caso o verbo a exija. V.g., “acredita *em* quê?”, “gosta *de* quê?”. Dessa maneira, as perguntas suscitadas, por exemplo, pelo verbo “amassar” seriam: “*Quem é que* amassou *o* quê?” Assim se conclui que os verbos do grupo *b* não se integralizam, quanto à significação, apenas com a explicitação do SUJEITO. Dir-se-á, então, que, enquanto os verbos do grupo *a* possuem apenas *um* PARTICIPANTE, os do grupo *b* possuem *dois*.

Pode-se, pois, numa primeira definição, adiantar que PARTICIPANTES são *elementos necessários à integralização da significação verbal*.

Prosseguindo a observação, constata-se que os verbos das frases do grupo *c* vão “exigir” *três* PARTICIPANTES a fim de que a sua significação se integralize. Assim os verbos “conceder”, “dar”, “dedicar” e “receber”, naquelas frases, provocariam as mesmas perguntas dos verbos do grupo *c* mais a pergunta: “a/de quem?”:

“*Quem é que* concedeu *o* que *a* quem?”

“*Quem é que* recebeu *o* que *de* quem?”

Evidencia-se, pois, que os verbos do grupo *c* possuem *três* PARTICIPANTES.

Embora se tenha dito que não seria levado em conta, neste momento, o aspecto semântico das relações entre o verbo e seus PARTICIPANTES, é necessário que se considerem, desde já, alguns aspectos semânticos dos elementos que se colocam “à direita” do verbo dos grupos *d* e *e*. No grupo *d* esses elementos apresentam um traço que os identifica: “lugar”; daí o verbo suscitar perguntas como “Aonde?” ou “Onde?” segundo o verbo indique *movimento* ou *esta-*

* Entende-se aqui por *significação verbal* toda informação que o verbo, na sua realização na frase, possa transmitir, seja de uma “ação”, de um “estado” ou de qualquer outro fenômeno.

tividade. Assim, os verbos “ir”, “estar” e “ficar”, naquelas frases, provocariam as perguntas: “*Quem é que vai aonde?*”, “*Quem é que está onde?*” e “*O que é que fica onde?*”, respectivamente.

As frases do grupo *e*, por sua vez, apresentam uma característica diversa das frases anteriormente citadas. É que o verbo estabelece uma relação entre um OBJETO (o SUJEITO) e um *estado* ou *qualidade* desse OBJETO. A gramática tradicional, ao classificar esses verbos como “verbos de ligação”, considera-os *não-nocionais*, isto é, “vazios” de significação. Essa posição é discutível, uma vez que, embora se possa dizer que tais verbos tenham um grau menor de *autonomia significativa*, em oposição aos outros verbos, eles conservam certos traços semânticos decisivos para o sentido da frase. Não caberia, aqui, entrar nesta discussão, mas abre-se um parêntese para dizer que a simples comutação daqueles verbos entre si evidencia que eles têm um “conteúdo semântico”, daí a impropriedade do termo “*não-nocionais*”. Dessa maneira, “José ficou bom”, “Pedro é doente” e “Adalgisa está pálida” não correspondem, semanticamente, às frases primitivas. Com relação à estruturação daquelas frases, observa-se que não bastaria, evidentemente, a explicitação do SUJEITO para a sua integralização. Logo, os elementos que indicam *estado* (“doente” e “pálida”) ou *qualidade* (“bom”) são *integralizadores* da significação verbal, ainda que de natureza bem diversa dos PARTICIPANTES. Parece difícil a formulação de uma possível pergunta que aqueles verbos provocariam, mas não há dúvida de que ela seja previsível a fim de indagar sobre o elemento que, juntamente com o verbo, *atribui* ao SUJEITO uma *qualidade* ou *estado*.*

Em *f*, tem-se, aparentemente, um caso complicado: se cada uma das frases possui mais de um verbo, qual deles serviria de base para a determinação dos PARTICIPANTES? Trata-se, então, de uma questão de *nível* de análise, isto é, se se propõe analisar as *frases* ou as *orações*. No segundo caso, os verbos deveriam ser considerados isoladamente, como se cada um constituísse uma frase. Mas isso só seria possível com relação às *orações subordinadas*, já que na análise das *orações principais* haveria, fatalmente, a implicação das *subordinadas* como PARTICIPANTES, conforme se verá. No caso de se considerar a *frase*, então os verbos *fundamentais* não de ser os das *orações principais*, pois são eles *elementos centrais* da frase.** No caso em pauta serão, pois, os verbos “achar”, “depende” e “impedir” que orientarão a determinação dos PARTICIPANTES. Aplicando-se-lhes os testes das perguntas — “*Quem é que acha o quê?*”, “*Quem é que depende de quê?*” e “*Quem é que impede o quê?*” — constata-se que esses verbos têm a mesma natureza dos pertencentes ao grupo *b*, com relação ao número de PARTICIPANTES, com a diferença de que o PARTICIPANTE que figura à sua di-

* Dada a unidade constituída pelo *adjetivo + verbo “ser” ou “estar”*, formando como que um *grupo verbal*, não se tem, aí, um *complemento* propriamente dito.

** As *orações subordinadas* são *membros* de frases.

reita possui uma estrutura *oracional*. De qualquer forma, são verbos que exigem dois PARTICIPANTES, para que a sua significação se integralize.

Finalmente, as frases de *g*. Pelas mesmas razões expostas no item anterior, os verbos *básicos* não de ser “importar” e “convir”, pertencentes às orações *principais*. A diferença agora é que apenas *um* PARTICIPANTE integralizará a significação desses verbos. E tal PARTICIPANTE, em forma *oracional*, constituirá o SUJEITO, uma vez que responde à pergunta “O que é que?”, feita à sua esquerda: “O que é que não importa?”, “O que é que não convém?”

Resumindo-se o que se disse e que se procurou demonstrar até aqui, e considerando-se que os exemplos dados representam as diversas possibilidades de organização da frase, do ponto de vista dos elementos necessários e suficientes em face da significação do verbo, pode-se dizer que são as seguintes as estruturas mínimas possíveis:

Casos *a* e *g*: [P₁ + V]_o *

Casos *b*, *d*, e *f*: [P₁ + V + P₂]_o **

Caso *c*: [P₁ + V + P₂ + P₃]_o

Pelo visto, é lícito dizer que para a integralização da significação do verbo, ou seja, para o preenchimento dos *espaços* previsíveis pela sua significação, são necessários, no máximo, *três* níveis de PARTICIPANTES. É certo que outros elementos podem ser acrescentados a qualquer uma das frases analisadas, como a indicação de *modo*, *lugar*, *tempo*, *causa*, etc., mas que se afiguram como elementos *facultativos*, por não serem *previsíveis* pela significação do verbo.***

4.1 Da previsibilidade dos PARTICIPANTES

Insistir-se-á um pouco mais nessa questão dos elementos *obrigatórios* ou *previsíveis*, na organização da frase, pois será em função dessa *previsibilidade* que se vão definir e classificar os PARTICIPANTES, estabelecendo-se, inclusive, uma possível hierarquia entre eles.

Diga-se que um verbo *prevê* determinados elementos, na medida em que tais elementos *constituam uma conseqüência lógica derivada da significação do verbo*,

* P = PARTICIPANTE; V = Verbo; []_o = Limite de frase.

** Ressalvem-se aqui os casos dos verbos “ser” e “estar” + *adjetivo* em que não se pode falar em P₂. São os casos de alguns exemplos de *e*, que constituem matéria de um outro estudo.

*** Não quer dizer que elementos com estes traços semânticos não possam vir a se constituir em PARTICIPANTES, como se verá.

numa determinada realização concreta. Sejam os verbos “matar”, “ir” e “dar” nas frases a seguir:

(36) Pedro matou Paulo.

(37) Fomos à cidade.

(38) João deu um presente à Maria.

Em 36, o verbo traduz uma *ação* que implica, necessariamente, a existência de um ser *animado* ou não-animado *potente*, uma vez que, em lugar de “Pedro”, poder-se-ia ter “um raio”, “a tempestade” etc., que *instigue* ou que *seja responsável* por essa *ação*. Implica, ainda, a existência de um ser *animado paciente* da mesma *ação*. Vale aqui o recurso didático, tradicionalmente usado, e que descreve a *previsibilidade*: “Quem mata mata alguém”. Essa previsão se evidencia pelas indagações que se fariam imediatamente, caso houvesse a omissão de um daqueles elementos implicados. Assim, na expressão “matou”, ocorreria, em primeiro lugar, a pergunta “quem matou?”, e, em seguida, “matou a quem?” Ou, quem sabe, concomitantemente: “Quem é que matou a quem?” Iguamente a expressão “Pedro matou” suscita imediatamente a pergunta “a quem?” (a preposição “a” desfaz a ambigüidade que se estabelece na pergunta “quem?”, em que se poderia entender “quem matou?”).

Em 37, o verbo “ir” *prevê* a existência de alguém *que se desloca no espaço* e de *um ponto de chegada*. “Quem vai vai a algum lugar”. A omissão de qualquer um daqueles elementos *previsíveis* suscitaria uma indagação necessária: “Quem?” ou “aonde?”, segundo se omita o elemento *à esquerda* ou *à direita* do verbo.

Em 38, a *previsão* vai além de *dois PARTICIPANTES*. Tanto a omissão dos elementos “João” e “presente”, quanto a omissão de “Maria”, suscitaria indagações necessárias. Dir-se-á, aqui, que a omissão de “João” (primeiro PARTICIPANTE ou SUJEITO) e/ou de “um presente” (segundo PARTICIPANTE) suscita uma pergunta *imediate*, enquanto a omissão de “a Maria” suscita uma pergunta *mediata*. A seqüência das perguntas suscitadas, pela ordem dos elementos naquela frase, seria: “Quem é que deu?”; “deu o quê?”; “deu a quem?”. E assim a omissão do termo “a Maria” (terceiro PARTICIPANTE) suscita uma pergunta *mediata*, pela seguinte razão: numa seqüência em que se omitissem os elementos “um presente” e “a Maria”, a pergunta que se faria em primeiro lugar seria “o quê?” e, em seguida, “a quem?”. Aqui também vale o procedimento didático: “Quem dá dá alguma coisa a alguém”.

OBSERVAÇÃO: É preciso lembrar que, em português, o SUJEITO pode, eventualmente, ser identificado pela própria forma verbal e, nesse caso, não há que se indagar acerca dele. É o caso de “cheguei”, “partimos” etc.

Considere-se, agora, a frase:

(39) Ontem, no Bar 25 de Março, por causa de uma mulher, Pedro matou Paulo.

Vê-se que a omissão de qualquer um dos elementos acrescentados à frase “Pedro matou Paulo” — o *dia*, o *lugar*, a *causa* — não provoca, necessariamente, nenhuma pergunta. Isso porque tais elementos não são *previsíveis* pela significação do verbo “matar”. São, pois, elementos *facultativos* que não *participam* da significação do verbo, na frase considerada.

Uma vez definida a questão da PREVISIBILIDADE, imediatamente se define PARTICIPANTES como sendo os elementos *previsíveis** *imediatamente* ou *mediatamente* pelo verbo.

Fica, assim, o conceito de PARTICIPANTE restrito aos chamados *constituintes nucleares* da frase. Por outro lado, como se verá a seguir, os PARTICIPANTES não coincidem totalmente com o que Tesnière chamou de ACTANTES.

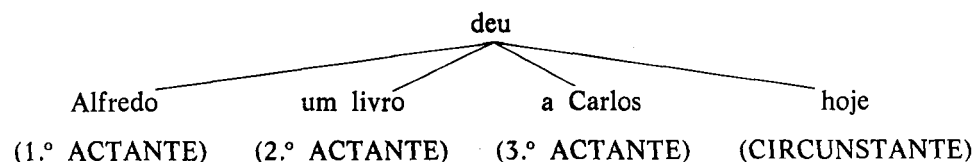
4.2 PARTICIPANTES e ACTANTES

A noção de ACTANTES, segundo Tesnière, aproxima-se da noção de PARTICIPANTES aqui proposta, mas difere em alguns pontos, sendo que o conceito de PARTICIPANTE é, de certo modo, mais abrangente.

Tesnière também considera o verbo como o elemento *central* da frase, uma vez que, para ele, o único termo que não se configura como COMPLEMENTO é o verbo. Na representação arbórea da frase, a que denomina ESTEMA, o verbo é o elemento que domina os COMPLEMENTOS: os ACTANTES — “seres ou coisas que, de algum modo, mesmo como simples figurantes e da maneira mais passiva, participam da ação” — e os CIRCUNSTANTES — “elementos que exprimem as circunstâncias de tempo, lugar, modo, etc., nas quais se desenvolve o processo. São sempre advérbios (de tempo, de lugar, de modo, etc.) ou equivalentes de advérbios” (14, p. 102-3).

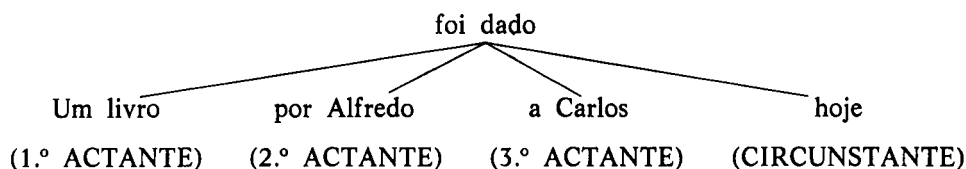
Os ACTANTES pertencem a três categorias e correspondem aos conceitos tradicionais de SUJEITO (1.º ACTANTE); OBJETO DIRETO e AGENTE DA PASSIVA (2.ºs ACTANTES); OBJETO INDIRETO (3.º ACTANTE). Numa frase como

(40) Alfredo deu um livro a Carlos hoje,
tem-se o seguinte ESTEMA:



* Fica claro que este conceito de *previsibilidade* não coincide, necessariamente, com as *possibilidades previstas* pelo sistema da língua, mas se restringe ao que se configura como *obrigatório* para a integralização do significado.

Na voz passiva, o ESTEMA seria:



Considerando-se a voz ativa, há uma perfeita coincidência, na frase dada, entre o que se chamaria de 1.º, 2.º e 3.º PARTICIPANTES e 1.º, 2.º e 3.º ACTANTES. Mas em alguns casos, o que aqui se considera PARTICIPANTE Tesnière considera CIRCUNSTANTE. Sirvam de exemplificação as frases abaixo:

(41) Fomos *à cidade*.

(42) João mandou *a esposa para a Europa*.

Em 41, o termo “à cidade” constitui um PARTICIPANTE, uma vez que integraliza a significação do verbo.

Em 42, o verbo “mandar” *prevê* três PARTICIPANTES: 1.º, “João”; 2.º, “a esposa”; 3.º, “para a Europa”. Considerando-se o SUJEITO como PARTICIPANTE obrigatório em qualquer frase, conforme se tentará demonstrar a seguir, na frase acima “a esposa” se configura como PARTICIPANTE *mediato* e “para a Europa” como *mediato*. Isso porque a seqüência “João mandou” suscitará, pela ordem, as seguintes perguntas: “(a) quem?” / “o quê?”; “para onde?”

Para Tesnière, tanto “à cidade” quanto “para a Europa” seriam classificados como CIRCUNSTANTES e não como ACTANTES. A razão dessa diferença de classificação reside no fato de que aquele autor, levando em conta apenas o traço semântico dos termos e não a sua relação de *obrigatoriedade* em face das “exigências” do verbo, considera sempre CIRCUNSTANTE o elemento que apresenta o traço *lugar*. Assim, apenas os *seres* e as *coisas* não marcados por aquele traço é que se afigurariam como ACTANTES. Conforme adiante se discutirá, esse procedimento marca uma das inadequações da gramática tradicional na classificação dos complementos verbais.

4.3 Hierarquia dos PARTICIPANTES

Voltando a observar as frases das páginas 25-6, casos de *a* a *g*, e as fórmulas estruturais da página 29, verifica-se que o único elemento *constante*, comum a todas elas, é o SUJEITO (P_1). Esse fato permite elegê-lo PARTICIPANTE de 1.º grau. O teste que permite identificar o SUJEITO como o PARTICIPANTE *mais imediato* é o da *supressão* dos elementos e a constatação das *indagações* que seriam suscitadas pelo verbo. A ordem dessas indagações orientará a classificação dos PARTICIPANTES. Seja uma das frases do grupo *c*, que é a mais completa:

(20) O campeão concede autógrafos a suas fãs.

Uma vez enunciado apenas o verbo — “concede” — a pergunta que se faz *imediatamente* é “*quem é que concede?*” Logo o SUJEITO ocupará o primeiro lugar na hierarquia dos PARTICIPANTES. Os demais se classificarão pelo mesmo processo, ou seja, pela ordem das perguntas suscitadas. Assim,

(20a) O campeão concede

suscitará, em primeiro lugar, a pergunta “o quê?”, cuja resposta — “autógrafos” — identificará o PARTICIPANTE de 2.^o grau (P₂). Da mesma forma, agora,

(20b) O campeão concede autógrafos

suscita a pergunta “a quem?”, cuja resposta — “a seus fãs” — indicará o PARTICIPANTE de 3.^o grau (P₃).

Poder-se-ia argumentar que esse processo das perguntas, aparentemente intuitivo, leva a encontrar mais de *três* PARTICIPANTES numa frase como:

(20c) O campeão concede autógrafos a seus fãs *todos os dias*, em que a seqüência “*todos os dias*” responderia à pergunta “quando?”. Acontece que esse novo elemento é *facultativo*, isto é, o verbo, na sua significação, não o *prevê*. A frase se realiza plenamente com os três PARTICIPANTES (“*Quem concede concede algo a alguém*”). Qualquer outra informação que se acrescente, indicando *tempo*, *lugar*, *causa*, etc., será *facultativa* ou *circunstancial*. Dessa forma caberá dizer que tais elementos *circunstanciais* pertencem a uma classe distinta dos PARTICIPANTES. Cabe ao analista detectar a verdadeira significação do verbo e distinguir o que é *nuclear* do que é *extranuclear*, ou seja, o obrigatório do facultativo.

Convém insistir ainda no fato de que algumas categorias como *lugar* e *tempo*, por exemplo, podem figurar como PARTICIPANTES ou como circunstanciais, ou *circunstantes*, segundo Tesnière. Comparem-se as frases:

(43) Ela não podia vir *à cidade*.

(44) Ela esteve *na cidade*.

(45) Ela comprou um casaco *na cidade*.

Enquanto nas frases 43 e 44 os termos “à cidade” e “na cidade”, respectivamente, são PARTICIPANTES, já que os verbos “vir” e “estar” os *exigem* como integrantes obrigatórios dos seus significados — “quem *vai vai a algum lugar*” e “quem *está está em algum lugar*” (no sentido da frase dada) —, na frase 45, o termo “na cidade” é *circunstancial*, por ser facultativo. O verbo “comprar” não *prevê*, na sua significação, um elemento *locativo*.

O mesmo se dá com os elementos indicativos de *tempo* nas frases seguintes:

(46) A festa durou *três horas*. (= PARTICIPANTE)

(47) O trem chegou à cidade *às três horas*. (= CIRCUNSTANTE)

Pode-se, pois, afirmar que para a realização da frase são necessários, no máximo, três PARTICIPANTES: um de 1.º grau, obrigatório em qualquer frase, que responde a uma pergunta feita *imediatamente à esquerda* do verbo; um de 2.º grau, que responde a uma pergunta feita *imediatamente à direita* do verbo; um de 3.º grau, que responde a uma pergunta *mediata* feita *à direita* do verbo.

Aos critérios que permitiram considerar o SUJEITO como PARTICIPANTE de 1.º grau — presença em todas as frases propostas, e primeiro elemento *solicitado* pelo verbo — pode-se acrescentar um fato de natureza morfossintática: *é o único elemento que leva o verbo a se adaptar gramaticalmente a ele*, ou seja, a concordar com ele em número e pessoa.* Portanto, o SUJEITO é a um tempo o ponto de referência do fato expresso pelo verbo e o elemento que *comanda* a sua forma gramatical.

Conclui-se, assim, que a frase portuguesa se estrutura a partir de um núcleo central que é o VERBO, cujo valor semântico — a que se denominou aqui *previsibilidade* — determina o número e a natureza dos PARTICIPANTES.

* O caso do verbo “ser”, em frases como “Santinha *eram* dois olhos míopes” (M. Bandeira), constitui uma exceção de caráter meramente estilístico.

IGNÁCIO, S.E. — The Portuguese sentence: a logic-semantic view and its syntactic structure. *Alfa*, São Paulo, 30/31:15-35, 1986/1987.

ABSTRACT: Considering that the linguistic representation of the universe in which we live is based upon the existence of OBJECTS and PROCESSES, being that qualities, actions, states, etc., are attributed to the OBJECTS through these PROCESSES, in this article we tried to classify the sentence as being the unit of this representation. Considering the VERB as the structural center of the sentence, we tried to demonstrate that this takes place in the basis of SUBJECT and PREDICATE whose obligatory PARTICIPANTS are disposed in hierarchical levels.

KEY-WORDS: Sentence; subject; predicate; objects; processes; previsibility; participants; actors; circumjuncts; verbal complement; adjuncts; hierarchy.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALI, M.S. — *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
2. BENVENISTE, E. — *Problemas de lingüística geral*. Trad. de Maria G. Novak e Luísa Néri. São Paulo, Nacional, 1976.
3. BORBA, F.S. — *Teoria sintática*. São Paulo, T.A. Queiroz/EDUSP, 1979.
4. BLOOMFIELD, L. — *Language*. New York, H. Holt, 1941.
5. BÜHLER, K. — *Teoría del lenguaje*. Trad. del Alemán por J. Marías. 2. ed. Madrid, Revista de Occidente, 1961.
6. CÂMARA Jr., J.M. — *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1964.

7. CÂMARA JR., J.M. — *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1973.
8. CUNHA, C.F. — *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1970.
9. GARDINER, A. — *The theory of speech and language*. 2. ed. Oxford, Clarendon, 1963.
10. GENOUVRIER, E. & PEYTARD, J. — *Linguística e ensino do português*. Trad. de Rodolfo Ilari. Coimbra, Almedina, 1973.
11. FERREIRA, A.B.H. — *Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, (1957).
12. LIMA, C.H.R. — *Gramática normativa da língua portuguesa*. 16. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
13. LYONS, J. — *Introdução à lingüística teórica*. Trad. de Rosa V.M. Silva e Hélio Pimentel. São Paulo, Nacional/USP, 1979.
14. TESNIÈRE, L. — *Éléments de syntaxe structurale*. 2. ed. Paris, Klincksieck, 1966.

UM PROTÓTIPO DE GRAMÁTICA GERATIVA PORTUGUESA: A GRAMÁTICA DE SOARES BARBOSA

Edward LOPES *

RESUMO: Este trabalho estuda os aspectos doutrinários da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, de Jerônimo Soares Barbosa, elaborada com base na doutrina da *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*, para mostrar que ela é o protótipo iluminista de uma gramática gerativa da língua portuguesa. Essa gramática é a expressão das idéias iluministas no domínio da ciência da linguagem. Insere-se assim no embate ideológico que se travava, nessa época, entre as idéias absolutistas e a filosofia das Luzes. Essas posições manifestam-se, no nível dos estudos lingüísticos, pela gramática normativa, que estabelece um saber fazer, e pela gramática filosófica, que constrói um fazer saber.

UNITERMOS: Gramática filosófica; determinação histórica das idéias científicas.

Com a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* Jerônimo Soares Barbosa revela-se um dos grandes gramáticos europeus do início do século XIX, em um tempo em que a noção de gramática identificava-se com a de literatura¹ e esta compreendia, por sua vez, um saber em compreensão, a abranger, por volta de 1800, no currículo da instituição pedagógica mais avançada da época, a *École Normale* de Paris, um conhecimento quase universal das *humaniorum litterarum*, “as letras humanas”:

“*La littérature* — diz Joseph Lakanal em uma memória que redigiu sobre a fundação daqueles organismos, *Rapport sur l'établissement des Ecoles Normales* — *comprend tout ce que les anciens attribuaient au grammairien, au rhéteur, au philosophe, et n'exclut que les sciences physiques, les sciences exactes et les arts et métiers; elle peut se diviser en six parties principales:*

* Departamento de Literatura — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

1. *La grammaire raisonnée, ou la métaphysique des langues, qui apprend à saisir les rapports essentiels entre les opérations de l'entendement et les différents modes d'expression;*

2. *La poésie (...) qui embrasse (...) (la) fiction, l'épopée, la tragédie, et la comédie, le mélodrame, les vers lyriques, la fable, le conte, la satire, l'épître, etc.;*

3. *L'art oratoire (...);*

4. *La philosophie (...);*

5. *L'histoire (...);*

6. *La critique (...).*" (Désirat e Hordé, 1975, 34-35).

O livro de SB é uma obra desse tipo, uma *grammaire raisonnée*, "filosófica" ou "razoada", como traduz ele, *argumentativa*, diríamos hoje — uma produção bastante original, desse ponto de vista, naquele meio que só conhecera até então, a título de gramáticas, uns "*systemas meramente analogicos, fundidos todos pela mesma fôrma das grammaticas latinas*" (Barbosa, 1, p. XIII). De fato, as gramáticas latinas eram o molde pelo qual haviam sido talhadas todas as gramáticas portuguesas, desde a primeira, de Fernão de Oliveira (1536), até aqueles *Rudimentos de Grammatica Portugueza*, publicados em 1799, que SB via como

"mais um systema analogico de regras e exemplos (...) que (...) desamparando os principios luminosos da grammatica geral e razoada, multiplica em demazia as regras que poderia abbreviar mais reduzindo-as a idéas mais simples e geraes" (id., op. cit., loc. cit.).

Assim sendo, a gramática de SB deve ter caído como uma bomba naquele meio acostumado a conviver com a caturrice intransigente da velha gramática normativa, e com o dogmatismo sentencioso da gramática expositiva, que não era mais do que uma versão envergonhada daquela. É diante de tais obras e *contra* elas na medida em que corporificam o projeto de um ensino prático e rudimentar, dedicado a transformar os alunos em autômatos aplicadores de regras inquestionáveis, que SB vai realizar, com seu livro, o desmistificador projeto de uma gramática filosófica, argumentativa. A ambas ele dedicou algumas linhas na *Introdução* do seu trabalho:

"Aquella — a gramática que ele chama de prática e rudimentária — não sobe acima d'estas observações e regras practicas que a combinação dos usos da lingua facilmente subministra a qualquer, para d'ella formar estes systemas analogicos a que de ordinario se reduzem quasi todas as artes vulgares de grammatica. Porém se o espírito se adianta a indagar e descobrir, nas leis

*physicas do som e do movimento dos corpos organicos, o mecanismo da formação da linguagem, e nas leis psychologicas as primeiras causas e razões dos procedimentos uniformes que todas as linguas seguem na analyse e enun-
ciação do pensamento, então o systema que d'aqui resulta, não é já uma Grammatica puramente pratica, mas scientifica e philosophica.” (Id., op. cit., p. XI).*

O SIGNIFICADO HISTÓRICO DA GP

Mas, por original que seja, em termos portugueses, a gramática filosófica, ela não constitui, porém, um fato isolado, a desafiar explicações. Ao contrário, seu aparecimento, nos primórdios do século passado, demonstra no seu autor um homem profundamente afinado com as lutas em prol da renovação cultural da sua época, já que sua novidade não se esgota a nível da realização de mais um projeto lingüístico, senão que se estende muito além disso.

De fato, quem quiser compreender o seu escopo terá de reinscrever a obra de SB, bem como as demais, contemporâneas, de seus opositores, no interior de um *projeto pedagógico* de espectro muito mais amplo, do qual a gramática filosófica retira a sua significação histórica. Pois é por intermédio dela que vai ser levada a cabo, no domínio dos estudos lingüísticos, a verdadeira ruptura epistemológica que caracteriza Portugal naqueles anos em que o país passa da monitoria de uma pedagogia obscurantista, totalitária e dogmática, para o magistério de uma pedagogia das Luzes, lógica e arrazoada, cujo espírito, aberto ao embate das argumentações e contra-argumentações, melhor se evidencia naquele momento do livro em que, após recordar que a língua é patrimônio por igual dos letrados e dos analfabetos, convindo, por isso, que possa ser escrita por uns e outros, SB propõe a adoção, em pé de igualdade, de duas ortografias, a *etimológica* e a *fonética* (ou, como ele diz, *da pronúnciação*), aquela, que “*admite lettras que presentemente não tem outro préstimo senão para mostrar a origem das palavras*” (*id.*, p. 41), reservada ao uso dos letrados, e esta, da pronúnciação, que “*não emprega caracteres alguns ociosos e sem valor, mas somente os que correspondem aos sons vivos da Língua*” (*id.*, loc. cit.), destinada ao uso dos iletrados, que ignoram a história das palavras; é então que SB pronuncia aquelas palavras assombrosas, na boca de um gramático:

“Eu, para satisfazer a todos, porei primeiro as regras communs a todas as orthographias e depois as proprias a cada uma dellas. Quem quizer poderá escolher.” (id., ibid., loc. cit.)

Um gramático desejoso de satisfazer a todos! Um gramático que expõe o que pensa, sem impô-lo a ninguém, antes deixando a cargo do leitor escolher

o sistema de escrita que melhor lhe parecer! Francamente, estamos nas antípodas daquela mentalidade estreita que elaborara o esquema invariante das gramáticas normativas, atribuindo-lhes a tarefa não de construir um sistema formal de descrição dos fatos da língua, mas sim de construir um sistema de regras monolíticas, algo menos para ser compreendido do que para ser utilizado, pautado no espírito de obediência às injunções emanadas da autoridade, no sentimento da qual a língua, como tudo o mais no domínio das práticas sociais, não passaria de um domínio a mais de dentro do qual extirpar os questionamentos das ideologias alternativas — gente que queria uma língua, enfim, totalitária, onde tudo o que não fosse expressamente ordenado estaria, *ipso facto*, proibido. Essa era a gramática que, inspirada na ideologia da dominação jesuítica, ensinava-se na escola de Portugal daqueles dias.

Por isso, o requisito da inserção do projeto gramatical de SB no espaço dos projetos pedagógicos da época deve ser complementado, a seguir, por meio da reinserção desses dois programas educacionais no quadro mais amplo dos projetos políticos e ideológicos que em Portugal se digladiavam, então; pois não se trata aqui tão-só de uma disputa preciosa entre pedantes; trata-se, antes, de uma luta política, um conflito entre ideologias mutuamente excludentes, realizado localmente sob a forma de um embate entre pedagogias contrapostas.

Aquelas duas gramáticas, a normativa e a filosófica, contrastam, de fato, entre si, como expressões concretas de duas práticas educativas inspiradas em ideologias contrárias, uma das quais, a jesuítica, baseada na Escolástica, vê na educação uma *prática de domesticação* do educando, ao passo que a outra, a pedagogia racional do Iluminismo, vê nela o exercício de uma *prática de libertação*. Um capítulo a mais da luta, sempre atual, entre o discurso dogmático, que não pode nunca ser científico porque o dogma é, caracteristicamente, o tipo do discurso que, assim que começa, acaba (ele se enuncia, já disse tudo, não há nada mais que enunciar), e o discurso científico que, ao contrário, quando acaba está apenas começando (a ciência é um discurso sem fim, que se quer incessantemente questionado e, por isso, está sempre começando). Nem é por outro motivo que, não podendo dizer-se como um discurso científico, o discurso dogmático da gramática normativa produz unicamente um conhecimento tecnológico, *um saber fazer*: abominando sobre todas as coisas o questionador, seu modelo de aluno, seu discípulo predileto, é o *aplicador*: não há que compreender as regras, há que aplicá-las.

Reinserido assim, no seu contexto de ocorrência, a cultura portuguesa da virada do século XVIII para o XIX, o papel inovador da gramática filosófica fica compreendido como um instrumento da mudança histórica de um país que vive, ainda, sob o ponto de vista político, o apogeu do absolutismo e, do ponto de vista filosófico, não ultrapassou a fase do culto à Razão irradiado pelo Iluminismo: uma época marcada pelas disputas entre as anacrônicas instituições filo-

sóficas da Escolástica jesuítica e os novos tempos que se prenunciam nas Luzes da filosofia racional do Iluminismo. É então que, recortada pelo modelo da *Grammaire générale et raisonnée* de Port Royal (2), opondo-se à gramática normativa de inspiração jesuítica que nunca passou de uma (má) tecnologia, produtora de *um saber fazer*, a gramática filosófica de SB aparece, ao exprimir-se argumentativamente, como uma verdadeira *teoria* lingüística, produtora de *um fazer saber*. E a esse título é de justiça arrolá-la entre as poucas mas brilhantes realizações intelectuais que, capitaneadas desde 1746 pelo *Verdadeiro Método de Estudar* de L. A. Verney, vão derrubar a afirmação dogmática daquele “espírito de sistema” dos jesuítas que exigia o atrelamento automático do espírito aos preconceitos da Escolástica medieval para, em lugar disso, instalar a inteira problemática cultural de Portugal nos quadros da explicabilidade científica, analítica e racional.

Emergindo em tal meio, não espanta que a obra de SB apresentasse tantos pontos em comum com o livrinho incendiário de Verney: de fato, este último principiava, na *Carta I*, exatamente por onde SB concluiria, mais tarde, a *Introdução* do seu: postulando a necessidade de se acostumar o aluno primeiro com a análise gramatical de sua própria língua materna para só depois iniciá-lo na análise da língua latina, o que importava na inversão da metodologia jesuítica (3). De modo análogo, na mesma *Carta I*, Verney preconiza a adoção de uma escrita fonética — a mesma que ele, dando o exemplo, adota na redação do *Verdadeiro Método* —, fazendo-o em termos muito semelhantes aos que serão empregados, depois, por SB, ao propor na sua gramática a utilização de uma “ortografia da pronúncia”.

UMA “METAFÍSICA LINGÜÍSTICA” E UM EMBRIÃO DA IDEOLOGIA

Na origem destes e de outros posicionamentos comuns à gramática de SB e ao *Verdadeiro Método* de Verney está a mesma concepção de Port Royal, da existência de uma *gramática geral* na qual os Iluministas situavam a base da identidade profunda de todos os sistemas lingüísticos, um lugar onde, por conseguinte, seriam enunciados os princípios e fundamentos comuns de todas as línguas naturais do globo. Nela, Port Royal assentará o postulado racionalista da homogeneidade essencial e universal do saber: o pensamento amorfo organiza-se em *logos* articulado pela imposição a ele da *grille* das línguas naturais. Assim, quando recortado pelo método analítico (= *raisonnée*), o pensamento deixa-se decompor em idéias elementares. Os procedimentos operatórios do método analítico prestavam-se, portanto, no julgamento dos adeptos da *grammaire raisonnée*, tanto à investigação dos fenômenos lingüísticos quanto à análise dos fenômenos do entendimento:

“cette analyse (...) peut porter la même simplicité de langage, la même clarté dans tous les genres d'idées; car, dans tous les genres, la formation de nos idées est la même, les objets seuls diffèrent” (Désirat & Hordé, 3, p. 33)

pontificava o já citado Lakanal. Este estudioso mesmo, Lakanal, depois de insistir que tal método seria aplicável a todos os gêneros de conhecimento (id., op. cit., p. 36), insinuando que a análise gramatical se substituía à análise “lógica”, definiu, como vimos, do seguinte modo a gramática filosófica:

“1. La grammaire raisonnée, ou la métaphysique des langues, qui apprend à saisir les rapports essentiels entre les opérations de l'entendement et les différents modes d'expressions” (id., op. cit., p. 34).

A idéia da gramática como uma *metafísica das línguas naturais* gozou de muito prestígio durante aqueles anos; em contexto muito semelhante, e pela mesma época, lembrará F. Schlegel, em 1812, que

“a menudo se ha dicho que la gramática es la lógica puesta en práctica; es más aún: un análisis profundo, una sutil metafísica del pensamiento” (Chomsky, 2, p. 72).

E, por sua vez, ao deslindar as relações entre a gramática prática e a filosófica, depois de particularizar que a primeira se resume a formar “systemas analógicos”, SB descarta a denominação mas se atém à definição da metafísica (a ciência “das primeiras causas” de então), assimilando-a, como era moda, com uma teoria do conhecimento que, mais do que uma epistemologia, é, enquanto “analyse de l'entendement”, encarregada de intermediar e interpretar o relacionamento entre os diferentes ramos do conhecimento, o embrião daquilo que, passando o tempo, Destutt de Tracy virá a chamar de *ideologia*:

“Porém se o espirito se adianta a indagar e descobrir nas leis físicas do som e do movimento dos corpos orgânicos, o mecanismo da formação da linguagem, e nas leis psicológicas *as primeiras causas e razões* dos procedimentos uniformes que todas as línguas seguem na análise e enunciação do pensamento, então o systema que daqui resulta não é já uma Grammatica puramente prática (= normativa), mas científica e philosophica.” * (Barbosa, 1, p. XI.)

* Grifos nossos.

O PROTÓTIPO ILUMINISTA DA GRAMÁTICA GERATIVA PORTUGUESA

Ainda em 1867 um filósofo da envergadura de J. Stuart Mill associa essa gramática geral com a “análise do processo mental”, convicto que está de que

“los principios y las reglas de la gramática son los medios por cuya acción se hace que las formas del lenguaje se correspondan con las formas universales del pensamiento” (Chomsky, 2, p. 72-73, nota 59).

Essa gramática geral funciona, no pensamento iluminista e no de SB, é claro, como o primeiro nível de toda e qualquer gramática particular das línguas naturais, que sobre ela se assentariam:

“Toda a Grammatica é um systema methodico de regras, que resultam das observações feitas sobre os usos e factos das línguas. Se estas regras e observações tem por objecto tão sómente os usos e factos de uma lingua particular, a grammatica será também *particular*. Se ellas porém abrangem os usos e factos de todos ou da maior parte dos idiomas conhecidos, a sua Grammatica será *geral*. Uma e outra pode ser, ou somente *pratica e rudimentaria* ou *philosophica e razoada*. (. . .)

Toda a grammatica particular e rudimentaria, para ser verdadeira e exacta nas suas definições, simples nas suas regras, certa nas suas analogias, curta nas suas anomalias, e assim facil para ser entendida e comprehendida dos principiantes, deve ter por fundamento a grammatica geral e razoada.” (Barbosa, 1, p. XI.)

O que vemos afirmar-se aqui com toda a clareza é uma gramática de níveis, recortada sobre o modelo da *Grammaire générale et raisonnée* de Port Royal. Fiel a seu modelo, SB constrói, com a sua Gramática *philosophica* o protótipo iluminista de uma *gramática gerativa portuguesa* — um protótipo fundado no projeto da Ilustração de extrair uma concepção geral do entendimento de uma concepção geralista da linguagem. Esse é o contexto epistemológico em que SB assenta a sua convicção de que a linguagem seja, enquanto sistema semiótico, como o exprimiríamos hoje, o instrumento encarregado de mediar as trocas simbólicas e cognitivas entre o espaço exterior do mundo e o espaço interior da mente humana. Nas pegadas de Lancelot e Arnauld, seguindo mais de perto, ainda, a Beauzée, os grandes nomes da *Grammaire générale*, nosso autor esclarecerá que a linguagem é uma espécie de “painel” (tradução sua para o francês *tableau*) que “imita” o pensamento. É certo, pois, que, como advertem Ducrot e Todorov, quando os gramáticos de Port Royal dizem que “a língua tem por função a *representação*

do pensamento, esse termo deve ser tomado no seu sentido mais forte” (Ducrot & Todorov, 4, p. 15), a saber, de encenação imagética, pintura, quadro ou painel.

Por isso, uma distinção capital na obra de SB aparece primeiramente formulada em termos de uma dicotomia entre os aspectos mecânico e material e os aspectos lógico e espiritual (= mental) das línguas:

“O primeiro cuidado (...) do primeiro grammatico (...) caiu sobre aquillo só que os vocabulos tem de mechanic e material, quer sejam os sons articulados de que se compõe a *falla*, quer os signaes litteraes que escolheu para na *escriptura* exprimir e significar os mesmos sons. Aquillo que os mesmos sons articulados e os vocabulos tem de logico e espiritual, como signaes que são das nossas ideas e pensamentos, foi a ultima coisa em que cuidou.” (Barbosa, 1, p. VII.)

Era assim que SB via as duas modalidades de estruturas que denominaríamos, hoje, numa metalinguagem chomskyana, de (a) a organização superficial das unidades relacionadas com a forma física, *mechanica e material*, da expressão, determinando, de um lado, quando a modalidade de expressão fosse a fala, a *interpretação fonética*, e, de outro lado quando a modalidade de expressão fosse a escrita, a *interpretação gráfica*; e (b) a estrutura abstrata, lógica e mental, que determina a *interpretação semântica* do plano de expressão, “como signaes que são das nossas ideas e pensamentos”, no dizer do autor da gramática filosófica. O que se tem aqui, sempre em termos chomskyanos, é a mais clara distinção entre uma estrutura semântica, de estatuto lógico, abstrata e de nível profundo, e uma estrutura fonética, de estatuto substancial, material e de nível de superfície, dotadas, ambas, da função interpretativa para o enunciado discursivo:

“A Grammatica, pois — continua Soares Barbosa — que não é outra coisa, segundo temos visto, senão *a arte que ensina a pronunciar, escrever e fallar correctamente qualquer lingua*, tem naturalmente duas partes principaes: uma *mechanica*, que considera as palavras como meros vocabulos e sons articulados, já pronunciados, já escriptos e como taes sujeitos às leis physicas dos corpos sonoros e do movimento; outra *lógica*, que considera as palavras não já como vocabulos, mas como signaes artificiaes das ideas e suas relações, e como taes sujeitos às leis psychologicas que nossa alma segue no exercicio das suas operações e formação de seus pensamentos: as quaes leis, sendo as mesmas em todos os homens de qualquer nação que sejam ou fossem, devem necessariamente comunicar às linguas, pelas quaes se desenvolvem e exprimem estas operações, os mesmos principios e regras geraes que as dirigem. À parte *mechanica* das linguas e sua *grammatica* pertencem a *Orthoepia* e a *Orthographia*, e à parte logica pertencem a *Etymologia* e a *Syntaxe*.” (4) (Barbosa, 1, p. XI.)

OS NÍVEIS DA GP

A gramática de SB distingue os seguintes níveis:

1) *o nível profundo, das estruturas universais, em que se aloja a gramática geral*, que contém as *idéias* (= classes de noções gerais do entendimento), e as *combinações*, produzidas pelas duas operações do entendimento, *conceber* e *julgar*, o conjunto disso tudo formando o “systema lógico” da Gramática Geral sobre a qual se erige o “systema etymológico” (i.é, a taxionomia e a sintaxe) das línguas particulares:

“o systema etymologico de qualquer Língua está necessariamente fundado sobre o systema logico das idéas, o qual é o mesmo, fundamental, em todos os homens de qualquer idade e paiz (...) todos pensam pelo mesmo modo, porque não podem pensar sem ter idéas e sem as combinar. (...) Conceber e julgar são duas operações do entendimento communs a todos os povos, ainda que selvagens. Sobre estes principios da Grammatica Geral passamos a estabelecer o systema etymológico (...)” (id., op. cit., p. 69).

Nesse nível da gramática geral situa SB o *componente semântico* — que, nesse tipo racionalista de gramática, não se distingue o *componente lógico* da instância fundamental; como diz a última citação, “o systema logico das idéas (...) é o mesmo, fundamental, em todos os homens”.

Essa gramática geral consta, basicamente, de um componente lógico, que funciona por meio de operações: numa primeira operação, do entendimento, produziria *idéias*, concebendo (operação: *conceber*) classes de noções gerais como seu objeto de conhecimento; e, numa segunda operação (= *julgar*), combinando idéias, ela produziria *juízos* (ou *raciocínios*). As idéias e as combinações são representadas no ato de fala por meio das *palavras discursivas* ou *analíticas*; reconhecem-se, assim, dois tipos de palavras:

- *palavras nominativas*, que exprimem *idéias*, e se dividem em Substantivo e Adjetivo; e
- *palavras combinatórias*, que exprimem relações, e se dividem em Verbo, Preposição e Conjunção.

Para SB as palavras nominativas exprimem o que hoje chamaríamos de *semantemas* da forma:

- o *Substantivo*, operando a representação da idéia de algo que subsiste por si mesmo (hoje diríamos os *atores* e/ou *actantes*), exprime no discurso o Sujeito da proposição;

o *Adjetivo*, representando a idéia de qualidade ou propriedade que não pode subsistir por si mesma, existindo apenas em um ator-Sujeito, é a palavra que exprime o *Atributo* da proposição.

Tomando duas idéias (a de um Sujeito e a de um Atributo) e comparando-as entre si por meio de uma combinação que indique a *relação de coexistência*, conveniência e identidade entre elas (coisa que é feita por meio do Verbo *ser*, ou algum outro parassinonímico como o impessoal *haver* ou o auxiliar *estar*, sempre todos no sentido de “*existir*”), construímos um *juízo* ou um *raciocínio*. A expressão lingüística do juízo é a *proposição*.

Definindo a proposição como a representação lingüística resultante da enunciação de um juízo a que previamente concebeu como afirmação da coexistência, conveniência e identidade entre as duas idéias contidas no sujeito e no atributo, SB chega à concepção de *uma proposição atributiva*, espécie de enunciado canônico ou *kernel sentence*, da forma

Prop. Atribut. = Subst + V + Adj

a que se pode reduzir mesmo a proposição que se manifeste como predicativa (5):

“Toda a oração tem necessariamente tres *termos*, um que exprime a pessoa ou coisa da qual se diz e enuncia alguma coisa; outra que exprime a coisa que se enuncia; e o terceiro que exprime a identidade e coexistência de uma coisa com outra. O primeiro termo chama-se *sujeito*, o segundo *atributo*, e o terceiro *verbo*. Toda oração, pois, é composta de um sujeito, de um atributo e de um verbo, os quaes se exprimem ou com tres palavras, *eu sou amante*; ou com duas equivalentes às tres, *sou amante*, ou com uma só que concentra em si as tres, como: *amo*.” (Barbosa, 1, p. 255.)

Sobre o nível profundo, da gramática geral, ergue-se, pois,

2) *um nível de mediação, o das estruturas sintáticas, em que se aloja o “systema etymologico”* de SB, no qual distinguiremos, como nomenclatura atualizada, dois subcomponentes, o *taxionômico* (ou “*morfológico*”) e o *operacional* (ou “*sintático* propriamente dito) (equivalentes, respectivamente, ao “*etymologico*” e ao “*sintactico*” na gramática filosófica):

2.1) *um subcomponente taxionômico*, produzido pela análise que a língua opera sobre o pensamento, segmentando-o nas suas partes componentes, as *idéias* que se manifestam lingüisticamente como *palavras discursivas*, classes de noções gerais.

SB concede às *palavras* um estatuto paradigmático, na medida em que supõe que todo o conjunto das *idéias* a representar no discurso esteja primeiramente estocado na competência de cada falante sob a forma de *palavras atuais*, quer dizer, em vigência na língua, e à espera da sua *combinação* para formar o *juízo* cuja representação lingüística é dada pela *proposição*. O que hoje chamaríamos de *debreagem enunciativa* que, ativada pela *performance* do falante produz o discurso enunciado, é operada, supõe SB, pelo falante ao enunciar o verbo: a afirmação de que o entendimento percebe as relações de coexistência, conveniência e identidade entre as duas idéias que se combinam na proposição, a do Sujeito e a do Atributo, relações essas que se exprimem articuladas com as categorias da pessoa, do número, do modo, do tempo e do aspecto, é efetuada pelo verbo. O verbo fica definido, assim, na gramática filosófica, como o elemento lingüístico que *dá existência simultânea* às duas idéias que se comparam no juízo e se exprimem sintacticamente no discurso por meio do sujeito e do atributo da proposição: desse modo é ele, o verbo de existência *ser*, o elemento operador da *mise-en-discours* do juízo, a sua discursivização (6).

Ao combinar entre si as palavras constitutivas do subcomponente taxionômico, o verbo opera a sua dinamização, o que produz

2.2) o *subcomponente operacional* do enunciado — aquele que efetuará a representação do pensamento sob a forma de uma proposição, em cada ato de enunciação concretamente realizado como operação de combinar e coordenar entre si as palavras estocadas em competência, a nível do subcomponente taxionômico. Ou, nas palavras de SB:

“é sem dúvida que os homens se ocupariam em considerar primeiro as palavras, que são signaes assim das idéas que fazem o objecto dos nossos pensamentos, como das relações que as mesmas possam ter consigo e com outras, do que em considerar estas mesmas palavras combinadas e coordenadas entre si em ordem a exprimirem o pensamento. Pois que primeiro é conceber e exprimir as ideas do que compara-las. Os primeiros grammaticos pois, reflectindo sobre a semelhança e dissemelhança das funções que as palavras exercitam na enunciação de qualquer pensamento, advertiram que umas tinham as mesmas, e outras não. Estas diferenças os conduziram a reduzir a certas classes todas as palavras da sua Lingua; e a esta parte da Grammatica, que trata das partes elementares do discurso e de suas propriedades e analogias, deram o nome de Etymologia.” (Barbosa, 1, p. IX-X.)

E, numa clara menção ao momento da *performance*, que ele designa como *uso*, e a que comete a incumbência de efetuar as *combinações* das idéias estocadas nas palavras constitutivas da competência:

“Esta analyse do discurso dependia de muitas observações (...) para dellas se formarem noções geraes, que reduzissem a certas classes as partes elementares da oração segundo as suas significações e analogias, e bem assim as várias combinações que o uso fazia das mesmas, para exprimir todas as operações do entendimento, e tecer de tudo isto (= o subcomponente taxionômico, classificatório, e o subcomponente operacional) um systema seguido (= coerente) de Grammatica.” (Id., op. cit., p. IX.)

De forma ainda mais clara:

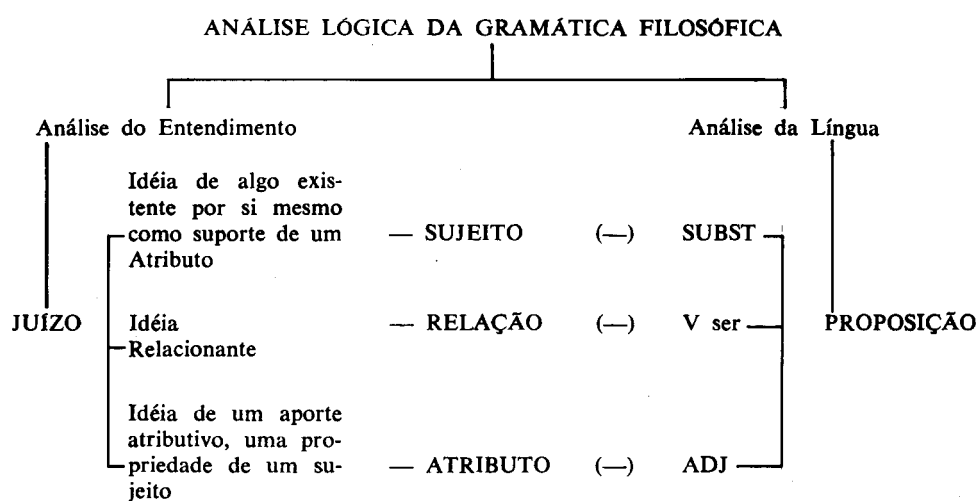
“Na Etymologia, pois, não consideram os grammaticos as palavras senão em si mesmas, attendendo às suas funções e natureza. Passando porém depois a olhal-as unidas em discurso para formarem os differentes painéis (= representações) do pensamento, observaram que segundo as differentes relações que as idéas tinham entre si (...) assim as palavras para representarem estas relações mutuas, tomavam ou differentes formas e terminações, ou differentes preposições, pelas quaes ou concordavam entre si, ou regiam umas a outras; e a esta ordem das partes da oração, segundo sua correspondencia ou sua subordinação, deram os grammaticos o nome de *Syntaxe*, que quer dizer *coordenação* de partes.” (Id., op. cit., p. X.)

E, finalmente, o último dos estratos,

3) *o nível de manifestação, das estruturas fonéticas particulares*, encarregadas de efetuar a representação exterior, “mechanica” das palavras sob a forma de *vocábulos*, parte física e material das línguas que, a partir de Hjelmslev, a lingüística estrutural passou a designar como *substância de expressão*.

GP: UM SISTEMA DE ANÁLISE LÓGICA

Seguindo em tudo e por tudo o seu modelo da *Grammaire générale et raisonnée* de Port Royal, a *Grammatica Philosophica* de SB erige-se, na verdade, como *um sistema de análise lógica* dedicado à busca das correspondências que o Iluminismo, instruído por um racionalismo que não se queria quadrar com ilogismos, afirmava existir entre *o entendimento*, de um lado, e *as línguas naturais*, do outro. Desse modo, o que ocupa a maior parte do trabalho de SB é o jogo de representações ativado por essa busca de *um paralelismo intuído* como associação do *juízo*, enquanto *entendimento representado*, e a *proposição atributiva*, enquanto *representação discursiva do juízo*. O conjunto daí resultante pode ser visualizado do seguinte modo:



CONCLUSÃO

O espaço habitualmente reservado para os artigos em uma publicação obriga-nos sempre a negociar o que devemos ou queremos dizer com o que podemos fazê-lo. O resultado é que optamos, inevitavelmente, por dar uma visão unilateral da obra objeto de nossas especulações, restando saber, apenas, se a vamos focalizar deste ou daquele ângulo. No caso presente, preferi destacar o que me pareceu mais significativo na *Grammatica Philosophica* de Soares Barbosa, sem que isso representasse necessariamente o melhor que ela tem para nos oferecer. Como quer que seja, creio que pude destacar a parte doutrinária mais densa e, ao mesmo tempo, mais estimulante, pois a GP é, na verdade, uma sementeira de idéias.

Deixei, por isso mesmo, de fazer, a tempo, os reparos que me acudiam à mente no momento de resenhar as suas contribuições, e de repente me dou conta, agora, de que talvez não importe muito explicitá-los *post facto*: de que adiantaria dizer, hoje, que não se pode mais aceitar, de modo nenhum, a exdrúxula associação direta, sem distinções nem mediações, da “lógica do pensamento” com a “lógica da língua”? De fato, a mera idéia de utilizar uma língua natural — não já uma metalinguagem construída, mas uma língua natural como o Português como instrumento de análise do pensamento, mal pode ser compreendida em nossos dias. Algo análogo ocorre com a suposição de que *todas* as línguas do globo possuam nomes ou verbos, ou que sejam, mesmo, articuláveis em *palabras*, o que quer que se entenda pelo termo. Por outro lado, fica evidente que os gramáticos geralistas todos — e não só o nosso amável Soares Barbosa —,

sob o pretexto de efetuar uma análise lógica do enunciado, acabaram por se colocar fora da realidade da língua quando tentaram efetuar a redução dos verbos predicativos à condição de paráfrases manifestantes do verbo *ser*; como lembra Gustave Guillaume, tais reduções são abusivas porque

“Si l'on dit en effet: *il marche*, et non pas *il est marchant*, c'est qu'on pense logiquement: *il marche* et qu'on n'a aucune idée que le verbe serait mieux pénétré, mieux analysé logiquement, si l'on disait avec une périphrase: *il est marchant*” (Valin, 5, p. 55).

Os níveis de descrição da língua, por sua vez, estão, no modelo da gramática de SB, baralhados de modo quase inextricável — tentar extrair alguma orientação de sentido ao longo do percurso gerativo ali esboçado é quase uma temeridade. Isto não é tudo; o pior, no meu modo de ver, se contém naquela estranha perversão do entendimento que leva SB, na saga dos gramáticos generalistas, a inverter a ordem das coisas com a afirmação de que a diferença entre as línguas se resume às diferenças detectáveis na parte material dos vocábulos, na sua substância da expressão, e “não na significação das palavras”, que ele afirma “que é a mesma em todas as línguas” (Barbosa, op. cit., p. 69). O fato é que tal afirmação implícita o entendimento de duas posições igualmente insustentáveis, a primeira, que assevera a igualdade substantiva, real, de todas as culturas, reduzindo-as, *ipso facto*, a uma única “cultura universal” — postulado de um axioma inexpresso mas que fornece, já se vê, a única base de sustentação possível para a idéia de uma *gramática universal*; e, a segunda, aquela afirmação pressupõe o entendimento de que as palavras das diferentes línguas não passam de meros rótulos diferentes aplicados sobre a mesma realidade.

Mas, é preciso não ser injusto com o nosso autor. A distância de mais de século e meio da época em que ele pensou e realizou a sua obra, é igualmente fácil e injusto pinçar suas imperfeições no varejo para desacreditá-las no atacado. Mas, o fato é que a despeito de todas as imperfeições que ali se possam rastrear — e que representam, em partes dificilmente discerníveis, tanto a contribuição pessoal de SB quanto a contribuição, também generosa, da *Grammaire générale et raisonnée* de Port Royal — está fora de dúvida que a *Grammatica Philosophica* não só compendiou de modo exemplar a melhor ciência lingüística de seus dias, como elaborou, assim fazendo, o protótipo iluminista da primeira gramática gerativa da língua portuguesa. E, a esse título, ela ficará.

LOPES, E. — Un prototype de Grammaire Générative Portugaise: la Grammaire de Soares Barbosa. *Alfa*, São Paulo, 30/31:37-53, 1986/1987.

RESUME: Ce travail étudie les aspects doctrinaux de la Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, de Jerônimo Soares Barbosa, élaborée à partir de la doctrine de la Grammaire générale et raisonnée de Port Royal, pour montrer qu'elle est le prototype d'une grammaire générative de la langue portugaise. Cette grammaire est l'expression des idées de la philosophie des Lumières dans le domaine de la science du langage. Elle s'insère ainsi dans le combat idéologique qui a lieu, à cette époque là, entre les idées absolutistes et la philosophie des Lumières. Ces positions se manifestent, au niveau des études linguistiques, par la grammaire normative, qui construit un savoir faire, et par la grammaire philosophique, qui construit, elle, un faire savoir.

UNITERMES: Grammaire philosophique; détermination historique des idées scientifiques.

NOTAS

1. Cf. a primeira frase da *Introdução*:

“A *Grammatica* (que quer dizer *Litteratura*) (...)” (Barbosa, 1, p. V).

2. Não há nenhuma dúvida de que Soares Barbosa conheceu a *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port Royal que em 1660 Claude Lancelot escreveu em colaboração com Antoine Arnaud, já que menciona os nomes de ambos esses autores na *Introdução*, ao lado de outros que seguiam a mesma escola:

“Mas felizmente aconteceu em nossos tempos, que Sanches principiasse entre os hespanhoes a sacudir o jugo da auctoridade e preocupação n'estas materias, e introduzindo na grammatica latina as luzes da philosophia, descobrisse as verdadeiras causas e razões desta lingua (...) e que, seguindo depois o seu exemplo outros grandes homens e philosophos tratassem pelo mesmo método e reformassem a grammatica das linguas vivas, pondo primeiro e estabelecendo principios geraes e razoados de linguagem, e applicando-os depois cada um à sua lingua. Este trabalho, que depois foi continuado, começaram Mr. Arnaud (sic) na lingua franceza, Wallis e Starris na ingleza, e Lancelot na hespanhola e italiana.” (Id., op. cit., p. XII.)

3. O que antes aparecera na *Carta I do Verdadeiro Método* de Verne reaparece assim na *Introdução* da gramática filosófica de SB:

“Aquelles que aspiram a estudos maiores, e para entrarem n'elles tem de aprender as linguas sabias, levam uma grande vantagem com aprender primeiro a gramatica da sua Lingua. (...) Esta theoria (= gramatical), applicada primeiro à própria Lingua, percebe-se e comprehende-se muito mais facilmente do que applicada à linguas desconhecidas. (...) Assim quem primeiro estudar a proposito a grammatica da propria Lingua, não achará difficuldade alguma na da Lingua latina;” (Id., op. cit., p. XIV).

4. Um fácil *aggiornamento* para a nomenclatura da gramática gerativista produziria as seguintes correspondências para esse fragmento:

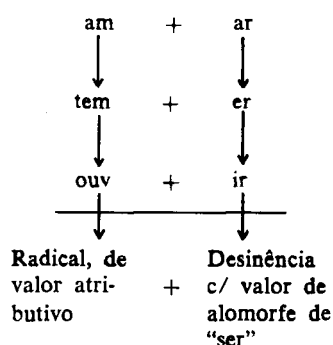
- 1) *interpretação fonética/gráfica, de nível superficial (ou de manifestação)*:

“uma (parte) *mechanica*, que considera as palavras como meros vocábulos e sons articulados, já pronunciados, já escriptos”;

- 2) *interpretação sintático-semântica, de nível profundo (= semântica) e de mediação (= sintática):*

“outra (parte) lógica, que considera as palavras, não já como vocábulos, mas como signaes artificiaes das ideas e suas relações.”

5. SB reconhece dois tipos de verbos, os *substantivos*, cujo modelo é o verbo *ser*, designando *existência*, e os *adjetivos*, que são todos os demais, podendo os verbos adjetivos, em qualquer caso, reduzir-se analiticamente a uma combinatória bimembre de *radical com valor atributivo* (onde se localizaria o *semantema*) mais a *desinência da conjugação, -ar, -er, -ir*, que funciona como forma alomórfica do verbo *ser*:



Uma vez que o radical do verbo adjetivo exprime a idéia adjetiva, isto é, a qualidade que se afirma como atributo do sujeito, fica fácil efetuar a *interpretação analítica* (= lógica, *raisonnée*) que converterá *enunciados predicativos*, contendo verbos adjetivos, em *enunciados atributivos* (seus homólogos, manifestados com o verbo *ser*), segundo o modelo:

tu amas = tu és amante
 ele temia = era temente
 eu ouvirei = serei ouvinte etc.

A conclusão é que todo enunciado predicativo não passa de uma paráfrase dotada de verbo adjetivo de uma proposição atributiva imanente, que se promove, assim, à condição de *enunciado-tipo universal (kernel sentence)*.

6. Resulta extremamente curioso lembrar que Gustave Guillaume reteve também a idéia de estudar o discurso como *um ato de representação* encenado pelo tempo do verbo:

“Dans *Temps et Verbe*, qui date de 1930 e marque le début de notre étude des actes de représentation, on s’est intéressé à un acte de représentation d’un haut intérêt, qui est celui de la représentation du temps. Cette représentation est déclarée, du point de vue sémiologique, par la conjugaison du verbe, qui tout simplement (...) signifie les moments sucessifs de cet acte considérable de représentation.” (Valin, 5, p. 22.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARBOSA, J.S. — *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios de Grammatica Geral Applicados à Nossa Linguagem*. 5. ed. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871.
2. CHOMSKY, N. — *Lingüística Cartesiana*. Madrid, Gredos, 1969.
3. DÉSIRAT, C. & HORDE, T. — Les Écoles Normales: Une Liquidation de la Rhétorique? *Littérature*, n.º 18, 1975.
4. DUCROT, O. & TODOROV, T. — *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*. Paris, Seuil, 1972.
5. VALIN, R., éd. — *Principes de Linguistique Théorique de Gustave Guillaume*. Québec, Presses de l'Université Laval/Paris, Klincksieck, 1973.

ASPECTOS DA COMPOSIÇÃO NOMINAL NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

Ieda Maria ALVES *

RESUMO: Com base em um corpus de vocabulário político constituído pelos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, analisados durante o ano de 1986 (amostragem sistemática de 30%), estudamos os neologismos formados por composição substantiva. Alguns substantivos, com função determinante, ocupam tão freqüentemente a segunda posição na composição por justaposição, que tendem a perder parte de seu significado e a adquirir um valor sufixal.

UNITERMOS: Vocabulário político; composição; derivação sufixal.

I. Dentre os processos utilizados pelo português para a ampliação de seu léxico, a composição e a derivação são sempre citadas pelos gramáticos como mecanismos intrínsecos, isto é, constituem recursos provenientes da própria língua para a expansão lexical (cf. 12, p. 183; 4, p. 80; 11, p. 213; 9, p. 95...). Além desses processos, a língua portuguesa emprega também outros recursos, ainda que esporadicamente: formações onomatopaicas e acronímicas, amálgamas e criações *ex-nihilo*.

Analisando o noticiário político nacional e internacional dos jornais *Folha de S. Paulo* (F) e *O Estado de S. Paulo* (E) durante o ano de 1986 (amostragem sistemática de 30%), defrontamo-nos com vários elementos neológicos formados pelo processo da composição.** Nem todas as unidades léxicas recenseadas pertencem exclusivamente à terminologia política: o discurso político, veiculado pela imprensa escrita e oral, faz com que termos políticos passem à língua geral

* Departamento de Linguística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19800 — Assis — SP.

** Consideramos neológicas as unidades lexicais não registradas pelo *Novo dicionário da língua portuguesa*, de A. B. de Hollanda Ferreira (7).

ou sejam influenciados por ela; recebe, também, muitos elementos de outros domínios técnicos e científicos (cf. 2, p. 906-7 e 3, p. 38-9).

Inventariamos criações neológicas compostas pela justaposição de substantivo mais substantivo (*deputado-cantor*), substantivo mais adjetivo (*populismo-sindicalista*), adjetivo mais adjetivo (*esquerdo-estatizante*), substantivo mais advérbio (*diretas-já*), preposição mais substantivo (*sem-terra*), verbo mais substantivo (*quebra-partidos*), substantivo mais preposição mais substantivo (*boca-de-urna*), e pela aglutinação de dois substantivos (*brasiguaió*). Dentre os neologismos formados pela justaposição de dois substantivos, na qual o primeiro elemento exerce a função de determinado, algumas criações léxicas chamaram nossa atenção: alguns substantivos são tão freqüentemente utilizados na segunda posição, como determinantes, que tendem a perder uma parte de sua significação e a adquirir um valor sufixal.

Na verdade, a divisão em formação de palavras por composição e por derivação não é unanimemente estabelecida por estudiosos das línguas. Meyer-Lübke, F. Brunot, A. Dauzat, Nyrop, Said Ali, A. Nascentes, Rocha Lima, C. Cunha, L. Sintra... consideram a formação prefixal um tipo de derivação. Outros autores, como Bourciez, Garcia de Diego, J. J. Nunes, Ribeiro de Vasconcelos, Mattoso Câmara Jr. ... preferem classificar os prefixos como constitutivos da composição. Sobre essa polêmica, comenta Said Ali: "Estoutra doutrina, plausível à primeira vista, em se tratando de partículas usadas como vocábulos independentes, tropeça contudo ao chegar o momento de analisar elementos formativos do tipo *dis-,re-,in-* negativo e aqueles que, como *pre-,ob-*, já não usamos como palavras isoladas. É fácil afirmar que não são ou foram preposições ou advérbios. Equivale este argumento a uma petição de princípio. Nada se sabe da existência de tais vocábulos independentes nem em latim nem em outra língua indo-européia. Por toda a parte ocorrem estes elementos funcionando sempre como prefixos" (13, p. 229-30). Mesmo na derivação sufixal, continua Said Ali (13, p. 230), nem sempre é fácil separar a composição da derivação. Em latim, a partícula *mente*, substantivo, fazia parte de formações compostas: *bona mente*, *fera mente*. A partir do momento em que passou a juntar-se a adjetivos, como em *rapidamente*, *recentemente*, perdeu a significação e o valor de substantivo e, de termo componente, passou a funcionar como sufixo criador de advérbios.

A respeito da relação existente entre composição e derivação, diz-nos A. Martinet (10, p. 134) que o que há de comum entre compostos e derivados é a unidade semântica do conjunto, a qual é marcada pelo fato de cada um deles corresponder normalmente a uma só escolha. Além disso, os monemas unidos pela composição e pela derivação são formalmente indissociáveis. Martinet distingue o *sintagma* propriamente dito do *sintema*, ou seja, o conjunto formado pelos monemas constitutivos da composição e da derivação. A tais monemas dá o nome de *ligados*.

A diferença entre composição e derivação reside, ainda, segundo Martinet (10, p. 136-7), no fato de que os monemas que formam um composto funcionam independentemente dos compostos, o que não ocorre com os monemas chamados afixos, que se juntam a um radical para formar um derivado. A passagem de um elemento composto para elemento afixal existe quando um monema passa a ser empregado apenas na composição: é o que ocorreu com o elemento *-hood*, do inglês *boyhood*, e com o monema *-heit*, do alemão *Freiheit*. No caso dos compostos eruditos, cujas partes não funcionam isoladamente, houve, originalmente, empréstimo de seus elementos a uma língua clássica.

II. No *corpus* que estudamos, os substantivos que exercem função determinante e ocupam a segunda posição na composição por justaposição são 13: *base, candidato, chave, chefe, comício, compromisso, empresário, fantasma, limite, monstro, presidente, suicida, tanque*. A produtividade desses elementos é bastante variada. *Chave*, que atua como determinante em vinte e duas criações neológicas, constitui o substantivo mais produtivo. *Fantasma* e *chefe* são também frequentes. Os demais substantivos funcionam num pequeno número de formações.

O elemento *chave* apresenta-se em campos semânticos bastante variados. Pode indicar a *interrogação*: “Segundo o jornal La Stampa, de Turim, a interrogação-chave, hoje, é a seguinte: [...]” (E, 25-02, p. 9, c. 4); “De qualquer forma, não temos respostas para a pergunta-chave: quem ordenou ou aprovou o desvio de dinheiro aos ‘contras’ [...]” (F, 11-12, p. 7, c. 3); “[...] Shultz está procurando evitar é a paralisação da política externa norte-americana, particularmente em questões-chave como as negociações de desarmamento [...]” (E, 11-12, p. 4, c. 2); um *personagem*: “Segundo a NBC, a figura-chave na transferência dos fundos conseguidos com as vendas foi um general reformado da Força Aérea norte-americana, [...]” (E, 29-11, p. 5, c. 1); “[...] através da eleição de alguns governadores-chaves, nos principais Estados?” (E, 06-06, p. 3, c. 4); “[...] e dizendo que ele garante ‘direito de sigilo’ aos que prestam depoimento e não ouve pessoas-chaves para elucidar o caso” (E, 20-09, p. 8, c. 5); uma *situação geográfica*: “Numericamente, como se está verificando, em todos os Estados-chaves o PMDB está a ponto de colher vitórias” (F, 23-09, p. 2, c. 3); “Além de ser ponto-chave frente ao campo de Ain Al-Hilweh [...]” (F, 25-11, p. 9, c. 1); “É o próprio futuro do império norte-americano que está em jogo numa região-chave, o Pacífico” (F, 25-02, p. 19, c. 4); “[...] tendo em vista sua condição /Alemanha Ocidental/ de território-chave no sistema de defesa da Nato” (E, 16-09, p. 8, c. 1); “Externamente, ela não tem em vista tanto renunciar à política do poder quanto reorientar este poder para zonas-chaves, [...]” (F, 21-12, p. 18, c. 1); uma *função*: “[...] a possibilidade de que candidaturas francamente minoritárias conquistem cargos-chaves na administração” (E, 19-07, p. 2, c. 2); “A revista também diz que a Agência Central de Inteligência — CIA — desempenhou papel-chave na tarefa [...]” (E, 25-11, p. 7, c. 2); “E os respon-

sáveis, [...] começam agora a ocupar posições-chave no aparelho [...]” (F, 21-12, p. 19, c. 2). Aparece também justaposto a *elemento, fator, idéia, órgão, peça, slogan* e aos sintagmas *peça pública* e *posição estratégica*: “O elemento-chave, nesse jogo potencialmente mortal, é a guerra entre o Irã e o Iraque, que se aproxima do seu primeiro aniversário” (E, 04-05, p. 9, c. 2); “A segurança foi o fator-chave para a escolha do local” (E, 19-07, p. 6, c. 6); “[...] leva para o Congresso Constituinte uma idéia-chave tão fácil [...]” (E, 15-11, p. 22, c. 3); “Destá forma, seria mais fácil conhecer os processos, o andamento das contas através de dois órgãos-chave [...]” (F, 30-03, p. 6, c. 5); “O professor habilitado é a peça-chave para a solução dos problemas do ensino” (F, 26-07, p. 2, c. 5); “Mas, na última linha, tropeça num slogan-chave do postulante a uma vaga de constituinte” (F, 04-11, p. 4, c. 2); “[...] a admitirem, sem problemas, não só que Perón voltasse do exílio, mas que fosse a peça pública-chave da sucessão presidencial nas eleições de 1973” (F, 07-09, p. 12, c. 2); “[...] realçando, ao mesmo tempo, a posição estratégica-chave que este arquipélago de 7 mil milhas / Filipinas / ocupa no panorama internacional, [...]” (E, 25-02, p. 3, c. 3). Nesses compostos, *chave* marca claramente a qualidade e a superioridade e perdeu bastante de seu significado primitivo. *

O substantivo *base*, que aparece no *corpus* com apenas quatro exemplos, exerce a função de sinônimo de *chave*: trata-se de um elemento que imprime caráter superior ao substantivo determinado a que se une: “[...] o Brasil vive um período de transição que traz esperança para um futuro melhor, segundo o documento-base do CNL [...]” (E, 31-08, p. 9, c. 3); “O grande esforço dos dirigentes do PMDB será costurar uma unidade prévia em torno de determinados pontos-base da nova Constituição” (E, 13-11, p. 13, c. 3); “Se se cuidasse de torná-la, agora, como texto-base para a redação da / Constituição / de 1987, o País só teria a ganhar” (E, 13-11, p. 13, c. 5); “A família é a unidade-base da sociedade, [...]” (F, 09-11, p. 16, c. 5).

Chefe e presidente integram unidades lexicais pertencentes a vários campos semânticos e indicam sempre aquele que exerce uma função de mando, de chefia: “O candidato-chefe dos racistas, Le Pen, entrega os candidatos da direita [...]” (F, 18-02, p. 3, c. 4); “O governo peemedebista do Paraná mandou recado ontem aos editores-chefes dos mais importantes jornais do Estado, [...]” (F, 25-07, p. 4, c. 2); “Um autêntico *staglunch*, onde as mulheres presentes, além da dona da casa, dona Emília, eram apenas Belisa Ribeiro (jornalista-chefe da campanha) [...]” (E, 18-12, p. 2, c. 5); “[...] o próprio médico-chefe da equipe que atendeu, [...]” (E, 16-07, p. 5, c. 3); “Da outra vez, o general Ivan (de Souza Mendes, ministro-chefe do SNI), estando comigo, [...]” (F, 16-10, p. 8, c. 6); “Na mesma portaria, Castro foi exonerado do cargo de procurador-chefe da

* O *Novo dicionário da língua portuguesa*, de A. B. de H. Ferreira (7), registra *homem-chave* e *posto-chave*.

Procuradoria da República do Rio” (F, 16-10, p. 6, c. 1); “Hoje é diretor-presidente do Grupo Sharp, [...]” (E, 15-10, p. 16, c. 6). Uma formação com *presidente* — *general-presidente* — deve-se ao fato de o Brasil ter tido presidentes que eram generais: “Creio que, em tese, o mandato de quatro anos é curto e o de seis anos longo demais (Como se viu no período dos generais-presidentes)” (F, 16-10, p. 2, c. 5). O presidente da República J. Sarney, que além de presidente é poeta, faz com que sejamos governados por um *poeta-presidente*: “Alfonsín, em vez de um simples brinde de resposta, como seria de praxe, prefere um discurso mais longo, no qual fala do ‘poeta-presidente’, que é Sarney, [...]” (F, 29-07, p. 6, c. 3).

Os neologismos constituídos com o substantivo *limite* marcam o fim de uma possibilidade. Indicam uma fronteira, além da qual a continuidade é impossível: “O general Juan Ponce Emile, ministro da Defesa, que propõe uma ‘política de linha dura’ para os rebeldes, sugeriu que seja imposto à guerrilha a fixação de uma data-limite para o início das negociações [...]” (E, 24-09, p. 9, c. 3); “[...] em substituição ao almirante José M. do Amaral, aposentado por ter atingido a idade-limite na carreira” (E, 16-09, p. 6, c. 1); “Além disso, pelo menos para S. Paulo, o prazo-limite de 30 de maio não será prorrogado” (E, 22-05, p. 2, c. 3).

Os acontecimentos que fazem a história política nacional e internacional contribuem com criações lexicais algumas vezes interessantes. Assim, a corrupção que atinge vários setores governamentais brasileiros e o descrédito de grande parte da população em relação aos governantes tornam possível o emprego de unidades léxicas com o elemento *fantasma*, que atribui o significado de inexistência ao substantivo determinado: “[...] a denúncia de A. Ermírio, do PTB, de que malufistas estão organizando diretórios-‘fantasmas’ no Interior, [...]” (E, 14-06, p. 4, c. 4); “Com o acréscimo de ‘discursos-fantasmas’, foi a dezoito o número de oradores numa sessão em que nem vinte deputados passaram pelo plenário; [...]” (E, 29-04, p. 2, c. 3); “[...] não significará tarefa impossível dar a todo eleitor uma novo título e, com isso, extirpar o eleitorado-fantasma, [...]” (E, 18-02, p. 3, c. 3); “[...] sem que fosse definida a responsabilidade pelo fato; aquisição de alimentos de firma-fantasma, entre outras” (E, 18-02, p. 4, c. 1); “[...] pretende demitir todos os ‘funcionários-fantasmas’ da Prefeitura, informou ontem sua assessoria” (F, 03-01, p. 20, c. 2); “Assembléia vai ouvir o ‘servidor-fantasma’ ” (manchete) (E, 12-02, p. 4, c. 4-5).

O substantivo *monstro* perde o significado de ser informe, que causa medo, e passa a significar, em *discurso-monstro*, *manifestação-monstro* e *operação-monstro* um longo discurso, uma grande manifestação e uma complexa operação: “E, num discurso-monstro, em frente ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro, lança a última dose de veneno: [...]” (F, 15-11, p. 4, c. 2); “[...] culminando com a manifestação-monstro de anteontem, reprimida com violência pela polícia” (E,

06-12, p. 7, c. 5); “A polícia italiana montou uma operação-monstro de caça a dois presos que fugiram do cárcere de Rebibbia, [...]” (F, 25-11, p. 8, c. 5).

As eleições de 15 de novembro de 1986, em que houve inúmeras candidaturas aos cargos de deputado, governador e senador, permitiu a criação de unidades lexicais como *conselheiro-candidato*, *ministro-candidato*, *parlamentar-candidato*, *presidente-candidato*: “Na manhã de ontem, os conselheiros-candidatos [...] distribuíram seus panfletos aos colegas, [...]” (F, 09-07, p. 7, c. 3); “O altivo ministro Carlos Sant’Anna revelou, há dias, seu pressentimento: só sairiam os ministros-candidatos” (E, 15-01, p. 3, c. 5); “O parlamentar-candidato parte para a campanha com vantagem sobre os outros candidatos, [...]” (F, 24-06, p. 8, c. 2); “[...] enquanto nesta última [sigla PL] o presidente-candidato se refere ao candidato a governador que seu partido apóia somente num pequeno quadro inserido em sua fala” (E, 21-10, p. 3, c. 2). Essas eleições, assim como as realizadas em 15 de novembro de 1982, foram marcadas por comícios festivos, em que políticos e artistas alternavam-se nos palanques. Tivemos, assim, a *feira-comício* e o *show-comício*: “Quércia fez essas afirmações após discursar na feiracomício pela passagem do ‘Dia da Criança’ promovida pelo PMDB [...]” (F, 13-10, p. 5, c. 5); “Amanhã de manhã, participará, com mais vinte artistas, de um show-comício na praia de Boa Viagem, com a presença de Arraes” (E, 25-10, p. 7, c. 4).

A onda de atentados terroristas, muito freqüente na década de 80, propicia a criação de termos com o elemento *suicida*: “[...] que convidou os jovens do mundo inteiro, árabe ou não, a integrar-se em seus esquadrões-suicidas [...]” (E, 12-04, p. 3, c. 2); “[...] diante dos escombros do que foi a Embaixada dos Estados Unidos em Beirute, destruída por um carro-bomba (com um motorista-suicida) [...]” (E, 17-04, p. 11, c. 1); “Outro dirigente do ‘Partido de Deus’, xeque Ibrahim Amin, elogiou o terrorista-suicida que atacou a embaixada norte-americana, [...]” (E, 17-04, p. 11, c. 2).

O *corpus* político estudado registra também formações neológicas com os substantivos *compromisso*, *empresário* e *tanque*, que tiveram, cada um, apenas duas ocorrências: “Já o ministro da Administração, Aluizio Alves, 64, defendeu ontem a revisão da carta-compromisso da Aliança Democrática [...]” (E, 25-02, p. 5, c. 6); “[...] concluirão e encaminharão ao presidente Sarney o documento-compromisso do PMDB, [...]” (E, 25-02, p. 4, c. 1); “Portanto, no caso, ninguém pode considerar-se privilegiado pelo erro do candidato-empresário [...]” (E, 06-06, p. 2, c. 4); “O grande responsável pela inflação brasileira, [...] é o próprio Estado, principalmente o Estado-empresário” (F, 27-12, p. 2, c. 5); “É usada para treinamento de pilotos norte-americanos estacionados na América Central e base de aviões-tanques” (F, 21-12, p. 20, c. 6); “O material bélico de fabricação brasileira fabricado no Irã — carros-tanques e granadas de mão — [...]” (E, 29-11, p. 2, c. 1).

III. A análise dos substantivos compostos por justaposição revela-nos que alguns substantivos, que assumem a segunda posição da justaposição, como determinantes, são bastante produtivos e manifestam a tendência de se expandirem na língua portuguesa. Tal é o caso de *chave*, sobretudo, e também de *base*, *chefe* e *limite*.

Outros estudos realizados sobre o vocabulário jornalístico apresentam o mesmo tipo de composição. Num estudo que realizamos sobre as eleições de 15 de novembro de 1982, já aparecia o emprego de *feira-comício*, *show-comício* e *Estado-chave*, atestados no *corpus* que estudamos (1, p. 42). Num trabalho sobre a linguagem de periódicos pernambucanos, N. Carvalho recenseou *Estado-empresário* e *ministro-chefe*, também registrados em nosso *corpus* (5, p. 103-4). A A. recolheu outros compostos com elementos substantivos que apresentam produtividade nos jornais que analisamos, como *base* e *monstro*: *preço-base*, *salário-base* e *pai-monstro* (5, p. 105). O *Novo dicionário da língua portuguesa*, de A. B. de H. Ferreira, registra compostos como *homem-chave*, *posto-chave*, *carro-chefe*, *papamóvel*, *carro-bomba* e *carta-bomba*. Substantivos compostos com os elementos *chave* e *chefe* estão presentes no nosso *corpus* (v. II). A série com o elemento *móvel* aparece em compostos como *Montoro-móvel*, *Tancredo-móvel* (1, p. 40) e *petemóvel*, empregado no vocabulário político que analisamos: “[...] os duzentos carros de A. Ermírio, fotografados pela *Folha* há algumas semanas, já são quatrocentos, contra o petemóvel, filho único na frota do PT” (F, 26-09, p. 5, c. 1). Com bomba, temos o composto *sugestão-bomba*, também empregado no *corpus* estudado: “[...] que na próxima semana iria a Brasília levando uma ‘sugestão-bomba’ do prefeito Jânio Quadros para a reforma da Carta [...]” (E, 14-06, p. 2, c. 2). Esses fatos nos mostram que a série paradigmática está presente na formação de compostos substantivos justapostos.

O mesmo fenômeno ocorre em francês contemporâneo e já foi descrito por vários lingüistas. Numa análise efetuada por L.-Majumdar (8, p. 63-83) com neologismos compostos inventariados no jornal *Le Monde* durante o ano de 1955, a A. encontrou dezesseis substantivos com o mesmo comportamento que os elementos citados em nosso estudo. Tal como em português, é a unidade lexical *clé* (correspondente ao português *chave*) que se revela a mais produtiva, com trinta e um compostos. Para J. Dubois (6, p. 178), o primeiro exemplo da série em *clé* é *position-clé*, originário do vocabulário bélico utilizado na Segunda Guerra Mundial e decalcado do inglês *key position*. A amostragem que estudamos revela-nos o emprego de *posição-chave*, equivalente ao francês *position-clé*. Podemos ter recebido a série de formações com o substantivo *chave* diretamente do inglês *key position* ou por intermédio do francês *position-clé*.

J. C. Boulanger (3, p. 68) considera que as unidades lexicais autônomas como *-clé*, *-pilote*, *-cible*, *-témoin*, ... não mais funcionam como compostos e passam a exercer uma função sufixal. Esta é também a opinião expressa por

Dubois (6, p. 178-9), que declara que o segundo elemento da composição de unidades lexicais como *industrie-clé*, *mot-clé*, *position-clé* . . . perdeu sua significação primitiva e tornou-se até um novo signo. A diferença com a palavra composta propriamente dita, continua a A., deve-se ao alargamento do campo associativo e à perda progressiva do valor primitivo do segundo elemento de composição. Esse fenômeno ocorre frequentemente nos vocabulários técnicos (cf., por ex., a série — *réacteur* em *statoréacteur*, *carburéacteur*, *pulsoréacteur*, *quadriréacteur* . . .) e exerce um papel análogo ao dos elementos gregos (ex.: *barisphère*, *bathysphère*, *ionosphère*, . . .). Para J. Dubois, tais formações podem ser consideradas como uma característica do movimento sufixal francês contemporâneo. Essa é também a opinião manifestada por L. Guilbert, na introdução ao *Grand Larousse de la Langue Française* (cit. por L.-Majumdar, 8, p. 65). Para Guilbert, o segundo elemento tende a ter valor sufixal e esse esquema representa o esboço da formação de novos sufixos. Já P. Gilbert (*Dictionnaire des Mots Nouveaux*, 1971, cit. por Boulanger, 3, p. 68) considera tais elementos como o segundo membro da composição entre dois substantivos.

No *corpus* que estudamos, algumas das criações terão certamente um caráter efêmero, como *conselheiro-candidato*, *candidato-empresário* . . . Mais importante, porém, que a integração à língua portuguesa de todas as unidades léxicas arroladas, parece-nos ser a constatação da disponibilidade do emprego desses elementos na composição justaposta.

Os substantivos *candidato*, *chefe*, *comício*, *compromisso*, *empresário*, *limite*, *presidente*, *suicida* e *tanque* não perderam o significado original ao se tornarem compostos. *Base*, *chave*, *fantasma* e *monstro* perderam parte de seu valor primitivo e adquiriram outro valor semântico: *base* e *chave* imprimem um caráter superior ao substantivo determinado; *fantasma* nega existência ao primeiro substantivo e *monstro* adquire o valor de algo muito grande sem ser disforme. Desses elementos, *fantasma* e *monstro* constituem formações provavelmente efêmeras. Acreditamos que *base* e *chave* são os que mais se aproximam da função sufixal, tanto pela perda de parte da significação, como também, no caso de *chave*, pelo número considerável de criações léxicas.

ALVES, I.M. — Aspects of the nominal composition in contemporary Portuguese. *Alfa*, São Paulo, 30/31:55-63, 1986/1987.

ABSTRACT: Taking a corpus constituted by the political vocabulary of both newspapers the Folha de S. Paulo and the Estado de S. Paulo (systematic sample of 30%), we studied neologisms formed by substantive composition. We noticed that some nouns, which play the role of determinant elements, occupy the second position in the composition by juxtaposition so frequently, that they tend to lose a part of their meaning and to acquire a suffixal value.

KEY-WORDS: Political vocabulary; composition; suffixal derivation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVES, I.M. — A terminologia política no período pré-eleitoral. *Alfa*, 27:39-46, 1981.
2. BLOCHWITZ, W. — Le néologisme de sens dans le vocabulaire du français contemporain. In: CONGRESS INTERNATIONAL DE LINGÜÍSTICA si FILOLOGIE ROMANICA, 12, Bucaresti, 1970. *Actele*. p. 905-12.
3. BOULANGER, J.C. — Néologie et terminologie. *Néologie en Marche*, Montréal, 4:5-128, 1979.
4. BUENO, F. da Silveira — *Gramática normativa da língua portuguesa*. 6. ed. São Paulo, Saraiva, 1963.
5. CARVALHO, N. — *Linguagem jornalística. Aspectos inovadores*. Recife, Secretaria da Educação, Associação de Imprensa de Pernambuco, 1983.
6. DUBOIS, J. — Mouvements observés dans les suffixations en français contemporain. In: DUBOIS, J. & DUBOIS, C. — *Introduction à la lexicographie: le dictionnaire*. Paris, Larousse, 1971. p. 133-97.
7. FERREIRA, A.B. de H. — *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio, Nova Fronteira, 1986.
8. LIFETREE-MAJUMDAR, M.J. — Composition nominale en français. *Cahiers de lexicologie*, 24(1):63-84, 1974.
9. LUFT, C.P. — *Moderna gramática brasileira*. 6. ed. Porto Alegre/Rio, Globo, 1985.
10. MARTINET, A. — *Elementos de lingüística geral*. Trad. do francês de Jorge Morais Barbosa. 3. ed. Lisboa, Sá da Costa, 1971.
11. MATTOSO CÂMARA JR., J. — *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio, Padrão, 1975.
12. PEREIRA, E.C. — *Gramática histórica*. São Paulo/Rio, Weiszflog Irmãos, 1916.
13. SAID ALI, M. — *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7. ed. Rio, Acadêmica, 1971.

PROPOSTA DE NOTAÇÃO FONOLÓGICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Rafael Eugenio HOYOS-ANDRADE *

RESUMO: Trata-se de uma proposta de transcrição fonológica do português brasileiro, com objetivos pedagógicos. Expõem-se, em primeiro lugar, os princípios teóricos de inspiração funcionalista em que se apóia a interpretação fonológica de base; apresentam-se, a seguir, aqueles aspectos que, no funcionamento real do português falado no Brasil, constituem problemas autênticos para quem pretende estabelecer um método notacional adequado. Finalmente, propõe-se um sistema de notação (transcrição) com os seus grafemas, as suas normas e a sua aplicação a um breve texto.

UNITERMOS: Transcrição ou notação fonológica; fonemas do português brasileiro; arquifonemas; neutralização; exemplo de notação fonológica.

O mínimo que se deveria esperar dos nossos licenciados em Letras, em matéria de fonologia da língua portuguesa, é que saibam, sem maiores dificuldades e hesitações, passar do sistema ortográfico de um texto escrito em português para o seu sistema fonológico. Perguntamo-nos, porém, se essa tão razoável expectativa corresponde à realidade. A minha experiência tem-me ensinado que só uma pequena parcela dos nossos recém-formados professores de português está em condições de fazer uma transcrição fonológica aceitável de qualquer texto.

A correta utilização de um sistema de notação fonológica, para uma determinada língua, supõe, sem lugar a dúvidas, um conhecimento científico do funcionamento real das unidades do plano significante dessa língua. Esse conhecimento deve constituir um aspecto importante da bagagem intelectual de um especialista em língua vernácula; e todo licenciado em língua portuguesa é, em princípio, um especialista.

* Departamento de Linguística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19800 — Assis — SP.

Como funcionam, pois, as unidades que caracterizam o aspecto sonoro da língua portuguesa? A resposta a esta pergunta seria, para nós, todo um tratado do que poderíamos chamar “fonologia funcional do português brasileiro”. É óbvio que um simples ensaio como o presente não poderia dar conta cabal dessa tarefa.

Sendo nossa abordagem de natureza prática e pedagógica, limitar-nos-emos a expor, em primeiro lugar, uma síntese dos princípios teóricos sobre os quais se apóia a nossa análise; a destacar, em segundo lugar, os aspectos problemáticos do funcionamento real do português brasileiro, no que diz respeito à sua notação fonológica, e a apresentar, num terceiro momento, a nossa proposta no intuito de submetê-la à opinião crítica dos leitores. Dessas críticas esperamos novas luzes que nos ajudem a melhorar um sistema que já vimos utilizando e aprimorando há vários anos, tanto nos cursos de Graduação como nos de Pós-Graduação.

Preferimos usar o termo de *notação fonológica* ao de *transcrição* pelas razões aduzidas durante o II Colóquio Internacional de Lingüística Funcional, realizado em Clermont-Ferrand (França) de 22 a 25 de julho de 1975 (2), e que se reduzem ao seguinte: transcrever é fornecer o equivalente gráfico de outro sistema gráfico; no domínio da fonética e/ou fonologia não se trata de passar de um sistema gráfico (p.e., ortográfico) para outro, mas de fornecer a representação gráfica de enunciados considerados na sua realidade sonora, seja para tentar reproduzir fielmente uma determinada maneira de pronunciar (notação fonética), seja para tentar mostrar as unidades funcionalmente pertinentes no plano signifiante dos mesmos (notação fonológica) (2).

1. BASES TEÓRICAS EM QUE SE APÓIA O SISTEMA DE NOTAÇÃO PROPOSTO

1.1. Os fonemas são unidades distintivas que constituem a segunda articulação da linguagem. Embora definíveis como feixes de traços pertinentes, os fonemas são *funcionalmente indivisíveis*. Chega-se à identificação dos fonemas de uma língua pelos processos de segmentação, comutação e estabelecimento de relações proporcionais entre segmentos contextualmente paralelos (5).

1.2. Os fonemas organizam-se em sistemas de oposições, o que constitui um dos aspectos da economia lingüística. Cada língua possui sistemas próprios que impedem a identificação, entre si, de fonemas de línguas diferentes, embora estes sejam muito próximos pela sua substância.

1.3. As oposições distintivas entre dois ou mais fonemas podem estar ligadas a fenômenos contextuais (como posição relativa do fonema em foco, lugar do acento). Isso faz com que, em determinados contextos, cesse a oposição entre

dois fonemas e possa falar-se de *neutralização*. É de grande utilidade o expediente do *arquifonema* para marcar as neutralizações.

1.4. Não se deve confundir a verdadeira neutralização com o fenômeno de *flutuação*, *cumulação* ou *debordamento*: neste caso, duas unidades distintas da língua aparecem alternadamente no mesmo contexto; tratar-se-ia, então, de verdadeiras formas duplas do significante em questão: há casos claríssimos, como os da alternância /v/b/ (“assobiar”/“assoviar”) ou da alternância /l/r/ (“claro”/“craro”); outros, por estarem ligados a falsas neutralizações, tornam-se mais difíceis de serem identificados; é o que acontece quando da alternância das vogais pretônicas /o/, /u/, como em /bonitU/, /bunitU/, ou de /i/, /e/ em /siñ'oR/, /señ'oR/. Não se trata de autênticas neutralizações na medida em que é possível a existência de pares mínimos nesse contexto:

/diSkrisãU/ ≠ /deSkrisãU/ (6, p. 35).

1.5. Realizações fonéticas diferentes nem sempre correspondem a unidades distintas diferentes. Não se fala, por exemplo, com relação à língua inglesa, de dois fonemas diferentes pelo fato de o [l-] inicial ser foneticamente diferente do [-l] final de sílaba: “look” [lUk], “kool” [kuɫ]. Por isso, consideramos que o comportamento fonético diferente de um segmento, pelo fato de ocupar posições diferentes com relação ao núcleo silábico, não é argumento definitivo para se aceitar fonemas semivocálicos ou semiconsonânticos.

1.6. As realizações fonéticas da mesma unidade distintiva, por parte de diferentes grupos de usuários (identificáveis geográfica ou sociologicamente), podem ser tão diferentes, que nada tenham em comum; isso não impede que se possa falar de um mesmo sistema fonológico, a não ser que as diferenças fônicas afetem também as classes de oposições estruturais internas ao sistema em foco. É o caso do fonema /r̃/ (erre múltiplo) em português do Brasil; realizações do tipo [h] e [r̃] não têm nada em comum:

[h] constritiva, laríngea, surda...

[r̃] vibrante, ápico-alveolar, sonora...

Esse fato, porém, não seria suficiente para afirmar que o sistema fonológico daqueles que usam [h] é diferente do daqueles que usam [r̃] porque as relações desta unidade, [h] ou [r̃], com os outros fonemas da língua são basicamente as mesmas. Pode-se, portanto, usar o mesmo grafema para representar esse fonema nos dois “dialetos”.*

* As diferenças fonéticas assinaladas, com relação às diversas realizações do [r̃], têm, todavia, repercussões no nível morfológico, na medida em que, p.e., não é o mesmo dizer que o

2. ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL COM VISTAS A UMA POSSÍVEL NOTAÇÃO FONOLÓGICA UNIFICADA

2.1. Sistema consonântico

2.1.1. As oclusivas não oferecem aparentemente problemas, apesar das variantes africadas de /t/ e /d/. O fato de grande parte dos brasileiros pronunciarem [mot̃s'ivu] e [ped̃z'idu] não chega nem a fazer com que se coloque a hipótese de se adotarem outros grafemas que não sejam o *t* e o *d*, respectivamente, para uma notação fonológica adequada. São variantes contexto-regionais dos mesmos fonemas /t/ e /d/.

2.1.2. Na série das constrictivas apresenta-se o interessantíssimo problema da neutralização, em final de sílaba, entre os quatro fonemas /s/, /z/, /s̃/ e /z̃/ (6, p. 41-42). Aqui haveria a possibilidade de se distinguirem dois sistemas: o daqueles (“sulistas”) para quem a neutralização só tem vigência entre os fonemas /s/ e /z/ e o daqueles (“cariocas” e “nortistas”) para quem a neutralização abrange os quatro fonemas mencionados. Esses dois sistemas de pronúncia não configuram, porém, dois sistemas fonológicos, pois o sistema de oposições com os outros fonemas se mantém intacto, nos dois casos. Afigura-se sim a “necessidade” de introduzirmos nosso primeiro *arquifonema* para fins de notação fonológica: as sibilantes da ortografia notar-se-ão *S* (esse maiúsculo), no final de sílaba, seja esta final de palavra ou não. O arquifonema é simplesmente um recurso de notação que diz ao possível leitor: “neste caso, você escolhe a pronúncia em função do fonema seguinte e em função da sua região...” Seja qual for a pronúncia escolhida o sistema de oposições continuará intacto; afinal, trata-se mais uma vez de condicionamento contextual fônico. Surge, porém, a dificuldade seguinte: quando a sibilante, em final de palavra, estiver seguida de vogal (“os alunos”), deverá manter-se o arquifonema na notação, /US alunUS/, ou deverá utilizar-se o grafema *z*, dado que nesses casos, sem exceção (aparentemente), a norma exige uma pronúncia [z], [uzalunus]? Optamos, por razões de coerência, pela manutenção do arquifonema, também nestes casos: a pronúncia

plural de “mar”, pronunciado [mar], é “mares”, que dizer que o plural de “mar”, pronunciado [maX] é “mares”; no segundo caso temos que aceitar uma alternância de significantes do monema {mar}, a saber: /mar/, pronunciado [maX] e /mar—/, pronunciado [mar—].

Outras repercussões produzem-se no nível do aprendizado de línguas estrangeiras. Quem realiza como [h] ou como [X] o /r̃/ do português terá maior dificuldade em distinguir os fonemas /r̃/ e /x/ (“jota”) do espanhol e interpretará, muitas vezes, como um tipo de “erre” o /h/ do inglês. Comprovação típica deste fenômeno são as grafias “She-Ha” por “She-Ra” ou das pronúncias [r̃onda, jamaã] das palavras “Honda”, “Yamaha”; grafias e pronúncias que não é raro encontrar por aí.

[z] fica assegurada mediante a interpretação correta de que a realização desta unidade depende do contexto fônico. Possíveis oposições realmente funcionais, do tipo “as salas” ≠ “as alas”, ficam garantidas pelo uso, no primeiro caso, do arquifonema /S/ seguido do fonema /s/: /aS salaS/ ≠ /aS alaS/.

2.1.3. Quanto às consoantes nasais, os problemas surgem devido a dois fatos (2): O primeiro é a discussão existente em torno da interpretação fonológica do complexo gráfico NH (1). O segundo está ligado ao problema, mais complexo ainda, das vogais nasais que, muitas vezes, se representam ortograficamente como um conjunto gráfico de vogal mais consoante nasal. Deste problema falaremos mais adiante.

Quanto ao problema do dígrafo NH, não vemos, por enquanto, a conveniência de interpretar o tradicional fonema / \tilde{n} / da língua portuguesa como um complexo bifonemático de /n/ mais a semivogal /j/. O fato de alguns falantes (ou até mesmo regiões inteiras) realizarem esse NH como [n] + semivogal [j], por exemplo [unja] em lugar de [u \tilde{n} a], ou mesmo o desaparecimento do traço “palatalização” em casos como [kõpan'ia] por [Kõpa \tilde{n} 'ia], ou ainda a realização do NH como nasal velar [ŋ], [si \tilde{n} or] por [si \tilde{n} or], não justifica a eliminação pura e simples do fonema / \tilde{n} / em nível nacional, digamos assim. Não há dúvida de que se trata de um fonema instável, mas não se pode, sem mais, assinar o seu atestado de defunção; para isso seria necessária uma pesquisa séria de âmbito nacional. Máxime em se tratando de um sistema de notação fonológica que corresponda, de algum modo, ao ideal de um único sistema fonológico, base de um único sistema ortográfico... Não temos a menor dúvida de que, pelo menos de São Paulo para baixo, em termos geográficos, o fonema / \tilde{n} / está bem vivo em palavras como “canho”, “tenho”, “ponha”, “unha”, etc. Nem faltam pares mínimos que o comprovem: “vênia”/“venha”; “Sônia”/“sonha”; “união”/“unhão”. O problema apresenta-se, às vezes, por causa da vizinhança do fonema /i/, como em “companhia”, mas não de forma generalizada para todos os falantes. De qualquer modo faltam-nos estudos instrumentais.

2.1.4. Com relação às laterais o problema é duplo:

2.1.4.1. O primeiro diz respeito à interpretação fonológica a ser dada ao também tradicional fonema / \tilde{l} / (o LH da ortografia): autores de influência norte-americana tendem hoje a interpretar esse “fonema” como um complexo bifonemático /l/ + /j/. Desse modo a palavra “alho” notar-se-ia fonologicamente como / \tilde{aljU} /. A aceitação desta interpretação suporia: (a) um estudo instrumental apurado da substância fônica em jogo mediante, p.e., a análise espectrográfica de pares mínimos do tipo “óleos”/“olhos”; “afiliado”/“afilhado”, etc. que demonstrasse a inexistência de oposições fonéticas distintivas em casos como esses e (b) uma argumentação sólida e convincente em favor da existência de fonemas semivocálicos em português e em favor de uma interpretação, que se afigura antieconômica: no eixo sintagmático, aumento de um segmento nas transcrições,

sem alívio do eixo paradigmático (dada a introdução do fonema /j/ que viria “substituir” parcialmente o fonema /ʎ/).

Argumentar apenas a partir de certas realizações fonéticas não constitui um procedimento científico satisfatório, na medida em que os fonemas são unidades abstratas e devem corresponder a uma interpretação funcional e estrutural do sistema. Não deve, tampouco, desprezar-se neste ponto o argumento “ortográfico”, a saber, a interpretação do LH da escrita como dois fonemas, correspondentes a dois sons distintivos, introduz, sem dúvida, uma perturbação, já que a letra H poderia passar, nas mentes dos usuários, a representar o fonema /j/, a não ser que a reforma ortográfica decidisse substituir o LH por LJ, o que, porém, criaria um novo problema: o grafema J corresponde, com efeito, a outro fonema, o fonema /ʒ/. . . (Outra solução que produziria, porém, homonímias indesejáveis seria a de substituir o LH por LI: “afilhado” passaria a escrever-se igual a “afiliado”. . .) Sem mencionar o fato (talvez inválido para certos teóricos) de que a visão bifonemática contraria o sentimento lingüístico tradicional dos falantes de português.

2.1.4.2. O segundo problema (relacionado com as consoantes “laterais”) é a *vocalização* de /l/ em final de sílaba no português do Brasil. Ninguém duvida de que essa vocalização seja um fenômeno fonético generalizado no Brasil. A dificuldade está em decidir se se trata de um fenômeno puramente fonético ou se as suas repercussões devem já ser encaradas como verdadeiras alterações do sistema fonológico. Trocando em miúdos: como se deve transcrever fonologicamente a palavra “abril”? /abr'iu/, /abr'iw/, /abr'il/ ou /abr'iL/? Noutros termos, o segmento final dessa palavra é uma realização do fonema /u/, a manifestação de um pretense fonema semivocálico /w/, uma realização do fonema /l/ ou o resultado da neutralização dos fonemas /u/ e /l/, em posição final de sílaba?

Pensando em termos de brasilidade, por um lado, e em termos dos possíveis reflexos ortográficos de se adotar uma dessas interpretações, achamos que não convém eliminar ainda o /-l/ final das nossas notações fonológicas sob o argumento de que não se trata mais de um verdadeiro /l/, mas sim, ou de uma realização do fonema /u/, ou da manifestação do fonema /w/. Não podemos aceitar este argumento porque achamos que não estamos ainda diante de uma autêntica neutralização, nem diante do desaparecimento do /-l/ (em favor do pretense fonema /w/), já que continua sendo possível, na base da simples pronúncia, a reconstrução de oposições fonológicas do tipo /abr'il/ ≠ /abr'iU/; /altU/ ≠ /'autU/; /v'il/ ≠ /v'iu/ (foneticamente: [abr'il] ≠ [abr'iw]; [altu] ≠ ['awtu]; [v'il] ≠ [v'iw]). Nas verdadeiras neutralizações (e nas mudanças definitivas de um sistema para outro) é impossível querer reconstruir, à base de simples pronúncia, uma oposição distintiva qualquer entre os fonemas em jogo; por exemplo, as realizações [u] — [o] do último segmento da palavra

“livro” nunca distinguirão dois vocábulos da língua portuguesa já que [livru] = [livro].

2.1.5. As vibrantes justificam, por sua vez, a introdução de um segundo arquifonema, o arquifonema /R/, correspondente à neutralização, em posição final de sílaba, dos fonemas /r/ e /r̃/. Todavia, essa neutralização, que se afigura evidente nos dialetos sulistas, já que neles pode, de fato, pronunciar-se [mar] ou [maṽ] a palavra “mar”, não aparece claramente nos dialetos do norte do país, pois neles a mesma palavra “mar” só se ouve realizada como [maX] ou [mah] ou [maʃ] ou, inclusive, como [ma], segundo o dialeto, mas nunca como [mar], pelo menos em final absoluto. Tratar-se-ia, portanto, aqui, de lacunas distribucionais e não de autênticas neutralizações, no nosso entender.

Apesar disso, achamos conveniente conservar o arquifonema /R/ no contexto indicado acima, pensando em termos de Brasil e, portanto, de um sistema de notação fonológica utilizável em todo o território nacional. A alternância [maX]/[maṽ] (“mar”/“mares”), nos dialetos do Norte, parece-nos justificar ainda mais esta decisão.

2.2. Sistema vocálico

2.2.1. A natureza fonológica das vogais orais do português está intimamente ligada à posição tônica, pretônica, postônica, átona final, como o demonstrou magistralmente Mattoso Câmara. Daí que na transcrição ou notação fonológica, por nós proposta, deva levar-se em consideração esse fato primordial. Tendo, como sempre, em mente o critério da maior abrangência (em termos de um sistema fonológico brasileiro uno, se for possível), achamos por bem optar pela utilização de sete grafemas vocálicos, para as sílabas tônicas (i — e — ẹ — a — ọ — o — u), cinco para as pretônicas (i — e — a — o — u), quatro para as postônicas (não-finais) (i — e — a — U) (sendo o último a marca da neutralização entre /o/ e /u/) e, finalmente, três (I, U, a) para as átonas finais (os dois primeiros os arquifonemas relativos às neutralizações i/e — o/u).

É um fato que, em determinadas palavras do português brasileiro, existe verdadeira neutralização entre as vogais e/ẹ — o/ọ quando pretônicas, como em “nortista”, “cafezinho”, já que nesses casos torna-se impossível uma oposição distintiva entre as vogais mencionadas. Preferimos, contudo, por razões de simplificação, dada a marginalidade das realizações com vogal aberta nessa posição, optar pela não utilização de eventuais arquifonemas E/O para marcar esse fenômeno. Insistimos em que a nossa proposta, embora baseada numa análise científica dos dados, não pretende ser técnica em sentido estrito, mas primordialmente pedagógica.

Nos casos de aparente neutralização, mas que na realidade constituem possibilidades de alternância ou flutuação, optamos por conservar o grafema da orto-

grafia: a palavra “bonito”, que pode ser pronunciada seja [bonito], seja [bunito], será anotada, fonologicamente, /bonitU/. A possibilidade, oferecida pelo sistema, de que exista uma palavra *“bunito” diferente de “bonito” — a exemplo de “borrinha”, “burrinha” — é o que nos impede de falar aqui de neutralização. Outra opção de transcrição mais precisa, mas que não usamos nesta proposta, é a de fazer figurar os dois fonemas possíveis, na sílaba em causa, mediante a superposição dos mesmos; assim, /b^unitU/.

2.2.2. Quanto às vogais nasais simples, optamos pelo critério monofonemático, segundo o qual — por razões de economia sintagmática — preferimos não interpretar a nasalidade distintiva dessas vogais como uma seqüência bifonemática de vogal + arquifonema nasal de travamento /N/, sem por isso negar o interesse e o valor da interpretação que fornece Mattoso Câmara Jr. dos apêndices consonânticos, geralmente presentes na pronúncia das vogais nasais do português (6, p. 37). A coerência e solidez da interpretação mattosiana foi recentemente exposta, com brilhantismo, nesta mesma revista, pelo nosso colega, professor Onosor Fonseca (3, p. 101-111).

Consideramos que o espinhoso problema das vogais nasais aceita diversas interpretações fonológicas que serão mais ou menos válidas em função não só dos objetivos pretendidos, mas também dos princípios teóricos em que se fundamentam. Os dois argumentos básicos de Mattoso Câmara Jr., muito bem expostos e aprofundados no artigo mencionado, reduzem-se: (1) à impossibilidade de as vogais nasais virem seguidas de /r/ simples (“flap”), contrariamente ao que acontece com as vogais orais que aceitam, depois delas, os dois tipos de “vibrantes”: /karU/, /ka^hrU/, o que configuraria um *travamento consonântico* após a vogal dita nasal: /zeNrU/, e (2) à não existência, em português, de pares mínimos do tipo francês, /b^o/ ≠ /bon/, isto é, vogal nasal que comute com vogal oral seguida de consoante nasal. Estes dois argumentos são realmente muito bons e justificam, sem lugar a dúvidas, a coerência e bom-senso da interpretação bifonemática das vogais nasais. Eles não impedem, porém, que a interpretação monofonemática seja também aceitável e coerente. Podemos, inclusive, formular, sem pretensões polêmicas, duas observações sob forma de perguntas, que poderiam, talvez, ajudar a demonstrar que também, neste ponto (como, aliás, em todas as áreas da ciência baseadas em interpretações dos dados da realidade), não existe uma visão que seja a única aceitável: (a) Por que exigir que as vogais nasais e as vogais orais tenham o mesmo comportamento fonológico (para serem consideradas unidades monofonemáticas)? A ausência de “vibrante simples”, após as vogais nasais, não pode ser simplesmente interpretada como uma “lacuna distribucional”? (Assim como o fonema /d/ do português não aceita combinar-se com /l/ dentro da mesma sílaba, sem que por isso deixe de ser classificado entre as “oclusivas sonoras”, ao lado de /b/ e /g/ que sim se combinam com /l/.) (b) Por que exigir também que o sistema vocálico do português se comporte como o do francês,

quando as numerosas oposições entre vogais nasais e orais que se dão em português, em outros tantos pares mínimos, parecem mais do que suficientes para se aceitar, não só uma nasalidade distintiva (que isso não está em jogo) mas o funcionamento monofonemático da mesma? Se a língua portuguesa atual — ousamos perguntar mais ainda — não tivesse escrita, será que os eventuais lingüistas que a estudassem e descrevessem reconheceriam *consoantes fonológicas* em /vĩ/, /bẽ/, /lã/, /bõ/, /ũ/, devido às inegáveis ressonâncias ou apêndices consonânticos audíveis ou, pelo menos, registráveis instrumentalmente? Por que não argumentar, em favor do monofonematismo das vogais nasais do português (já que se usa o francês em favor do bifonematismo), utilizando o contraste com o que acontece em espanhol, onde realizações perfeitamente consonânticas dos segmentos finais de /fin/, /ben/, /dan/, /son/, /un/ não admitem que se pense em vogais nasais monofonemáticas, ao mesmo tempo em que se aceita que essa consoante nasal final é, funcionalmente, um arquifonema nasal, dada a impossibilidade de opor, nesta posição, os fonemas /m/, /n/ e /ñ/? Será que a substância fonética tão diferente, nestas duas línguas, não sugere um tratamento diverso das mesmas? Afinal, a interpretação fonológica deve também, embora não exclusivamente, basear-se na realidade fonética da língua em questão...

Nossa notação utiliza, pois, os grafemas /ĩ ã õ ã õ ã / para transcrever as vogais cuja nasalidade seja realmente pertinente, deixando de lado as vogais simplesmente nasaladas por influência do contexto. Desconhecemos pretensas neutralizações entre vogais nasais átonas, como ensinam alguns autores que, na nossa opinião, confundem neutralização com flutuação. Nosso critério, repetimos, é de que não há verdadeira neutralização quando uma oposição possa ser restaurada mediante uma pronúncia distintiva (e possível) como a que nos permite distinguir “cumprimento” de “comprimento”, “enformar” de “informar” etc. (7, 8).

2.2.3. Questão mais delicada talvez é a dos ditongos. A existência de ditongos orais leva muitos autores a propor a introdução de fonemas semivocálicos em português. Rejeitamos essa solução por considerá-la não-pertinente, desnecessária e antieconômica. Um fonema vocálico em posição marginal de sílaba não perde a sua identidade funcional, embora se modifique foneticamente por razões óbvias de relevo acentual. Os pretensos pares mínimos apresentados para demonstrar a existência de fonemas semivocálicos não provam nada, já que a oposição deve explicar-se em termos acentuais e silábicos: /p'aIS/ distingue-se de /pa'iS/ pelo lugar do acento, principalmente, e pelo número de sílabas, em segundo lugar, mas não necessariamente pela introdução no sistema de um pretenso fonema /j/ na primeira palavra. Noutros termos, o /-i/ e o /-u/ dos ditongos não funcionam como fonemas diferentes de /i/ ou /u/; o que é diferente é a sua realização fonética. Insistimos: ninguém diria que o /-r/ final de “par” é outro fonema diferente do /-r-/ de “pra” ou do de “para” só por ocupar posições diferentes com relação

ao núcleo silábico. Todavia, pares mínimos do tipo (vou/vôo — dois/does — riu/rio) são utilizados, às vezes, para demonstrar a necessidade de se aceitar as semivogais como fonemas. Com efeito, segundo o nosso sistema, esses pares mínimos teriam a mesma notação fonológica: /v'oU/ — /d'oIS/ — /riU/. Tratando-se de um problema de silabação, o problema notacional pode ser resolvido, ou bem mediante o uso de tracinhos que marquem a separação das sílabas, em casos de ambigüidade, ou bem, como o sugere Eleonora Motta Maia, pelo uso de sinais que identifiquem as vogais não nucleares (4, p. 22). Note-se, de passagem, que o sistema proposto permite que a notação fonológica se mantenha mais próxima da ortográfica (no domínio das vogais), o que constitui uma vantagem inegável. Para sermos conseqüentes com relação ao dito antes, a propósito dos arquifonemas vocálicos, transcrevemos com /I/ ou /U/ o segundo elemento dos ditongos (que foneticamente corresponde a uma semivogal): /p'aU/, /s'oU/, /d'eI/ etc.

2.2.4. Mais sutil apresenta-se o fenômeno dos ditongos nasais. Os critérios que nos guiam são estes: a) Não consideramos, pelas razões mencionadas antes, que o segundo elemento dos ditongos sejam fonemas semivocálicos (embora foneticamente se trate de semivogais ou semivocóides). b) A nasalização, embora afete foneticamente os dois elementos do ditongo, só é pertinente (= funcional) com relação ao primeiro. c) Por razões de pertinência funcional e seguindo os ensinamentos de Mattoso Câmara, não reconhecemos a existência de um ditongo nasal /ẽI/ que se oponha à vogal nasal /ẽ/. d) Do mesmo modo que nos ditongos orais, notaremos mediante os arquifonemas /I/, /U/ o elemento marginal dos ditongos nasais: /ãI/, /ãU/, /õI/, /üI/.

3. A NOSSA PROPOSTA DE TRANSCRIÇÃO FONOLÓGICA

3.1. Sistema Fonológico do Português do Brasil

1. CONSOANTES

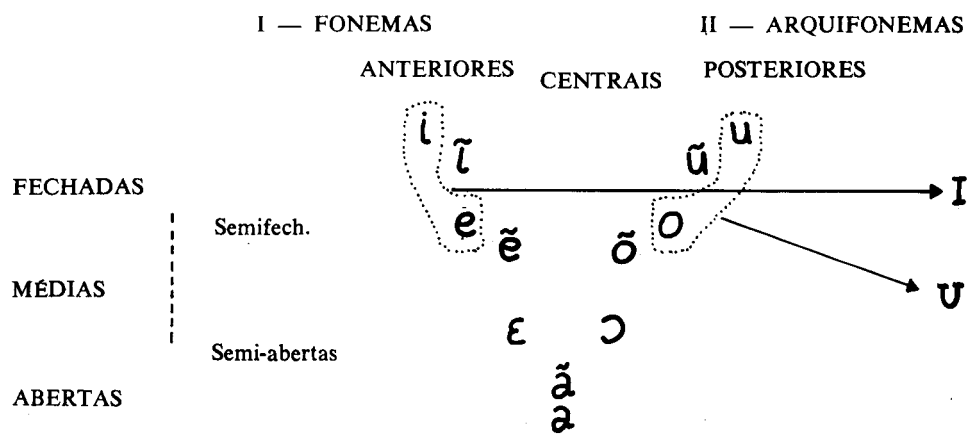
		I — FONEMAS				II — ARQUIFONEMAS		
		BILAB.	LB-DNT.	DENT.	ALVEOL.	PRELAT.	PALAT.	VELAR
OCLSIV.	Surd.	p		t				k
	Sonor.	b		d				g
CNSTRIT.	Surd.		f		s	ʃ		
	Sonor.				z	ʒ		
NASAIS		m		n			ɲ	
LATERAIS					l		λ	
VIBRANTES					r	ʀ		

→ S
→ R

(NOTA: Variantes para máquina de escrever e/ou computador:

ʃ = ș ʒ = ž ɲ = ñ λ = l ʀ = ř)

2. VOGAIS



(NOTA: Variantes para máquina de escrever e/ou computador:

ɛ = ç ɔ = ç)

3.2. Modelo de notação fonológica

/U vētU nɔRtI I U s'ɔl poRfi'avāU sobri kU'al delIS ɛra m'aIS fɔRtI | kU'ādU sused'eU pasaR ũ viažātI ēbruładU numa kapa || kōkoRd'arāU ɛ̃ kI akelI kI prim'eIrU kōsegisI obrig'aR U viažātI a tir'aR a kapa ser'ia kōsideradU m'aIS fɔRtI || U vētU nɔRtI sopr'oU kō grādI f'uria | mas kU'ātU m'aIS soprava |m'aIS U viažatI sI ēbrułava na s'ua kapa || pUR f'ɪ U vētU nɔRtI abādon'oU a ēpreza || U s'ɔl brił'óU ɛt'āU kō aRd'oR I imediatamētI U viažātI tir'oU a s'ua kapa || I as'ɪ U vētU nɔRtI tevI dI fēkoñes'eR a superioridadI dU s'ɔl/

(O vento norte e o sol porfiavam sobre qual deles era mais forte, quando sucedeu passar um viajante embrulhado numa capa. Concordaram em que aquele que primeiro conseguisse obrigar o viajante a tirar a capa seria considerado o mais forte. O vento norte soprou com grande fúria, mas quanto mais soprava, mais o viajante se embrulhava na sua capa; por fim o vento norte abandonou a empresa. O sol brilhou então com ardor e imediatamente o viajante tirou a sua capa. E assim o vento norte teve de reconhecer a superioridade do sol) (8).

3.3. Normas para uma notação fonológica

a) Para facilitar a leitura conservam-se os espaços em branco que separam as palavras no português escrito.

b) As barras oblíquas, no começo e no fim, indicam que se trata de uma transcrição fonológica e não fonética.

c) Acento: marca-se o seu lugar mediante o sinal gráfico de “acento agudo” colocado antes da vogal que constitui o núcleo silábico, mas só nos casos seguintes (dada a imensa maioria de palavras paroxítonas em português): (1) Nas palavras oxítonas. (2) Nas proparoxítonas. (3) Nos monossílabos tônicos. (4) Nos hiatos. (5) Na vogal tônica dos ditongos. (6) Nas paroxítonas cuja última sílaba possua um ditongo.

d) Não usamos as chamadas semivogais por não considerá-las fonemas em português.

e) Na notação dos ditongos orais usamos o arquifonema /I/ ou /U/ para indicar o elemento marginal: /oU/, /eI/. Na notação dos ditongos nasais, só consideraremos fonema nasal o que constitui o núcleo silábico: /āI/, /āU/, ōI/.

f) As pausas obrigatórias (ou verossímeis) representam-se mediante um, dois ou três traços verticais, segundo a duração relativa das mesmas: |, ||, |||.

g) Os nomes próprios vão precedidos de um asterisco: /*brazil/.

h) Não fornecemos ainda representação gráfica dos fenômenos entonacionais.

HOYOS-ANDRADE, R.E. — Esquisse de notation phonologique du portugais du Brésil. *Alfa*, São Paulo, 30/31:65-78, 1986/1987.

RESUME: Il s'agit de proposer aux lecteurs, à des fins pédagogiques, ce qui serait un système de transcription ou notation phonologique du portugais parlé au Brésil. On présente, d'abord, les principes théoriques fonctionnalistes sur lesquels s'appuie l'interprétation phonologique de base. Ensuite, on analyse les aspects qui, dans le fonctionnement réel du portugais brésilien, constituent des vrais problèmes pour celui qui désire établir une méthode notatiennelle convenable. On propose, finalement, un système de notation (transcription), à savoir: graphèmes, normes et application à un texte choisi.

UNITERMES: Transcription ou notation phonologique; phonèmes du portugais brésilien; archiphonèmes; neutralisation; exemple de notation phonologique.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, A. — The Portuguese nasal vowels: phonetics and phonemics. In: SCHMIDT-RADEFELT, J. — *Readings in Portuguese linguistics*. Amsterdam, 1976. p. 349-396.
2. COLLOQUE DE LINGUISTIQUE FONCTIONNELLE, 2, Clermont-Ferrand, 1975. *Actes*.
3. FONSECA, O. — Vogais nasais do português: pressupostos e discussão. *Alfa*, 28:101-111, 1984.
4. HOYOS-ANDRADE, R.E. — El vocalismo del español y del portugués: estudio contrastivo fonético-fonológico y sus implicaciones pedagógicas. *Lingua e Literatura*, 7:369-380, 1978.
5. MALMBERG, B. — *Les domaines de la phonétique*. Paris, PUF, 1971. Chap. 2, Phonétique fonctionnelle.
6. MARTINET, A. — *La linguistique synchronique*. Paris, PUF, 1965. Chap. 2, La phonologie.
7. PAIS, C. — *Introdução à fonologia*. São Paulo, Global, 1981.
8. SILVEIRA, R.C.P. da — *Estudos de fonologia portuguesa*. São Paulo, Cortez, 1980.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- HEAD, B.F. — *A comparison of the segmental phonology of Lisbon and Rio de Janeiro*. Autin, 1964. (PhD Thesis)
- MAIA, E.A. da M. — *No reino da fala: a linguagem e seus sons*. São Paulo, Ática, 1985.
- MARTINET, A. — *Elementos de lingüística geral*. 2. ed. Lisboa, Sá da Costa, 1970. Cap. 3, A análise fonológica.
- MARTINET, A. — *La fonologia como fonética funcional*. Buenos Aires, Rodolfo Alonso Ed., 1972.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. — *Estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1970.
- QUILIS, A. — Comparación de los sistemas fonológicos del español y del portugués. *Revista Española de Lingüística*, 9(1):1-22, 1979.

REED, D.W. & LEITE, Y. — The segmental phonemes of Brazilian Portuguese: standard Paulista dialect. *In*: PIKE, K.L. — *Phonemics*. 10. ed. Ann Arbor, Univ. Michigan Press, 1966, p. 194-202.

THE PRINCIPLES OF THE INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION. London, Univ. College, 1964.

A CONFIGURAÇÃO DA PALAVRA COMO CONDICIONANTE FONOLÓGICO EM Mbiá

Marymarcia GUEDES *

RESUMO: O Mbiá apresenta 2 regras fonológicas, para cuja formulação é necessário especificar a configuração total da palavra e não apenas um de seus limites: — a primeira regra em questão insere o segmento /h/ no início de palavra cuja configuração é #-V?V#; — a segunda regra reduplica a vogal de palavras monossilábicas em determinados contextos (particularidade esta que distingue o Mbiá dos demais dialetos da língua Guaraní). O Mbiá, dialeto da língua Guaraní, da família Tupí-Guaraní, do tronco lingüístico Tupí, é falado desde o Rio Grande do Sul até o Espírito Santo, sendo que no Estado de São Paulo os Mbiá encontram-se dispersos em diversos núcleos na parte oriental do Estado.

UNITERMOS: Regras fonológicas; Mbiá.

1. INTRODUÇÃO

A língua Guaraní, que é membro mais meridional da família Tupí-Guaraní do tronco lingüístico Tupí, compreende um grande número de dialetos falados não só em território brasileiro (do Mato Grosso do Sul ao Rio Grande do Sul), como também na Bolívia, Paraguai e Argentina. O Mbiá é o mais meridional desses dialetos e é falado desde o Rio Grande do Sul até o Espírito Santo, sendo que no Estado de São Paulo os Mbiá encontram-se dispersos em diversos núcleos na parte oriental do Estado.

O material lingüístico que proporcionou a realização da dissertação de mestrado de Guedes (2) foi obtido em Vila Guaraní, a uns dezoito quilômetros de Parelheiros, subdistrito de Santo Amaro, com Honório, e a outra parte com

* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

Jandi a, que reside com sua família numa propriedade da Sociedade Geográfica, no sopé do Pico do Jaraguá, no Estado de São Paulo.

Existem fenômenos fonológicos, como a nasalização, por exemplo, que chamam a atenção de todo pesquisador que trabalha com língua Guaraní (Dooley, 1). Na dissertação este assunto também foi tratado, já que o mesmo desempenha uma função extremamente relevante na descrição fonológica da língua; porém, este trabalho visa a registrar dois aspectos da fonologia Mbiá considerados na dissertação, e dos quais nada ainda se publicou.

O Mbiá apresenta duas regras fonológicas, para cuja formulação é necessário especificar a configuração total da palavra e não apenas um de seus limites:

— a primeira regra em questão insere o segmento /h/ no início de palavras cuja configuração básica é $V^?V$;

— a segunda regra reduplica a vogal de palavras monossilábicas em determinados contextos (particularidade esta que distingue o Mbiá dos demais dialetos da língua Guaraní).

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em linhas gerais, as sílabas são do tipo V ou CV, tendo o Mbiá seis vogais e catorze consoantes: /i e ɨ a u o p t tʰ k kʷ m n nʲ ŋ ŋʷ w r ʔ h/.

3. INSERÇÃO DE /h/

Há palavras que alternam duas formas, uma com [h] e a outra sem [h]; trata-se de palavras dissilábicas, que têm a configuração (h)V.ʔV, como: [ho'ʔa] ou [o'ʔa] 'ele cai', [ha'ʔu] ou [a'ʔu] 'eu o como'. Esta alternância ocorre não só quando a palavra tem a configuração referida, mas também quando um morfema com essa configuração entra como primeiro constituinte de uma palavra composta ou derivada. Em qualquer desses casos, o [h] só aparece no início de enunciado, ao passo que a forma sem [h] ocorre apenas em meio de enunciado.

Assim temos: aʔú maniʔó [ha'ʔú mândi'o] 'eu como mandioca', mas tʰé aʔú tʰoʔó [tʰe'ea'ʔuʔo] 'eu como carne', aʔé [ha'ʔe] 'ele', aʔé kʷerɨ [hã,ʔé'kʷerɨ] 'eles', iʔápuaʔí [hi,ʔápuVà'ʔij] 'tem cabelo curto'.

A estrutura morfológica da palavra é irrelevante para a aplicação da regra que introduz o [h], podendo este ser introduzido tanto em palavras morfológi-

camente simples, como $\# a\eta \# \rightarrow [ha'ʔ\epsilon]$ 'ele', quanto em palavras constituídas de mais de um morfema: $\# a + \eta \acute{u} \# \rightarrow [ha'ʔ^u]$ 'eu o como'.

A conclusão a tirar-se dos exemplos precedentes é que, neles, [h] é introduzido automaticamente, quando uma palavra dissilábica ou o primeiro constituinte dissilábico de uma palavra composta ou derivada, com a configuração $V\eta V$, se acha no início de um enunciado.

Ao contrário dessa situação, o [h] de palavras como: *hakú* [ha'ku] 'está quente', *het'á* [he'sa] 'os olhos deles', *hiék'wé* [hi,e'K^u\epsilon] 'tripa dele', não depende do contexto fonológico e nunca alterna com sua ausência (não há formas como: **akú* [a'ku], **et'á* [e'sa], * $\acute{u} \acute{e}k'wé$ [i,eK^u\epsilon]), mas formas como: *hatap-í* *hakú* [hatá' p̃i há ku] 'a brasa está quente', *aʔé* *kun'átaʔí* *het'ára* $\eta \acute{u} \acute{u}$ [ha'ʔ\epsilon kuñá-ta'ʔhe,šara,ʔi] 'aquela moça tem olhos pequenos'. Neste caso, as palavras com [h] podem opor-se paradigmaticamente a palavras cujo significado é basicamente o mesmo, mas com determinadas diferenças gramaticais: *het'á* [he'sa] 'os olhos dele/a' ou 'ele/a tem olhos' distingue-se de *η'et'á* [g^e'sa] 'seus próprios olhos' (por exemplo, em: *aʔé* *η'et'á* *omát'uká* [ha'ʔ\epsilon g^e'saomašu'ka] 'ela machucou seus olhos' e a *ret'á* [e'sa] 'olhos de' (por exemplo, em: *tʔe* e *ret'á* [se'e'sa] 'meus olhos', isto é, 'olhos de mim'); *han'wé* [ha'g^u\epsilon] 'as penas dele' ou 'ele tem penas' (por exemplo, em: *urú* *avá* *han'wé* *porá* [u,ua'ʔaha'g^u\epsilon pō'rā] 'o galo tem penas bonitas') distingue-se de *raη'wé* [ra'g^u\epsilon] 'penas de' (por exemplo, em: *urú* *raη'wé* *hu* [u,ʔu'ra'g^u\epsilon hū'ú] 'as penas da galinha são pretas').

Há, portanto, situações em que [h] é um elemento distintivo e, por isso, constitui uma unidade fonologicamente relevante, e há outras situações em que esse som é apenas uma manifestação predizível, determinada pelo contexto fonológico. Neste último caso, trata-se de um fenômeno superficial. No primeiro caso, temos um fonema /h/, que integra a representação básica das palavras.

4. REDUPLICAÇÃO DE SEGMENTOS SILÁBICOS

Ocorrem em *Mbiá* segmentos silábicos reduplicados, como se vê em: *t'í* [t'í] 'ele é branco', *hū* [hū'ú] 'ele é preto', $\eta +$ [ʔi] 'água'. A reduplicação alterna com a ocorrência de segmentos simples: *tʔe* *raí* *t'íreí* [se'ra'i,š'íre'i] 'meus dentes são bem brancos', *tanimú* *hūreí* [tān'ĩmbu,hūre'i] 'a cinza é bem preta'. São reduplicados somente segmentos [+silábico] de palavras monossilábicas acentuadas.

Os pronomes pessoais monossilábicos têm dois alomorfes cada um, um deles acentuado, o outro não acentuado; só o primeiro ocorre reduplicado:

tʔé *ainupā* *mitā* [še^v'eainū'pām'itā] 'eu bato no nenê'
tʔe *raí* [se'ra'i] 'meus dentes'

né t'e nupā emẽ [nde^v ɛʃenũ'pãɛ'mẽ] 'você não bata em mim'
 ne raʔ t̃ [ndera'ʔi] 'teu filho'

Assim, a condição básica para a reduplicação de segmento [+silábico], que é um fenômeno fonológico e não gramatical, é que a vogal afetada pertença a uma palavra de uma só sílaba e acentuada: # (C) \tilde{V} # ou # (C) \tilde{V} #. Não só os limites da palavra condicionam a reduplicação desses segmentos, mas também a sua configuração fonológica.

Há, porém, outras restrições à reduplicação, além da exposta acima. A reduplicação não é impedida pelo acréscimo de um sufixo sem acento, como em: ηó+pi[ηgo'ɔpi] 'sua própria casa' (—pi sufixo locativo), mas é inibida por sufixos acentuados, como em: tanimú hũreí[tãní'mbu'hũre'í] 'a cinza é (bem) preta' (—reí [re'í] sufixo intensivo).

Prefixos assilábicos também não afetam a reduplicação, como em: hó [ho'ɔ] 'a casa dele', ηó [ηgo'ɔ] 'em sua própria casa', hũ [hũ'ũ] 'ele é preto'; mas prefixos silábicos e palavras proclíticas a impedem, como em: ipó [i'pɔ] 'mão dele' (i— + pó), oú [ɔ'u] 'ele vem' (o— + ú), t'e ró [ʃe'ɾɔ] 'minha casa', t'e rópi[ʃe'ɾɔpi] 'em minha casa'.

Por fim, se o morfema, que constitui o tema de uma palavra monossilábica, entra em composição com outros temas para formar uma palavra polissilábica, a reduplicação deixa de realizar-se: ʔ+k^wá [ʔi'k^wa] 'poço' formado de #ʔ+k^wá + k^wá # 'água — buraco', ap^ɥi+η^wáũ [ap^ɥi,ηg^wa'ũ] 'focinho preto' formado de #ap^ɥi+η^wá+ũ# 'ponta do nariz — buraco — preto'.

O que se depreende de tudo isso é que a reduplicação vocálica ocorre só no sentido de evitar a ocorrência de vocábulos fonéticos com um padrão # (C) \tilde{V} (CV) # ou # (C) \tilde{V} (CV) #.

GUEDES, M. — Word configuration as a phonological conditioning factor in Mbiá, *Alfa*, São Paulo, 30/31:79-83, 1986/1987.

ABSTRACT: The Mbiá shows two phonological rules, whose formulation is necessary to specify the total word configuration and not only one of this boundary — the first one puts the segment /h/ at the beginning of words whose basic configuration is V V; — the second rule reduplicates the vowel of the monosyllabic words in determined utterances (this particularity distinguishes the Mbiá from the other dialects of Guaraní language). The Mbiá, dialect of the Guaraní language, of the Tupí-Guaraní family, of the Tupí linguistic stock, is spoken from the Rio Grande do Sul up to the Espírito Santo, and in the state of São Paulo the Mbiá people are found spread in groups around the east part of the state.

KEY-WORDS: Phonological rules; Mbiá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DOOLEY, R.A. — Nasalização da Língua Guaraní *In: ————. Estudos sobre a língua Tupí do Brasil*. Brasília, DF, S.I.L., 1984. (Série Lingüística, 11)
2. GUEDES, M. — *Subsídios para uma análise fonológica do Mbiá*. Campinas, UNICAMP, 1983. (Dissertação de Mestrado)

MILLÔR E A DESTRUIÇÃO DA FÁBULA

José Luiz FIORIN *

RESUMO: Tomando exemplos extraídos da obra de La Fontaine, este trabalho pretende mostrar que a fábula se caracteriza por revelar uma oposição entre discurso e realidade. Seu caráter exemplar não reside na moral, mas no processo de desnudamento das falácias do discurso. Millôr Fernandes, usando a estrutura tradicional da fábula, a destrói, criando uma antifábula. Ao reescrever certas fábulas, faz desaparecer a não correspondência entre o discurso e a realidade ou faz ver que essa não adequação conduz ao insucesso. Essa inversão de conteúdo cria uma verdade, que não é a da fábula, mas seu contrário.

UNITERMOS: Produção do sentido; fábula; antifábula.

“Não se faz omelete sem quebrar ovos.”

Provérbio popular

Todas as fábulas, das de Esopo às de La Fontaine ou Monteiro Lobato, caracterizam-se por possuir três partes bem distintas: um discurso figurativo, um discurso temático e um enunciado que liga esses dois discursos. O discurso figurativo narra um determinado episódio. Nessa narração, instaura-se sempre uma isotopia humana, mesmo que os atores sejam figurativizados por animais, plantas, etc. O discurso temático, contido na “moral”, é a explicitação do componente temático que subjaz ao discurso figurativo. Ele ancora a interpretação, não permitindo que o enunciatário entenda o discurso figurativo de maneira diferente daquela que o enunciador deseja. A fábula apresenta, de maneira explícita, a leitura de seu discurso figurativo. A terceira parte mostra que o discurso temático é o componente interpretativo do figurativo. É um enunciado que estabelece a ligação entre os dois outros discursos. Manifesta-se de diferentes maneiras: “A fábula mostra que . . .”, “Moral”, etc.

* Departamento de Linguística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP
— 14800 — Araraquara — SP.

Além desses diferentes discursos, a fábula caracteriza-se por ser um discurso que descasca o discurso. Nas fábulas, há uma oposição entre a “realidade” e sua imagem apresentada pelos discursos. Mostram elas os expedientes discursivos que falseiam a “realidade”. Por isso, o que elas ensinam não está contido na “moral”, que revela sempre que o mundo dos homens não é regido por belos ideais, mas pela força, pela astúcia, pelos interesses. O que as fábulas pretendem deixar claro para nós são as falácias do discurso, são os mecanismos discursivos utilizados para criar uma imagem não real da “realidade”. Por isso, uma das marcas do conteúdo fabular é que o discurso debreado de 2.º grau, implícito ou explícito, não corresponde à verdade dos fatos enunciados pelo narrador. Há, então, do ponto de vista sintático, dois discursos: o do narrador e o da personagem. Eles não coincidem. O narrador vai distribuindo marcas veridictórias ao longo do discurso figurativo, para que o leitor perceba que o discurso da personagem é falso. Assim, por exemplo, na fábula “O lobo e o cordeiro”, de Fedro, o narrador, ao denominar o lobo de “latro”, começa a desqualificar sua fala. A moral ajuda a determinar qual dos dois discursos é verdadeiro. Tem ela, pois, não apenas uma função interpretativa, mas também um papel veridictório. Não apresenta um modelo a ser seguido, mas desvela a mentira (parecer e não ser) construída com palavras, aponta onde está a verdade e onde reside a falsidade.

A fábula tem um caráter metadiscursivo, que advém da oposição que se estabelece entre dois discursos: o do narrador e o da personagem. O primeiro é sempre verdadeiro, o segundo, falso. O discurso falso é enunciado pela personagem. É, então, o nível do dizer na fábula, uma vez que, quer implícito quer explícito, é introduzido por uma debragem de 2.º grau. O discurso verdadeiro é enunciado pelo narrador. É o nível da realidade, porque o dizer do narrador é enunciado por operações de debragem enunciativa de 1.º grau.

Tomemos alguns exemplos tirados das fábulas de La Fontaine, para verificar se eles confirmam o caráter metadiscursivo das fábulas.

A primeira fábula é “A galinha dos ovos de ouro” (4, p. 160-161). Uma galinha todos os dias bota um ovo de ouro. No nível narrativo, temos aqui um dom, pois um sujeito operador (galinha) realiza, simultaneamente, uma operação reflexiva de disjunção com um objeto-valor (riqueza) e uma operação transitiva de conjunção de um sujeito de estado (o dono) com esse objeto-valor. * No entanto, a aquisição da riqueza é resultado de um fazer iterativo da galinha, que deu início ao processo, mas ainda não o concluiu. Para o sujeito de estado, sua conjunção com a riqueza é consequência de um efeito de intensidade aumentativa. A riqueza é, então, produto de um fazer iterativo que vai fazendo aumentar

* As análises serão feitas com base nos métodos desenvolvidos por A.J. Greimas. Consultar *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris, Hachette, 1979.

a quantidade de bens. É consequência de uma acumulação lenta, que pode ser descrita como a sobredeterminação da conjunção por uma aspectualidade progressiva.

O dono, entretanto, pensa a realidade da acumulação não em termos de progressividade, mas de pontualidade. Quer tornar-se rico não aos poucos, mas de uma só vez. A imagem que constrói da realidade é que, se a galinha bota ovos de ouro, é de ouro. Acredita, portanto, que, se a matar, ficará rico. Quer tornar-se, então, sujeito operador de uma prova, pois pretende realizar, ao mesmo tempo, uma operação reflexiva de conjunção e uma operação transitiva de disjunção, apropriando-se do ouro que ele pensava estar contido na galinha. A imagem da realidade é construída a partir de uma inferência, que se revela falaciosa.

O narrador conta que o homem mata a galinha e que, então, constata que a imagem construída não corresponde à realidade: a galinha é igual às outras. Ele não só não fica rico de uma só vez, como faz cessar o processo gradativo de acumulação.

A moral diz: "A avareza tudo perde, ao querer tudo ganhar": Esse enunciado temático mostra que a verdade está na história contada pelo narrador e não na imagem da realidade criada pela personagem: a acumulação de riquezas só pode ser efetuada lentamente e nunca de uma só vez. Nessa fábula, o mecanismo discursivo falacioso posto a nu é a inferência que chega a uma conclusão afirmativa, partindo de uma premissa negativa. O raciocínio do homem, com efeito, parece ser: nenhuma galinha é de ouro, porque não bota ovos de ouro; esta galinha bota ovos de ouro; logo, esta galinha é de ouro. Além de outros vícios formais, esse silogismo viola a regra de construção silogística que diz: "Pejorem sequitur semper conclusio partem." Se uma das premissas for negativa, a conclusão deverá ser negativa. A partir dessa inferência errada, o raciocínio constrói-se sobre uma falsa premissa, levando à conclusão também falsa de que se poderia ficar rico rapidamente. A cupidez obnubila o raciocínio e conduz a uma imagem falsa da realidade.

O segundo exemplo é "A raposa e o bode" (4, p. 100-101). Um bode extremamente tolo e uma raposa muito astuta caminham juntos. A sede obriga-os a descer a um poço onde se desalteram. Realizam uma operação reflexiva de disjunção com o espaço da superfície e de conjunção com o espaço da profundidade, com a finalidade de matar a sede. Depois de beber água, querem entrar em disjunção com o espaço da profundidade e em conjunção com a superfície. No entanto, não podem sair, isto é, não estão dotados de um poder-fazer. A raposa propõe que o bode se levante na ponta dos pés e que levante os chifres, para que ela, subindo nele, alcance a superfície. Promete-lhe que, em seguida, o tirará do poço. Este aceita, louvando a sabedoria da companheira. O que esta faz é transformar aquele no seu adjuvante, ou seja, no poder-sair, mediante a promessa de que, depois, operará sua disjunção com o fundo do poço.

O bode ajuda a raposa a sair do poço. Quando esta se vê fora, diz-lhe que, se ele tivesse tanto juízo quanto barba no queixo, não teria descido ao poço. Diz-lhe ainda que ele trate de procurar sair de lá.

A moral declara que “em todas as coisas é preciso considerar o fim”. O mecanismo discursivo descascado, nessa fábula, é o pedido de ajuda com promessa de retribuição posterior, que se faz quando se está em dificuldade. A moral mostra que essa promessa não será cumprida e que é feita apenas para fazer o interlocutor servir de adjuvante. Se não há meio de obrigar quem faz a promessa a executar o que prometeu, ele não levará em conta a palavra empenhada. O discurso, nesse caso, não corresponde à realidade, mas serve para ocultar os verdadeiros propósitos do sujeito.

O terceiro exemplo é “A raposa e as uvas” (4, p. 107). Uma raposa, quase morta de fome, vê belas uvas vermelhas. Deseja então comê-las, mas não consegue alcançá-las. A raposa não tem competência (o poder-alcançar) para entrar em conjunção com o alimento. Ao invés de reconhecer essa falta de competência, a raposa prefere desqualificar o objeto, dizendo que as uvas estavam verdes. Há novamente aqui um descompasso entre o discurso e a realidade. A desqualificação de um objeto oculta uma ausência de capacidade para obtê-lo.

A moral dessa fábula é uma interrogação: “Faz ela melhor do que ficar queixando-se?” A frase interrogativa permite ver as duas possíveis reações da raposa: o lamento ou a desqualificação do objeto. Embora a fábula não diga qual das duas seria melhor, a pergunta deixa entrever que, sob um discurso que revela um não querer, oculta-se na realidade um não poder.

Tomemos agora a fábula “O corvo e a raposa” (4, p. 39-40). Um corvo está pousado sobre uma árvore com um pedaço de queijo no bico. Uma raposa, querendo, mas não podendo apanhar o queijo, diz-lhe que ele é um animal muito bonito e que, se seu canto correspondesse a sua plumagem, ele seria a mais bela ave da floresta. O corvo, muito contente, abre o bico para mostrar sua voz e deixa cair o queijo, que é apanhado pela raposa. Esta quer, mas não pode, entrar em conjunção com o objeto-valor. Manipula, então, o corvo, fazendo um juízo positivo sobre sua competência (manipulação por sedução), para que ele produza um canto. À produção do canto, que significa entrar em conjunção com a admiração da raposa, corresponde uma disjunção com o bem material, o queijo. Imediatamente, a raposa entra em conjunção com o objeto desejado, posto a seu alcance pelo corvo. Este lhe dá competência para operar a conjunção.

A moral diz que “todo bajulador vive às expensas de quem lhe dá ouvidos”. Nessa fábula, há também um descompasso entre o discurso e a realidade. O mecanismo discursivo revelado é o da bajulação, que é uma mentira (parecer e não ser) sobre a competência de alguém, em que um parecer eufórico corresponde a um ser disfórico, ou seja, um não ser eufórico. Quem dá ouvidos ao bajulador considera verdadeiro esse parecer. Ao aceitar a bajulação, acaba por atribuir a

quem bajula a competência necessária para que ele atinja seus propósitos. É uma troca que se efetua: admiração por um objeto modal ou de valor.

Na fábula “O lobo e o cordeiro” (4, p. 50-51), o lobo deseja matar o cordeiro e devorá-lo. Esse é o nível da realidade. No entanto, no nível do discurso, deseja justificar sua ação, alterando o algoritmo narrativo. Apresenta sua performance como sanção a uma performance do outro, ou seja, quer tornar o cordeiro responsável pela própria morte. Faz para isso três tentativas. Na primeira, acusa o cordeiro de estar sujando a água que ele bebia. O cordeiro mostra a impossibilidade espacial de ter realizado essa performance, pois estava abaixo do lobo na corrente de água. Acusa-o, então, de ter falado mal dele no ano que passara. O cordeiro replica, apontando a não possibilidade temporal de ter executado a ação de que era acusado, porque não tinha ainda nascido no tempo mencionado pelo lobo. Este volta à carga, dizendo, então, que quem falara mal dele fora seu irmão. Novamente o cordeiro contesta, fazendo ver a impossibilidade actorial da performance, uma vez que não tinha irmão. O lobo diz, então, que fora alguém ligado a ele. Utiliza-se de um ator, de um tempo e de um espaço indeterminados. Não há, nesse caso, como contestar. O lobo mata e devora o cordeiro.

A moral diz que “a razão do mais forte é sempre a melhor”. Com isso aponta para o fato de que o discurso do mais forte não é necessariamente verdadeiro. O mecanismo discursivo desmascarado, nessa fábula, é a alteração do algoritmo narrativo: o discurso dos poderosos costuma apresentar suas performances iníquas como sanção às performances (não realizadas, é claro) de outrem.

Millôr Fernandes, em suas “fábulas fabulosas”, utiliza-se da estrutura tradicional da fábula: um discurso figurativo, um discurso temático e um enunciado que liga esses dois discursos.

No entanto, será que mantém a oposição entre discurso e realidade, que caracteriza a fábula? Será que suas “fábulas fabulosas” têm o propósito de desvelar falácias discursivas?

Tomemos cinco exemplos que são reescritura das cinco fábulas apresentadas nesse trabalho e analisemo-los para verificar se eles contêm esse elemento de conteúdo, definitório da fábula.

Em “A galinha dos ovos de ouro” (1, p. 98), há, na primeira parte, a narração da acumulação lenta de riquezas: “Esperava todas as manhãs pelo ovo de ouro — clara, gema, fala, tudo de ouro! — que o tirava da miséria aos poucos e aos poucos o ia guindando ao milionarismo.” O fato singular de uma galinha botar ovos de ouro atrai o interesse do povo e da imprensa.

Ele dá entrevistas, torna-se famoso. Observe-se que a galinha não só o faz entrar em conjunção com a riqueza, mas também com a fama. Porém, antes que ele consiga ficar rico, a galinha deixa de botar ovos de ouro. O processo de acumulação de riqueza não se completara. A interrupção do processo implica também a disjunção com a fama. O homem oculta o fato de todos. Resolve, então,

matar a galinha para apanhar os ovos que ela ainda tivesse lá dentro e verifica que não havia mais nenhum. Decide, então, explorar a fama que conseguira e abre um grande restaurante com o nome “Aos Ovos de Ouro”. E acaba rico, pois o negócio lhe dá mais dinheiro do que a galinha propriamente dita.

Observe-se que, na fábula de Millôr, não há o desejo de enriquecer de uma só vez. O homem só resolve matar a galinha depois que ela deixa de botar ovos de ouro. Vendo que dentro dela não havia mais ovos de ouro, fica decepcionado, mas não desesperado, pois possui um poder-ter sucesso num empreendimento comercial (a fama). O negócio é, por seu turno, a competência necessária (poder ficar rico) para o enriquecimento. Ao contrário do homem da fábula tradicional, este acaba rico. Neste caso, a narrativa chega ao fim, com a transformação do estado inicial disjuncto (não-rico) num estado final conjuncto (rico).

A moral diz “cria galinhas e deita-te no ninho”, o que remete ao provérbio “cria fama e deita-te na cama”. A fábula de Millôr não trata da oposição entre a realidade da acumulação lenta de riquezas e o desejo de ficar rico rapidamente, mas do fato real de que a riqueza pode advir da fama. Não mostra a falácia de uma imagem da realidade, de um mecanismo discursivo que falsifica os fatos, mas aponta para uma adequação entre discurso e realidade: se tenho fama, vou ter sucesso num empreendimento comercial e, por conseguinte, vou ficar rico. Isso realmente acontece. Os “ovos de ouro” não são tomados em sentido conotado, mas em sentido denotado. Por isso mesmo são um fato singular e extraordinário, que produz fama. Ao fazer isso, o fabulista altera a fábula tradicional, estabelecendo uma homologia perfeita entre o dizer e o ser.

Em “A raposa e o bode” (1, p. 101), Millôr apresenta, em linhas gerais, a narrativa de La Fontaine. Uma raposa cai, por um azar do destino, num poço do qual não consegue sair. Um bode, que passava, pergunta-lhe o que ela fazia lá dentro. Ela diz que tinha saltado para dentro do poço porque estava para vir a mais terrível seca de toda a história do Nordeste e que o bode, como era seu compadre, poderia fazer-lhe companhia. Este, sem pensar duas vezes, salta para dentro. Ela imediatamente sobe-lhe nas costas e pula para fora, berrando um adeus.

Verifica-se que, na fábula de Millôr, assim como na de La Fontaine, a raposa serve-se do bode como adjuvante (poder-sair) para realizar sua performance de entrar em disjunção com o fundo e em conjunção com a superfície. O discurso da raposa é falso, não corresponde à realidade de seus propósitos. O mecanismo discursivo ocultador da realidade é a apresentação de um fato adverso como algo vantajoso; de um fato não desejado como algo buscado. Esse procedimento tem a finalidade de induzir alguém a servir de adjuvante para se conseguir superar a dificuldade em que se está.

A moral aponta para a falácia do discurso, ao afirmar: “Jamais confie em quem está em dificuldade”. O que ela pretende fazer ver é que quem está em

dificuldade apresenta as adversidades como bons acontecimentos. Há, nesse caso, a não correspondência entre o discurso e a realidade.

O nível de manifestação dessa fábula caracteriza-se pela alteração dos lexe-
mas utilizados. Cada um deles perde uma parte e recebe um segmento de outro
com que mantém relação sintagmática. Assim, por exemplo, a moral “Jamais
confie em quem está em dificuldade” torna-se “Jamie confais em quá estade em
dificuldém”. Pode-se dizer que a não correspondência dos lexemas do discurso
com os da língua é homóloga à não adequação do discurso com a realidade. No
entanto, assim como só se pode perceber os lexemas na apreensão das relações
sintagmáticas, só se consegue entender, numa situação concreta, a falácia do
discurso de quem está em dificuldade. Com esse efeito de sentido criado pelo
procedimento de textualização, Millôr, de certa forma, anula o caráter exemplar
da fábula tradicional. Embora a moral afirme que não se deve confiar jamais em
quem está em dificuldade, o sentido global do texto mostra que a mentira das
pessoas nesse estado não tem caráter paradigmático (sistêmico), mas sintagmático
(situacional).

Em “A raposa e as uvas” (1, p. 127), a narrativa de Millôr segue a fábula
tradicional até certo ponto. A raposa vê as uvas, tenta apanhá-las, mas não conse-
gue, pois não tem competência (poder) para alcançá-las. Em lugar de reconhecer
sua falta de competência, desqualifica o objeto dizendo: “Ah, também, não tem
importância. Estão muito verdes.” Nesse ponto, encerra-se a fábula tradicional.
A de Millôr prossegue. A raposa ia indo embora, quando viu uma pedra enorme.
Empurrou-a até o local em que estavam os cachos de uva, subiu nela, esticou
a pata, apanhou as uvas, com avidez pôs quase o cacho inteiro na boca e cuspiu,
porque as uvas estavam realmente verdes. * A pedra é a figura do poder-alcançar.

A segunda parte da fábula mostra uma adequação entre o discurso e a reali-
dade. O discurso da raposa sobre o objeto não é falso, mas verdadeiro. Ele corres-
ponde à realidade. A moral reitera essa adequação, ao afirmar que “a frustração
é uma forma de julgamento tão boa como qualquer outra”.

A primeira parte da fábula “Todo bajulador tem sua hora” (1, p. 139)
remete à fábula “O corvo e a raposa”. Teócrito Sânscrito, um jovem ambicioso,
sabendo que todo patrão adora ser bajulado, aprimora a “arte do capacho”, com
a finalidade de subir na firma em que trabalha. Quer, com sua bajulação, con-
verter o patrão em adjuvante (poder) de sua ascensão. Sabe que ele o ajudará
em troca de sua admiração. Até este ponto, estamos no âmbito da fábula tradi-
cional. A de Millôr, no entanto, continua. O patrão resolve verificar se a admi-
ração do empregado tem algum valor, ou seja, se seu discurso corresponde à rea-
lidade. Para tanto, toma emprestado de um sobrinho, que considerava de uma

* José Gaston Hilgert fez uma análise minuciosa dessa fábula. Seu estudo será publicado
no próximo número da revista *Significação*.

extrema debilidade mental, um carro último tipo totalmente equipado com acessórios moderníssimos. Teócrito Sâncrito diz que o carro é a imagem do patrão. A partir desse dia, ele deixa de ser protegido pelo patrão e passa a chefe da portaria.

Essa fábula mostra, ao contrário da tradicional, que a bajulação só dá bons resultados quando está fundamentada em elementos valorizados positivamente pela pessoa bajulada. A moral diz: “Quando você for elogiar a magnífica onça-pintada que o patrão caçou, muito cuidado: vai ver que o que ele acha o máximo da habilidade é caçar gambá.” A fábula de Millôr insiste na necessidade de adequar o discurso da bajulação à realidade dos valores que a pessoa a quem se bajula preza. Uma não adequação pode produzir resultados contrários àqueles que se espera obter. Enquanto a fábula tradicional trata da não correspondência entre o discurso da bajulação e a realidade, a fábula de Millôr mostra que esse discurso deve corresponder a uma certa realidade, caso contrário será inócuo ou mesmo nocivo. Millôr altera o sentido da fábula tradicional, fazendo o patrão passar de adjuvante a oponente, quando percebe a não correspondência acima apontada.

Em “O lobo e o cordeiro” (1, p. 21), o fabulista mostra que o lobo pretende alterar o algoritmo narrativo, transformando sua performance em sanção: “Vais pagar com a vida o teu crime.” Para isso, faz as clássicas acusações ao cordeiro. Este replica, mostrando a impossibilidade de ter realizado as ações de que o lobo o acusava. No entanto, o cordeiro da fábula de Millôr não é um animal ingênuo, cuja única arma era uma lógica impecável. Possui um saber sobre a realidade: sabe que, de qualquer jeito, será devorado. Quando pergunta que crime cometera, deseja apenas ganhar tempo, pois sabe que com o lobo não adianta argumentar. É um animal malicioso e destituído de princípios éticos. A primeira réplica à acusação de que estava sujando a água que o lobo bebia é que isso não poderia ocorrer, porque era lavado diariamente pelas máquinas automáticas da fazenda. O outro então retruca que, por mais limpo que um cordeiro esteja, é sempre sujo para um lobo. Ele pensa que a recíproca é verdadeira, mas dá a resposta clássica, mostrando a impossibilidade espacial de sujar a água. Quando o lobo se prepara para devorá-lo, depois de ter concluído o diálogo da fábula tradicional, propõe ele uma troca: sua liberdade pela entrega de todo o rebanho ao lobo. Este recusa a proposta. Com base no código da jungle, invoca então o direito a responder a três perguntas. O lobo admite esse direito e faz as perguntas. Ele responde-as corretamente e ganha o direito à liberdade. Apesar disso, vai ser devorado, mas aparece um caçador e mata o lobo.

A moral diz: “Quando o lobo tem fome não deve se meter em filosofias.” A fábula mostra que se deve operar no nível da realidade (no caso, a satisfação da fome) e não procurar estabelecer um discurso que o mascare. O discurso acaba por impedir que se satisfaçam as necessidades básicas da vida. Millôr inverte a

fábula tradicional: o lobo é vítima do seu desejo de alterar o algoritmo narrativo e da habilidade discursiva do cordeiro.

A fábula caracteriza-se por uma não adequação do discurso à realidade criada pelo narrador. Em Millôr, essa não correspondência inexiste (cf. “A raposa e as uvas” e “A galinha dos ovos de ouro”), deve ser eliminada (cf. “Todo bajulador tem sua hora” e “O lobo e o cordeiro”) ou não tem caráter exemplar (cf. “A raposa e o bode”). Enquanto na fábula a personagem usa essa não adequação para alcançar seus objetivos, em Millôr ela impede que a personagem realize o que deseja. Inexiste a correspondência, quando, na fábula tradicional, ela conduz ao malogro ou o oculta. Deve ser eliminada, quando, na fábula clássica, a personagem obtém sucesso com ela. Observe-se então que Millôr, com esses procedimentos, inverte o conteúdo da fábula, pois transforma malogros em sucessos (o dono da galinha dos ovos de ouro fica rico), inverdades em verdades (a raposa estava certa quanto às uvas), sucessos em malogros (o lobo é morto, o bajulador não alcança seus objetivos).

Millôr destrói a fábula, usando sua estrutura tradicional. Cria, então, antifábula, que se caracteriza por não apresentar o caráter exemplar da fábula. Na medida em que a fábula desvela as falácias discursivas e em que reside aí seu caráter exemplar, a antifábula constrói-se estabelecendo uma homologia entre o discurso e a realidade ou mostrando que essa não correspondência leva ao insucesso. O autor consegue, assim, dessacralizar textos que fazem parte de nosso imaginário, pelo processo de inversão de seu conteúdo.

O adjetivo “fabulosas” acrescentado ao substantivo “fábulas” significa “falsas, irreais”. A antifábula é falsa em relação à fábula, pois cria sua própria verdade. Na medida em que a verdade da antifábula é a inversão da verdade da fábula, é falsa em relação ao que esta propõe.

FIORIN, J.L. — Millôr and the destruction of the fable. *Alfa*, São Paulo, 30/31:85-94, 1986/1987.

ABSTRACT: Based on examples taken from La Fontaine, this paper intends to demonstrate that the fable is characterized by an opposition between discourse and reality. Its exemplary character is not in its moral but in the process of unmasking the fallacies of the discourse. Millôr Fernandes, making use of the traditional structure of the fable, destroys it when he creates an anti-fable. As he rewrites certain fables, he makes the correspondence between reality and discours disappear or he shows that this inadequacy leads to failure. This inversion of content creates one truth, which does not belong to the fable, but is its contrary.

KEY-WORDS: Production of sense; fable; anti-fable.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FERNANDES, Millôr — *Fábulas fabulosas*. 4. ed. São Paulo, Círculo do Livro, 1975.

Alfa, São Paulo, 30/31:85-94, 1986/1987.

2. FIORIN, J.L. — A inauguração da inocência. Uma estratégia do discurso do poder: a alteração do algoritmo narrativo. *Significação: Revista Brasileira de Semiótica*, Araraquara, 4:70-80, 1984.
3. GREIMAS, A.J. & COURTÉS, J. — *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette, 1979.
4. LA FONTAINE — *Fables*. Tours, Alfred Mame et Fils, 1918.
5. LIMA, A.D. — A forma da fábula: estudo de semântica discursiva. *Significação. Revista Brasileira de Semiótica*, Araraquara, 4:60-69, 1984.

A TRADUÇÃO BRASILEIRA DE *O NOME DA ROSA*, DE UMBERTO ECO *

Enio Aloisio FONDA **

RESUMO: O presente trabalho, que é uma crítica à tradução brasileira da obra em epígrafe, propõe-se enfatizar a responsabilidade do tradutor, bem como a necessidade do domínio não apenas das línguas com as quais se trabalha, como também da formação específica no campo do assunto versado na obra a traduzir.

UNITERMOS: Tradução; crítica; literatura.

Sem dúvida, não é tarefa fácil traduzir um livro como este: volumoso e alentado volume de 562 páginas, referto de longas dissertações sobre temas especializados, de assuntos complicados e onde, a par de arcaísmos intencionais, o Autor manobra seu discurso através de um vocabulário riquíssimo e adrede aplicado, como a caracterizar um estilo que condiga à gravidade daqueles imaginários sete dias de fins de novembro de 1327, durante os quais se desenvolvem os fatos narrados por Umberto Eco.

Foi Haroldo de Campos que sugeriu à Editora Nova Fronteira o nome de Aurora Fornoni Bernardini, Professora de Língua e Literatura Russa na Universidade de São Paulo, para cuidar da tradução desta obra para o português, e esta, por sua vez, convidou a Homero Freitas de Andrade para, juntos, levarem a tradução a seu termo.

A tradução levou menos de um ano, como no-lo afirma Aurora Fornoni Bernardini em artigo publicado no *Jornal da Tarde*, de São Paulo, a 12 de dezembro de 1983.

* Umberto Eco. *O nome da rosa*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1983. 562 pp.

** Departamento de Linguística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19800 — Assis — SP.

O tom do italiano, como escreveu Eco aos tradutores, é levemente arcaico, conforme condiz a um noviço da Idade Média como Adso de Melk.

Os tradutores brasileiros afirmam, no referido artigo, que procuraram manter o tom arcaizante do original e a utilização de “falas” diferentes para personagens diferentes, através de alguns procedimentos como: a) No emprego dos pronomes de tratamento TU e VÓS numa gradação de nuances, que vai do respeito extremo à mais cotidiana intimidade. b) Na colocação dos pronomes oblíquos, que nem sempre obedece às normas tradicionais da gramática, mas reproduz estrutura semelhante à dos textos medievais portugueses, onde se percebe ainda a não sintetização da próclise ou ênclise. O uso mesoclítico do pronome teria sido observado apenas em casos de um discurso mais pedante ou retórico. Por outro lado, ainda no que se refere à colocação pronominal, os tradutores asseveram ter evitado o uso do pronome como objeto direto e indireto ao mesmo tempo (lho, lha, lhos, lhas), que daria um tom “lusitano” (!) ao texto. c) A pontuação obedeceria antes ao ritmo do discurso do que propriamente à pura convenção tradicional. d) Os nomes próprios italianos seriam mantidos no original, com exceção dos nomes de personagens históricos conhecidos, santos ou fundadores de seitas. e) Os nomes estrangeiros seriam traduzidos para o português, exceto casos de personagens já consagrados em nossa língua: Roger Bacon, por exemplo.

Com relação aos nomes estrangeiros, se fazem necessárias umas observações pertinentes.

Rabán Mauro (p. 81) e Rabán de Toledo (p. 95) deveriam aparecer como Rabano, que é a forma consagrada pela tradição. Em vez de Melchior (p. 256), estaria melhor Mέλquior; e, na mesma página, Merquisardo, em vez de Merquisard.

Não encontra explicativa a falta de acento nos nomes próprios de autores latinos: Apuleio (p. 157), Ausonio (p. 159), Boécio (p. 157), Calpurnio (p. 138), Maximio e Metrorio (p. 356) e Servio (p. 356).

Outros latinos aparecem sob formas nada compatíveis com as normas vigentes: Marrão (p. 356), em vez de Marão (i.é, Públio Virgílio Marão); Fronton (p. 363), em vez de Frontão (i.é, Marcos Cornélio Frontão); Hélio Spaziano (p. 158), em vez de Élio Espaciano; Calpurnio Pison (p. 138), em vez de Calpúrnio Pisão; Stazio (p. 165), em vez de Estácio (i.é, Públio Panínio Estácio); Silius Italicus (p. 95), à latina, em vez de Sílio Itálico.

Com relação a Aymaro (melhor seria escrever Aimaro), que ocorre às p. 97, 147, 152, 300, 309, 430, 449 (duas vezes), 511 e 513, é incorreto chamá-lo de Alexandria, mas sim de Alessandria, cidade do Piemonte, no norte da Itália, em cujas proximidades se encontrava a abadia, palco dos acontecimentos descritos em *O nome da rosa*. Clemente (p. 159), este sim, era de Alexandria, no Egito. O adjetivo pátrio Augustoduniense (p. 41), para Honório d’Autun, deveria assumir a forma alatinada certa: Augustodunense.

Às p. 23, 250, 260, 406 e 558 aparece o nome de Giovanni de Gianduno. À primeira vista poderia ser tomado como nome de um italiano. Trata-se, porém, do francês João de Jandum (cidade das Ardenas), filósofo averroísta, que ensinou em Paris e obteve de João XXII o canonicato junto ao capítulo de Sensil.

À p. 156 há uma referência ao Padre João (it. Prete Gianni), que não é um Padre João qualquer, mas o próprio Preste João, discutido sacerdote-monarca, quiçá da Etiópia.

À p. 327 ocorre Vincenzo Belovacense que, saiba-se, outro não é senão o próprio enciclopedista dominicano Vicente de Beauvais.

Hugo de San Vittore (p. 101) é indubitavelmente Hughes de Saint Vitor, para os franceses, e Hugo de São Vitor para os leitores de fala portuguesa.

Alan das Ilhas (p. 38 e 375) estaria melhor sob a forma Alano, ou Alan des Iles (lat. Alanus Insularum ou ab Insulis).

Não encontra justificativa o Y no nome próprio Cypriano (p. 492), autor de uma *Coena*.

Apesar de os tradutores proporem que os nomes italianos sejam conservados em sua forma primitiva, encontramos à p. 375 frei Guilherme (e não Guglielmo) d'Alvernia; e Diotisalvi da Firenze (it. p. 481) passa a ser Deusteguarde de Firenze (p. 537); e, na mesma página, frate Paolo Millemosche torna-se frei Paulo Milmoscas.

Se traduziram (adaptando) Diotisalvi (Deusteguarde) e Millemosche (Milmoscas), por que não fizeram o mesmo com outros nomes que se prestam para tanto? Seria o caso de Nicola Morimondo (p. 108 e 545); Santa Morimonda (p. 486); Bonagrazia (p. 74, 80 e 44); Bentivenga (p. 75); Giovanni Boccadoro (p. 103); Frei Paulo Zoppo — coxo, manco, manquitola (p. 223); Frei Umile Custodio de Perugia (p. 388).

Encontramos, para o nome Boaventura (p. 230), também a forma Bonaventura (p. 68 e 334), o que constitui verdadeira incoerência no trato de nomes. Será que o nome Boaventura só cabe ao santo doutor da igreja católica, o franciscano e cardeal Boaventura de Bagnorea (it. Bonaventura da Bagnoregio)?

Há reparos a fazer acerca dos nomes de cinco Santos da igreja católica e de dois Apóstolos.

São Bento, fundador da ordem beneditina, aparece, constantemente, como São Benedito (it. Benedetto). Em se tratando de um livro que focaliza a vida de um mosteiro beneditino, deveria haver um mínimo de conhecimentos sobre o vocabulário e nomes da língua para a qual se traduz. Há quatro séculos existem mosteiros beneditinos no Brasil, e todos sabem o que são, ainda hoje em dia: rua de São Bento, largo de São Bento, mosteiro de São Bento, colégio de São Bento, FFCL de São Bento, Regra de São Bento, hábito de São Bento e, final-

mente, medalha (milagrosa) de São Bento. Não se compreende, então, que os tradutores brasileiros insistam no constante emprego de Benedito por Bento. Este é o santo fundador da ordem beneditina, enquanto aquele (de tez preta), conhecido como São Benedito de Palermo (Sicília), é venerado, no Brasil, supersticiosamente, como o Santo que “segura” as domésticas no emprego.

São Martin (p. 159) e São Martino (p. 233) estão por São Martinho. Giovanni Boccadoro (p. 118) é o próprio São João Crisóstomo (boca de ouro; al. *Goldmund*; esl. *zlatoustnik*), que Afonso X, o Sábio, em suas *Cantigas*, chama San Joan Boca-d’Ouro. Outro santo doutor da igreja oriental e escritor siríaco, que no texto italiano (p. 138) e português (p. 159) aparece como San Ephraim e São Ephraim, só poderia constar sob a forma Santo Efrém, levando em consideração que, em português, existe a regra que estabelece o uso de “São” antes de consoante e “Santo” antes de vogal. O mesmo valha também para São Estêvão (p. 476) que está em lugar de Santo Estêvão.

O Apóstolo São Tiago Maior (it. Giacomo ou Jacomo) aparece sob a forma Jacomo (duas vezes: p. 483 e 486) e São Jacomo Maior (p. 504). São Tomás (p. 504), evidentemente o Apóstolo, deveria constar sob a forma tradicionalmente aceita de São Tomé.

Os dias em *O nome da rosa* estão divididos segundo as oito horas canônicas do ofício divino, a saber: 1. matinas, 2. loas ou laudes (fem.), 3. prima, 4. terça ou terça, 5. sexta, 6. nona ou noa, 7. vésperas, 8. completas (ou completório). Duas delas, prima e terça, aparecem, na tradução, como primeira e terceira, incorretamente. Outras vezes diz-se: “logo depois dos laudes” (p. 35); “O tempo antes dos laudes” (p. 464); “Já era hora dos laudes” (p. 468). Acontece, porém, que laudes e loas são palavras do gênero feminino. Acerta-se, contudo, quando se diz: “as laudes do Senhor” (p. 46).

Caberia aos tradutores assessorarem-se por um monge beneditino, para a tradução de expressões litúrgicas e de termos que fazem parte da tradição monástica e da igreja. Aliás, na maioria dos casos, teria bastado compulsar qualquer bom dicionário de língua portuguesa ou de liturgia e Bíblia.

Com respeito à falta de familiaridade dos tradutores com a Bíblia, observe-se que: à p. 117 (it. 102) e 159 (it. 139) ocorre o termo *Eclesiaste* (sem o s final), querendo com isso os tradutores passar para o português o termo italiano *Ecclesiastico*, termo esse com que se denomina outro livro sagrado, que em português chamamos *Eclesiástico*, e que na igreja oriental era chamado, aliás com mais propriedade, *Sabedoria de Jesus, filho de Sirac*. Acerta-se, contudo, à p. 293 (duas vezes), ao empregar o termo *Eclesiastes*.

O título do primeiro livro do Pentateuco ocorre uma vez sob o nome de *Livro do Gênese* (p. 531) e duas vezes sob o nome *Gênesis* (p. 402 e 403). Estranha,

aqui, apenas a não uniformização do título para o mesmo livro, o que seria de todo natural.

A *Carta* do Apóstolo São Paulo aos *Galatas* (“le parole di Paolo ai Galati”, p. 226) passa a ser “palavras de Paulo aos *Galateus* (p. 260).

E o que não dizer dos nomes bíblicos? Lia (p. 483 e 484) passa a ser *Léa* (p. 26). Mas é o próprio Eco a levar ao erro, pois ele escreve: “Lea é sterile” (p. 23). Contudo, mesmo assim, uma correçãozinha não estaria mal.

Uma série de nomes bíblicos necessitam de correções ortográficas: assim, Enoch (p. 81) deveria ser substituído por Enoque; Ruth (p. 483), por Rute; Faraão (*sic!* p. 483, duas vezes), por Faraó; Ananai (p. 483), por Ananias. Esta última incorreção, porém, tem uma atenuante: é que na edição italiana (mesmo na segunda) lê-se Ananai mesmo; evidente gralha, que consiste, no caso, na troca de ordem das duas últimas letras AI, quando deveriam seguir-se na ordem inversa: IA; daí Ananai em vez de Anania (o nosso Ananias). A casta Susana torna-se Suzana (com Z — p. 483, 485 e 487). Isabel (p. 484), a esposa de Zacarias e mãe de São João Batista, aparece como Elisabeth (p. 484), só porque, em italiano, Isabel (port.) é Elisabetta. Jefté (p. 484) aparece sem o devido acento. E, finalmente, Abimelek (p. 486), em vez de Abimeleque.

Voltemos, a seguir, a uns cochilos que revelam o despreparo dos tradutores em assuntos de vida monástica e liturgia. P. 52: “. . . duplo mandamento do trabalho e da *prece*, . . .” Levando em conta o lema da ordem beneditina: “ora et labora”, seria melhor dizer: “mandamento do trabalho e da *oração*”. P. 65: “. . . de um convento de *minoristas*?”. Diz-se *menotitas* (e não *minoristas*) aos religiosos franciscanos que perfazem o primeiro grupo (dos três) da Ordem Primeira de São Francisco de Assis. P. 67: “. . . um monge *cistercense*. . .” *Cisterciense* (e não *cistercense*), i.é, religioso da Ordem Cistercense (de Cister), organizada por São Bernardo (1090-1153). P. 84: “Sabes como são esses irmãos *laicos*.” P. 203: “. . . os privilégios dos *laicos* que falam em vulgar.” *Laico*, em português, corresponde a *leigo* (i.é, irmão leigo), e designa o religioso não ordenado sacerdote. P. 459 *et passim* ocorre o termo *despenseiro* (*it. cellario*). Nos conventos beneditinos, ainda hoje, há um monge com a função de *celereiro* (e não *despenseiro*). P. 169: “. . . o *paramento* do altar e mais três *panejamentos* que o coroavam. . .” Ital.: “. . . il *paliotto* e altri tre *pannelli* che gli facevano corona” (p. 147). Acontece que *paliotto* não é *paramento*, mas sim frontal ou antepêndio; e *pannelli* não são *panejamentos*, mas painéis, i.é, as sacras, que são três quadros, impressos ou manuscritos, que se colocavam na mesa do altar apoiados na banquetta. Continham certas orações que deviam ser ditas de cor pelo celebrante durante a missa; serviam para, no caso de um esquecimento, auxiliar a memória do celebrante. P. 147: “. . . uma quantidade de vasos sagrados, cálices, *pátenas*. . .” Inútil insistir que há a forma dicionarizada “pátena”. É tradição da igreja e da liturgia dizer-se “patena” e nunca e em lugar nenhum “pátena”. P. 464: “. . . era

preciso preparar-se para a *grande missa* natalina.” *La grande messa* (it.) quer dizer “missa solene” (cf. al. *Hochamt*; esl. *velika mása*; fr. *grande messe*). P. 464: “. . . provando a *harmonização* da comunidade inteira na execução de alguns cantos. . .” O termo italiano *afiatamento* (p. 414) quer dizer “conjunto da respiração ou do fôlego”, necessários na execução do canto gregoriano. P. 464: “. . . uma série de vocalises e *melismos*, . . .” *Melisma* (pl. *i melismi*) corresponde ao termo português “melisma” (s. masc.), e não *melismo*.

Vejamos, agora, como os tradutores são incoerentes no trato dos topônimos. Se de um lado são constantes as formas Avignon (it. Avignone) e Lyon (it. Lione), em vez da forma aportuguesada Avinhão e Lião, escrevem, por outro, Colônia (p. 478), e não Koeln; Pádua (p. 386 *et passim*) e não Padova; Florença, e não Firenze; Bolonha, e não Bologna. Em vista disso, Toulouse (p. 385 e 359) poderia dar-se sob a forma Tolosa, e Bamberg (p. 57), por Bamberga. Erram, deixando a denominação italiana Strasburgo (p. 57) em vez de empregar Estrasburgo (port.), ou Strasbourg (fr.), ou Strassburg (al.). Encontramos, à p. 12, Salzburgo (it.), por Salisburgo (port.) ou Salzburg (al.); e, ainda, Frankfurt, em vez de Francforte (port.). À p. 41, 52 e 92 encontramos São Gallo (com dois L), que seria a célebre abadia de Sankt Gallen (al.), ou Saint Gall (fr.), fundada por São Galo, discípulo de São Columbano. Há três referências ao concílio de Viena (1311-1312), cidade nas margens do rio Ródano: em duas (p. 71 e 387) se alude ao concílio de Vienne; noutra (p. 52), ao concílio de Viena. À p. 444 encontramos Marselha, em vez de Marseille; mas escreve-se Vercelli (p. 270), em vez de Verceles; e sempre Perúgia (com acento), em vez de Perúsia. Atente-se à seguinte passagem: “(“Ubertino” muito humano e jovial em sua natureza terrestre de homem das *Romagne*. . .)” (p. 334). *Romagne*, aqui, é o plural de *Romagna* (port. Romanha), região histórica da Itália, atualmente incluída na Emilia-Romagna. Explica-se o plural *Romagne* em virtude de sua divisão em R. central, R. inferior e R. superior. Em português, o correto seria: “homem das Romanhas”. Psídia (p. 456), em vez de Pisídia, é evidente erro tipográfico. Observem-se as passagens seguintes: “. . . na Provença e *Língua d’Oc* (p. 57). “. . . nalguma floresta da *Langue d’Oc* (p. 459). O topônimo *Linguadoca* (it.) corresponde a *Languedoc* (s. masc), região do sul da França, a qual tira seu nome da forma que aí assume o advérbio de afirmação (*oc* = sim). *Língua d’Oc* (melhor *Língua de oc*) e *Langue d’Oc* designam não já a aludida região, mas sim a língua nela falada, em oposição a *langue d’oil* (língua de oil). O correto seria escrever-se, em ambos os casos, *Languedoc* (it. Linguadoca).

E o que dizer de tolos erros gramaticais que acabam prejudicando a qualidade literária do texto brasileiro? Quem quer escrever na língua culta-padrão não tem o direito de ignorá-la ou deteriorá-la por descuido ou desprezo às normas. P. 67: “a ordem estava assumindo os modos daquelas instituições eclesiásticas para cuja reforma *ele* tinha nascido”. O pronome “ele” deveria ser substituído por “ela” (i.é, a ordem). P. 75: “Não, Guilherme, não *toque*. . .”.

Deveria estar “não toques”, visto que o interlocutor trata a Guilherme na segunda pessoa do singular (tu). P. 81: “Nunca sei quando *vocês* ingleses falam sério... Trata-se da sobrevivência da ordem, que é a *tua*.” P. 117: “... e percebi que para outras comidas não *se usava* (em vez de *usavam*) gorduras de animais.” P. 238: “E assim eliminam a diferença que torna *insubstituível* (em vez de *insubstituíveis*) os clérigos.” P. 253: “Vê que em correspondência a cada torre *devem haver* (em vez de *deve haver*) duas salas.” P. 526: “... no deserto silencioso onde nunca *se viu* (em vez de *viram*) diferenças.” P. 152: “Não *acreditai* (em vez de *acrediteis*) ...” P. 162: “Tenho a impressão de que o *sabem* (em vez de *saibam*)...” Na passagem seguinte, a locução italiana “tra queste mura”, que ocorre duas vezes em seguida, é traduzida uma vez erradamente (*dentre*), e outra corretamente (*entre*): “... e o que aconteceu *dentre estes muros*, enquanto o que aconteceu *entre* estes muros, outra coisa não encobre senão as vicissitudes...” (p. 453). P. 503: “A chave é outra, e pensei que vós o *soubestes*” (em vez de *soubésseis* ou *imaginásseis*).

Sobre a colocação dos pronomes, levando em conta o que os tradutores escreveram a respeito no já aludido artigo do *Jornal da Tarde*, nada se objetará. Questiona-se apenas se é correto dizer-se: “Como atrevia-se a dizer Bêncio...” (p. 165); “... onde haviam-se reunido os inquisidores, ...” (p. 275); “... aquela inquietação que tinha-me tomado na igreja” (p. 278).

O próximo enfoque constará do arrolamento de uma série de senões ocorrentes ao longo da obra traduzida e que revelam a falta de conhecimentos básicos em questões ligadas à filosofia, escatologia cristã, ordens mendicantes, vida monástica, terminologia eclesiástica e bíblica, e, não por último, domínio da própria língua italiana. P. 12: “... o meu *sodalício* de viagem interrompeu-se...” Aqui, a palavra italiana “sodalizio” deveria ser traduzida por “companhia”. P. 28: “... substâncias *amarelas* que tocara no *hospital*...” “Giallastro” (it.) quer dizer “amarelado”, “amarelento” e não *amarelo* (it. *giallo*). “Ospedale” (it.) não é *hospital* (nosocômio), mas sim “hospedaria”. Essa última palavra se repete inúmeras vezes com o mesmo sentido. P. 60: “... concórdia de vozes *dissímiles* entre si, ...” O plural de “dissimil” é “dissímeis” e não *dissímiles*. P. 62: “... *lância* desesperada da exclusão.” Traduziu-se *landa* (it.) por *lância*, que não existe nos dicionários. O termo italiano “landa” corresponde ao nosso “descampado”. P. 70: “... bula, *Firma cautela*, em que condenava com um único golpe *bizoques*, andarilhos e *esmoleres*...” Confira-se o texto italiano: “... *bolla*, *Firma cautela*, com cui condannava in un sol colpo *bizochi*, girovagli *questuanti*...” (p. 59). “Bizoco”, em italiano, indica: quem ostenta vida espiritual e devota. *Bizoque*, em português, é um mamífero primata, o sauá, que vive em bando e faz grande alarido nas matas. “Questuante” corresponde ao nosso “pedinte”, “esmoleiro”, e não *esmoler*, que é outra coisa. O *esmoler* distribui esmolas, enquanto o “esmoleiro” coleta, perambulando, esmolas. O correto seria dizer-se: “... condenava com um único golpe os *falsos devotos*, os *esmoleiros ambulantes*...” P. 83:

“Nada que seja *pretextuoso* é santo.” Forjou-se, sobre o adjetivo italiano *pretextuoso*, o adjetivo português *pretextuoso*, de difícil interpretação e ainda não dicionarizado. P. 85: “... que cuidava dos *banhos*.” No texto italiano: “... , che curava dei *balnea*” (p. 73). Por que não se deixou a palavra *balnea* (pl. de *balneum*) como consta no original? De resto, não traduziram *scriptorium*, *scriptoria*, *idolum*, *ludi*, *exempla*, *nugae*, que é o certo. P. 87: “e debes *restringir* as tuas vísceras com um *empastro* de salmoura e mostarda.” Veja-se o texto italiano: “e devi *registringere* le tue viscere con jun *impasto* di salmoia e senape” (p. 74). Aqui os tradutores não perceberam o efeito da receita, nem o modo de aplicá-la a um monge diarréico, simplesmente porque: primeiro, confundiram *restringere* com *ristringere*; segundo, não distinguiram *impasto* de *impiastro* (emplastro, cataplasma). O *impasto* (empaste) teria efeito adstringente ou estíptico; remédio ingerível, portanto, e não de uso externo, aplicativo, como o *emplastro* (cataplasma, emplastro). P. 88: “... a regra do silêncio, que parece *vigir*...” Empregou-se, curiosamente, *vigir* em vez de *viger* (= vigorar). P. 100: “... até a *consumpção* dos tempos.” Na linguagem escatológica cristã, diz-se “*consumação* dos tempos”. P. 107: “... , o terreno *degradava* vertiginosamente...” O italiano *digradava* corresponde ao nosso “declinava”, “descia”. P. 107: “... o muro oriental se inclinava para o *meridião*.” Há, em português, o termo “setentrião” (norte), mas não *meridião* (sul). P. 110: “... para que o *ânimo*, — ... se dispusesse melhor...” O sentido da frase exige o emprego *alma*, em vez de “ânimo”. P. 115: “Os servos voltavam-se às suas *ocupações*...” *Mansione* quer dizer “casa” (mansão) e não “ocupação”, “ofício”. P. 132: “*Prata viva*, ressuscita os mortos, ...” *Ariento vivo* (p. 115), evidente arcaísmo (por *argento vivo*), designação vulgar do mercúrio (port. *argento vivo*, *prata viva*, *azougue*), poderia ser traduzido por *argento vivo* (antiga linguagem farmacêutica), mais de acordo com *ariento vivo*, empregado por Umberto Eco. P. 135: “... , mas o tom *alusivo* (it. *elusivo*) dos que tinham aludido àquela amizade.” Traduziu-se *elusivo* (it.) por *alusivo*. O termo italiano *elusivo* deveria traduzir-se por “esquivo”, “reticente”, “evasivo”. P. 147: “É a misericórdia do Abade que *pensará* em dar aos filhos de Deus!” *Pensarci*, em italiano, quer dizer “encarregar-se”, e não “pensar em”. P. 154, 161 e 252: empregou-se a palavra *estilo* (it. *stile*), em vez de “estilete” (instrumento para escrever). P. 168: “*Vai à cozinha* na hora do almoço, arranja um (lume)...” *Gira in cucina* quer dizer: “*Dá uma volta* na cozinha...” P. 186: “... , demos ainda um pequeno passeio pelo claustro, para dissolver os *fumos* (it. *fumi*) do sono...” *Il fumo* (pl. *fumi*) corresponde a “fumaça” e não a “fumo”. P. 188: “... práticas de *nicromancia*,...” *Negromanzia*, em português, diz-se “necromancia” ou “nigromancia”. P. 218: “Era a hora do *pasto* matutino.” P. 532: “No fim do *pasto*.” Melhor, sem dúvida, seria: “Era a hora da *refeição da manhã*.” “No fim da *refeição*.” P. 223: “E ouvira de frei Paulo *Zoppo* que, na floresta de Rieti, vivia num *ermitério* (it. *romitorio*)...” *Zoppo* quer dizer: coxo, manco, manquitola; e *romitorio* estaria melhor traduzido

senhor como se chamam todas essas *risie*...” *Risie* nada mais é do que a forma aferética italiana de *eresie* (heresias), talvez nalgum dialeto, reduzida a *risie*. Em português, poderíamos, muito bem, escrever “resias” ou “risias”. P. 428: “Talvez seja uso desta abadia *perseguir* as relíquias dos hereges queimados?” *Dar la caccia* ou *dar caccia* corresponde a “procurar”, “coleccionar”. P. 450: “. . . , para que o mesmo *padre* comum pudesse falar. . .” O contexto exige aqui o emprego de “pai” (pai comum, i.é., abade). P. 455: “. . . o dom do *pranto*. . .” Evidente alusão à falta das oito Bem-aventuranças, por isso seria mais condizente dizer-se “dom das lágrimas” (*beati qui lugent*). P. 456: “. . . então aparecerá *abomínio* e desolação.” Em consonância com *Daniel* 9,27; I *Macabeus* 1,57 e *Mateus* 24,15, melhor seria dizer-se “abominação” (e desolação). P. 464: “. . . para exprimir a alegria, a dor, a *louvação*. . .” E por que não “louvação”? P. 467: “Eu nunca afirmei ter *assegurado* à justiça todos os iníquos. . .” *Assicurare* quer dizer, no caso, “entregar”, “confiar”. P. 481: “. . . dançavam ao redor do *pau da cocanha*.” *Albero della coccagna* corresponde ao nosso “mastro-de-cocanha” ou, mais popularmente, “pau-de-sebo”. P. 482: “Sao ko akelas terras para akeles fins ke kem kontem, trinta anos as possuis parte sancti Benedicti.” No original: “Sao ko kelle terre per kelle fini ke ki kontene, trenta anni le possette parte sancti Benedicti” (p. 431). Trata-se, no caso, de uma das quatro fórmulas testimoniais da Campânia, e precisamente da primeira, de Capua, que data de março de 960. Conservam-se no arquivo da abadia de Montecassino. Por se tratar do segundo documento do romance italiano, os tradutores deveriam ter deixado o texto original, e não estropiá-lo ainda mais, sem sentido nem nexos algum. Eis a tradução: “Eu sei que aquelas terras, dentro dos limites que aqui (no documento) constam, as possuía a parte de São Bento (o mosteiro de São Bento).” Assim como se respeitou a integridade das passagens latinas, e que não são poucas, do mesmo modo deveriam ficar inalteradas as passagens em vulgar romance constantes às p. 64, 65, 147, 310, 311, 353 e 426. P. 503: “. . . está pensando nalgum acontecimento que *tomou* em confissão.” A locução italiana “di cui ha appreso in confessione” corresponde a: “de que soube em confissão”, ou, “do qual tomou conhecimento na confissão”. P. 504: “. . . que os lapidadores da tradição traduziram do *rationale* de Araão. . .” O correto seria “racional”, i.é., o “racional do juízo” a que se faz alusão em *Êxodo* 28, 15-28 e 39, 12. P. 505: “. . . o ônix (significa) os *poderes*. . .” Tratando-se da sexta hierarquia dos anjos, o termo mais apropriado para expressá-la é “Potestades”, e não *poderes*. P. 508: “. . . , *ousei*, queimado, em tom de *reprovação*. . .” It.: “. . .azzardai, piccato, in tono de rimprovero. . .” *Azzardare* significa “arriscar”, e não “ousar”; e “rimprovero” se traduz por “repreensão”. P. 532: “Primeiro olhávos para o céu, *dignando* de um olhar agastado a lama. . .” “Degnare di uno sguardo la melma” corresponde, mais exatamente, a “julgar digna de um olhar a lama”. Conseqüentemente, a tradução *dignando de um olhar agastado a lama* é incorreta, pois, em português, só se diz “dignar-se de” ou “dignar-se” com o infinitivo. P. 459: “Quem sabe, talvez

acabe *degolado* nalguma floresta...” O texto italiano diz: “Chissà, forse finirà *tagliagole in qualche* floresta...” (p. 408). Acontece que *tagliagole* quer dizer “cortador-de-pescoços”, “assaltante assassino”.

E, finalmente, para chegar ao término desse elenco de tropeços, que ainda não são todos, pois deixei de expô-los para não me alongar em demasia, se atinge o fecho de *O nome da rosa*, que consiste num verso hexâmetro datílico, extraído da obra *De contemptu mundi*, de Bernardo de Morlas (Morliacense). O verso, aliás, é correto em seus termos e grafia. Sim, porque as inúmeras passagens latinas que recheiam o livro estão eivadas de erros, que podem ser encontrados na p. 28 (3 erros), 38 (2 erros), 69, 76 (2 erros), 95, 127 (2 erros), 158, 159 (2 erros), 203, 216, 273 e 490, para citar só alguns. Há também incorreções em termos herbolários, antropônimos e topônimos, além dos já abordados. Nem faltam inobservâncias às normas gramaticais vigentes, afora as já aludidas: tudo a exigir uma releitura mais demorada e criteriosa da tradução a correr em sua primeira versão.

É sabido que a crítica encomiástica que pululou incontida saíra, como sói acontecer no “hospital das Letras”, se não por encomenda, certamente de alguém que leu essa obra de Eco em tradução brasileira, sem a necessária acribia, e total despreparo.

Causa deveras espécie o fato de se ter chegado à vigésima-quinta reimpressão da tradução, sem que o editor, os tradutores e os revisores tivessem descoberto as deficiências, ou parte delas, ora apontadas. Como também revolta que a editora Record, que se incumbiu de uma edição popular, nada mais tenha feito do que reimprimir, quase fotostaticamente, o mesmo texto que correu durante vinte e cinco reimpressões sucessivas, sem correção alguma, sob a responsabilidade da Editora Nova Fronteira.

Stat rosa pristina nomine: nomina nuda tenemus. — A rosa de que se falou, ela existe só de nome; pois, o que temos são meros nomes.

FONDA, E.A. — The Brazilian translation of *The name of the Rose*, by Umberto Eco. *Alfa*, São Paulo, 30/31:95/105, 1986/1987.

ABSTRACT: This paper, a critical analysis of the Brazilian translation of Eco's Il nome della rosa, intends to emphasize the translator's responsibility as well as his obligation of mastering not only the languages involved, but also the specific subjects dealt with in the text to be translated.

KEY-WORDS: Translation; textual criticism; literature.

A SEXTA NEMÉIA DE PÍNDARO

Fernando Brandão dos SANTOS *

*RESUMO: O presente trabalho é uma tradução com um estudo introdutório da Sexta Neméia, ode ipinícia de Píndaro dedicada ao menino egineta Alcimida, vencedor no pugilato. Primeiramente apresentam-se algumas posturas diante da poesia em geral através das quais a poesia de Píndaro vai ser lida. Tenta-se discutir a própria natureza da poesia: um canal existente entre uma realidade física e uma realidade transcendente. Considera-se também a postura de Píndaro como poeta, já que ele próprio se expressou claramente sobre sua própria arte. Percebe-se que há uma diferença de postura em relação ao poeta da *Iliada* e *Odisséia*. Vê-se que os jogos, assim como a poesia, põem em evidência os valores individuais e a interferência divina. Analisa-se o que foram os jogos neméios e a sexta neméia: o seu interesse maior está exatamente no jogo que apresenta desde o início entre o esforço humano e a decisão divina.*

UNITERMOS: Poesia lírica; Píndaro.

A Sexta Neméia de Píndaro

“... Le dieu chante, et selon le rythme tout puissant,
S'élèvent au soleil les fabuleuses pierres
Et l' on voit grandir vers l'azur incandescent
Les hauts murs d'or harmonieux d'un sanctuaire.”

(Paul Valéry, *ORPHEE*, 1891)

PREÂMBULO

A poesia é difícil e ao mesmo tempo fascinante. A dificuldade pertinente à poesia advém da própria natureza do fazer poético que se refaz a cada leitura;

* Departamento de Linguística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

no caso da poesia antiga (grega ou latina), pode advir da lacuna existente entre nós, apenas leitores, e o poeta em seu ato criador e tudo o que isso implica. É tentando vencer esse espaço que mergulhamos nesse mar e o que era vislumbre apenas torna-se a cada passo visão magnífica e vivificante. Daí nasce a fascinação, que implica a admiração que o brilho provoca nos olhos, reativando a memória, deusa imperecível através dos tempos. E o próprio fazer poético torna-se um refazer diante dos olhos, dando-nos lições que até podem ser chamadas de "iniciação".

Píndaro canta em suas odes a vitória de atletas bem-sucedidos nos diversos jogos da antiga Hélade. Seus versos são cantos que, marcados com o passo da dança, provocam ainda a fascinação em quem tente, primeiro, vencer a dificuldade que a sua poesia apresenta, e depois, entregar-se ao doce encanto de uma melodia que, embora muito distante, diante dos olhos, no texto, compõe um universo a cuja presidência pertence a harmonia de conjunções antitéticas: os esforços dos atletas e os desígnios pertencentes a instâncias superiores ao homem, pertencentes, então, às divindades. Entretanto, a harmonia no mundo antigo comporta elementos que chamamos de tensão (tensão própria para executar a música na lira), que, de uma certa maneira, ao se oporem, compõem o ritmo. Este último, acentuado pela cadência dos pés e pelo movimento grácil dos corpos, faz-nos sentir a lacuna e ao mesmo tempo a fascinação por essa poesia.

O convívio com essa poesia revela o fazer poético em toda a sua grandeza, em todo o seu esplendor que, embora possa ser chamado aristocrático, não perde sua dignidade e sua elegância máximas.

Assim, presentes em nós, lacuna e admiração, este trabalho, mais que um estudo minucioso sobre a grande poesia de Píndaro, tenta vivenciá-lo numa tradução de uma de suas inúmeras odes à maneira de um exercício que busca tanto um aperfeiçoamento da linguagem poética como um vislumbre deste estranho mundo da poesia, que é, a um só tempo, o próprio universo da criação na criação do universo em diversos versos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A POESIA DE PÍNDARO

A poesia pode ser vista como a arte do encantamento pela palavra. Surge logo a dificuldade em querer que ela como arte seja encaixada em *standards*. Liga-se, por sua natureza, primeiramente, à música, que, por sua vez, estabelece o ritmo. Esta cadeia estabelecida entre a palavra-canto-ritmo representa a um só tempo estruturas que remetem a vivências experimentadas, estados e categorias mentais próprias de uma cultura. Como a máquina fotográfica retém a imagem de um momento através de um processo de efeito da luz sobre um material especial, sensível, assim a poesia retém um momento e o eterniza pela incidência

feliz das palavras; numa palavra, instaura o mundo. A vantagem da poesia sobre a fotografia (se é que a comparação tem cabimento!) é que esta última é estanque no tempo e no espaço, mas a poesia pode, ao ser entoada, restabelecer no mundo o mundo segundo a ótica do próprio poeta e segundo a ótica de quem a entoa (pela inflexão da voz, por exemplo, acentuando este ou aquele aspecto) e, por último, segundo a ótica de quem ouve. Daí, mesmo que tardiamente, na Grécia, aparecem para designar este tipo de arte com a palavra, diferenciada da palavra discursiva, comum, retórica, os nomes *poiésis*, *poiema* e *poiétés*. *

Como um canal de comunicação entre a realidade física e uma realidade transcendente, a poesia está associada também à esfera do religioso. Canal mediato, possui também o tom encantatório próprio das invocações mágicas (cf. *carmen* no latim), pois as palavras subordinadas a uma especial inclinação da voz têm o poder de conduzir os ouvintes a uma experiência atemporal, cuja lógica é estabelecida pela memória, de dentro para fora.

Assim, o ritmo das palavras, cadenciadas segundo a quantidade das vogais, conduz também ao espetáculo. A dança, intimamente ligada aos gestos rituais, à festa propiciatória, está associada também à poesia e não é à toa que Hesíodo apresenta-nos as musas como dançarinas:

“Elas têm grande e divino o monte Hélicon,
em volta da fonte violácea com pés suaves
dançam e do altar do bem forte filho de Cronos.”

(Torrano, 6, p. 129)

É dentro deste modo de ver a poesia, dentro de um esquema que comporte não só a apreciação técnica mas também as implicações com o mundo mágico, que queremos entender esta poesia de Píndaro.

O poeta, utilizando-se de um material mítico disponível em sua cultura, arquiteta o seu canto laudatório dos vencedores dos jogos (*agōnes*) que, por sua vez, também pertencem a uma tradição que se perde nos tempos. Note-se que usamos a palavra “arquiteta” para designar o “fazer poético” de Píndaro, já que o próprio Píndaro, dentre as inúmeras imagens que usa para designar sua

* Segundo nos indica Charles Maurice Bowra em seu livro *Pindar*, Oxford, 1964, a poesia de Píndaro está mais para o canto que para a nossa atual noção de poesia. “Pindar’s poems are rightly called ‘odes’ since they were meant to be sung, and it is as songs that he speaks of them with such words as *μολπᾶ*, *ἀοιδᾶ*, *μέλος*, *ὕμνος*. He does not use *ποιήμα*, which makes its first known appearance in Cratinus (frg. 186 K) and may like the almost conporary *ποιήτης* (Democr. frg. 18 DK; Hdt. 2.23; 2.53.3; 2.156.6; 3.115.2; 5.95.1; 6.52.1) have had conversational or prosaic associations which unfitted it for appearance in high poetry.” (1, p. 2).

própria poesia, compara o seu fazer ao fazer arquitetônico (veja, por exemplo, VI Olímpica, v. 1 a 4). Como C. M. Bowra notou, “nenhum poeta grego diz tanto acerca de sua arte como Píndaro” (1, p. 1). Píndaro está sempre refletindo acerca de sua arte. Em Homero quase nunca ouvimos a voz do poeta. Há um distanciamento, uma isenção tal que para podermos apreciar ou aprender o que poderia ser entendido como o “fazer poético”, em Homero, é preciso que ouçamos os poetas inseridos nas narrativas. Assim, temos a figura de Aquiles, como um cantor, celebrando a glória dos homens (*kléa andron*) na própria *Iliada* (9, 189), e temos a voz de Fêmio e de Demódoco na *Odisséia*, além de outras figuras que poderíamos considerar como “cantores-narradores” (como o próprio Ulisses no país dos Feácios).

Em Hesíodo, pode-se notar, ainda que de maneira breve e muito presa a uma tradição homérica, uma voz que se levanta e se autoneomeia (*Teogonia*, v. 22 a 35; *Trabalhos e os dias*, v. 10). Na verdade, trata-se de uma mudança que se pode verificar também em outras atividades artísticas e que revela o surgimento de uma nova atitude em relação ao fazer artístico, ligada intimamente à nova configuração da *pólis* e mesmo ao surgimento da noção do individualismo no Ocidente.*

*A própria instituição dos jogos ganha também essa feição. As odes epinícias, tendo como objetivo cantar as vitórias dos jogos, inserem-se totalmente nessa nova experiência do eu poético. Os jogos, em certa medida, eram disputas pessoais que traziam a glória ao indivíduo vencedor. É interessante notar que Píndaro, muitas vezes, faz pouca menção ao vencedor. Dentre os elementos comuns a todas as odes, o que nos chama mais a atenção é a relação que Píndaro estabelece entre a vitória do atleta, ligada a um esforço pessoal, e a intervenção divina. Existe sempre um jogo de forças que de maneira feliz se combinam e culminam na vitória. Kevin Krotty, estudando exatamente esta questão, aproxima a composição de Píndaro à composição trágica, pois em ambos os gêneros está presente o conflito entre a decisão humana em buscar a vitória (e por conseguinte o devido “esforço”) e a decisão divina, articulada em outras instâncias que escapam aos homens. Numa os deuses concedem a vitória e noutra provocam a aporia trágica.

* Bruno Snell em *The Discovery of Mind* coloca: “Perhaps the most striking difference between the works, is the emergence of the poets as individuals.” New York, 1982 (13, p. 44). Veja-se também as interessantes colocações de John Finley em *Pindar and Aeschylus*, Cambridge, 1966 (4, p. 23-24), em que o autor aproxima a poesia do sétimo século às construções de arquitetos famosos, que começam a aparecer juntamente com a assinatura dos ceramistas dos vasos. Tudo parece apontar para o surgimento de um individualismo, oposto ao individualismo heróico verificado na poesia épica. O mesmo se dá com o surgimento da Filosofia, em que os diversos pensadores expõem o seu próprio pensar, cada um diferentemente do outro. O centro agora é o lugar do debate, da divergência.

OS JOGOS NEMÉIOS

Os jogos neméios, como noticia A. Puech (*Neméennes*, 10, p. 1, 2), ficam em quarto lugar na ordem de importância dos jogos que havia na antigüidade grega. Primeiramente vinham os jogos Olímpicos, depois os jogos Píticos, os Ístmicos e por fim os jogos celebrados em Neméia. Como as Olimpíadas, estes eram dedicados a Zeus. Segundo ainda A. Puech, há duas versões para explicar a origem desses jogos. A primeira versão é a de que Hércules seria o fundador e o restaurador dos jogos (10, p. 1, 2). Entretanto, apresenta-nos outra versão, que também é estudada por Robert Graves *. Esta outra versão leva-nos ao ciclo tebano. Quando os Sete contra Tebas passaram por Neméia (hoje Heracléia), encontraram ali Hipsípila, a escrava lemniana de Licurgo e ama de seu filho Ofeltes. Os Sete pediram-lhe que indicasse onde poderiam encontrar água potável. Ao ir indicar-lhes onde havia uma fonte, abandonou o menino Ofeltes, que foi picado por uma serpente. Para a celebração da morte do menino, então, foram instituídos os jogos, que foram chamados *archemoroí*.

Assegurados, assim, por um acontecimento divino, os jogos neméios ocorriam a cada dois anos, intercalados com os jogos Olímpicos, nos meados do mês de julho (A. Puech, 10, p. 9). A coroa usada nos jogos Neméios, a princípio, teria sido a de oliveira e depois, na época histórica, teria sido utilizada a de salsa brava. (A. Puech, 10, p. 9; R. Graves, 5, p. 21, 22).

A SEXTA NEMÉIA

A Sexta Neméia apresenta alguns problemas quanto a sua datação. É dedicada ao menino egineta Alcimida, vencedor na luta de meninos. Como nos informa A. Puech, Alcimida pertencia a uma das famílias importantes de Égina,

* Veja-se a interessante notícia de R. Graves (5): "Hipsípila ('puerta alta') era probablemente un título de la diosa Luna, cuyo curso describe un alto arco en el firmamento; y los Juegos Nemeos, como los Olímpicos, debían celebrarse al final del período del rey sagrado, cuando había reinado durante sus cincuenta meses lunares como marido de la suma sacerdotisa. El mito conserva la tradición de que anualmente se sacrificaban niños a la diosa como sustitutos el rey; aún que la palabra *Opheltes*, que significa simplemente 'benefactor', se le ha dado aquí un sentido forzado: 'enrolado por una serpiente', como si derivara de *ophis*, 'serpiente', y *eilein*, 'juntar apretando'. Tampoco *Archemorus* significa 'el comienzo de la condena', sino más bien 'tronco de olivo original', y está referido a plantones del olivo sagrado de Atenea, probablemente los que se utilizaban en los juegos como coronas para los vencedores en las diversas pruebas. Después de los desastres de la guerra persa el empleo del olivo se interrumpió en los Juegos Nemeos en favor del perejil, una señal de luto. (Esoiasta sobre *Argumento de los Juegos Nemeos de Pindaro*)", *Los mitos griegos*, Madrid, 1982, v. 2, p. 21, 22.

a dos Bassidas, que reunia cerca de 25 vitórias, sendo Praxidamante o primeiro egineta a vencer um jogo Olímpico (A. Puech, 10, p. 73). A menção ao treinador Milésias, famoso por ter treinado Alcimedonte (cantado na VIII Olímpica) e de Timasarco (cantado na IV Neméia), parece fazer entender aos estudiosos que a ode teria sido composta entre 460 a. C. ou antes, sem, contudo, reduzir a dificuldade em precisar a data desta ode. (Bowra, 1, p. 412.)

A primeira estrofe desta ode inicia-se com uma reflexão acerca da natureza dos homens e dos deuses. Para os gregos, a distinção das duas estirpes sempre foi evidente, pois, de um lado, experimentavam a sempre permanência dos deuses, dotados de imortalidade; de outro lado, os homens, que se distinguiam dos deuses exatamente por experimentarem a ação do tempo e sofrerem a morte. Entretanto, o que Píndaro nos apresenta nesta ode é um tanto desconcertante, pois já a leitura dos dois primeiros versos *hén... andrōn/hen... theon* pode fazer-nos entender que homens e deuses têm uma única descendência, todos pertencem a um mesmo *génos*. Ora, a noção de *génos* implica a noção de nascimento, de geração, aqui, nesta ode, colocada como sendo única, comum. Para reforçar a idéia da unidade entre as estirpes, Píndaro continua: *ek miās dè pnéomen/matrós*. Na teologia baseada em Hesíodo, essa única mãe seria a Terra (*Gaia*).^{*} O que nos chama mais atenção, no entanto, é a presença da respiração neste texto. Ela é o ponto que une ambas as raças. A respiração, também na cultura grega, é o indício mais evidente da vida. Veja-se que *psyché* é primeiramente o sopro de vida; uma vez esvaído, configura-se a morte para o ser humano. Assim, a morte, característica própria do ser humano, é, a princípio, a ausência desse sopro e isso o distingue dos deuses que sempre estão fruindo deste hálito.

A idéia expressa no verso 5 de que o homem é nada já aparece em Homero, e, no próprio Píndaro; em outra ode pode-se ler:

" ἑπάμεροι τὶ δὲ τις ;
τὶ δ' οὐ τις ; σκιάς ὄναρ
ἀνθρώπος ." (VIII Pítica, 135-137)

A efemeridade do homem só faz sentido se contraposta imediatamente à imortalidade dos deuses "que têm sede sempre inabalável o brônzeo céu". Entretanto, contrapostas as duas imagens, mortalidade diante da imortalidade, Píndaro reconhece que existe no homem algo que o assemelha aos deuses, seja a inteligência, seja a natureza. Mas a oposição ainda é enfatizada pelo não saber, pelo desconhecer o seu próprio percurso durante o breve espaço de vida. Esta idéia na sexta Neméia vem com elementos que, numa tradução, infelizmente, ficam

^{*} A. Puech diz: "Les uns et les autres sont fils de la Terre; telle est la théologie traditionnelle, depuis Hésiode." (10, p. 81).

perdidos. Primeiramente, aparece a palavra *pótmōs*, que na tradução ficou “destino”. Entretanto, no grego, a idéia mais forte é a do destino que cai, já que a palavra está ligada à raiz do verbo *pípto*. Naturalmente, essa idéia de destino está muito longe da noção de destino que temos hoje. Este destino grafa até que marca devemos caminhar. Outra dificuldade, *státhme*, mais que marca, é o fio do prumo usado pelo pedreiro ou pelo carpinteiro. Não se trata aqui de um destino pré-marcado como equivocadamente poderíamos supor. Parece-nos que esse tipo de pensamento tem relação com uma visão trágica da vida, no sentido de que o homem é incapaz de conhecer os seus próprios caminhos, ainda por oposição aos deuses que, de certa forma, impõem limites para os homens. Os próprios jogos, como nos adverte Kevin Crotty, indicam a ligação entre o divino e o humano sob um viés trágico (2, p. 6).

O efeito de Alcimida vem como comprovação da falibilidade humana e da sorte divina que lhe sobrevém. Nem sempre os competidores foram vitoriosos nos jogos. O poeta utiliza-se, para expressar essa flutuação da sorte em relação aos competidores, de uma metáfora belíssima: “são como os campos que dão frutos, alternando para um repouso que lhes restaura o vigor”.

A imagem da primeira antístrofe parece remeter à da primeira estrofe, pois ficam combinadas a idéia de imortalidade e o vencer, de um lado, e do outro o falhar com a mortalidade. Ressoa aqui o que Píndaro expressou na oitava Pítica:

" 'Α λλ' ἦταν αἴ-
γλα διόδωτος, ἔλθη,
λαμπρὸν φέγγος, ἔπεστιν ἄν-
δρῶν καὶ μείλιχος, αἰῶν." (v. 137 a 141)

O vencedor atingido pelo brilho proveniente de Zeus torna-se um ser distinto entre os homens e para ele existe um sempre-doce. Jacqueline Duchemin, em seu livro *Pindare Poète et Prophète* (3), chama-nos a atenção para a riqueza desse vocabulário da luz, que na língua grega já é muito rico, mas que em Píndaro adquire um tom especial.

Alcimida, tendo sido distinguido pela *aisa* de Zeus, foi atingido pelo raio brilhante e chega vitorioso dos jogos. Para Píndaro, os jogos são amáveis (v. 22). O que seriam, na verdade, esses jogos amáveis? Umberto Albini aguça nossa imaginação quando coloca que “os jogos helênicos eram todos parecidos. No entanto, eram uma apoteose da virtude atlética e dos valores éticos das castas a eles ligados; depois, uma festa de culto com cerimônias religiosas, sacrifícios, procissões, preces. Tratava-se antes de uma colossal feira-mercado, com robustos retornos pecuniários, de um acontecimento cultural de importância pan-helênica: leituras, exibições oratórias, coros líricos” (12, p. XI). Com esses escl-

recimentos, é possível vislumbrar o elemento erótico desses jogos. Some-se ainda a idéia de que, para a sensibilidade dos gregos, a exibição dos corpos em competições nas diversas modalidades dos jogos comportava a sensualidade, presente inclusive na poesia, através do ritmo, do canto, da dança, e que foi reprimida implacavelmente pela posterior civilização judaico-cristã.

O primeiro epodo, ligando-se às duas estrofes, no louvor aos antepassados do vencedor, nomeia seu avô paterno, Praxidamante, omitindo a menção do pai. A. Puech nota que essa omissão está ligada à idéia de alternância expressa na antístrofe anterior (10, p. 81). Praxidamante, como o próprio Píndaro indica, foi o primeiro vencedor egíneto nos jogos Olímpicos.

Na segunda estrofe, configura-se um novo movimento da ode. O poeta, primeiramente, evoca três vencedores que não se sabe exatamente quem são (provavelmente ainda antepassados do menino Alcimida). Novamente mencionando que a família (casa) tem o favor dos deuses (ou tem os deuses a seu favor), diz que o pugilato privilegiou-a com inúmeras coroas (*stephánon*), distinguindo-a entre toda a Hélade. Em seguida, o *tonus* do poema parece que vai ser mudado, pois o poeta somente agora faz uma invocação à Musa, recorrendo à imagética que lhe é muito comum: o arco e as flechas. Jacqueline Duchemin notou, ao analisar a figura do arco na nona Olímpica, que “é estreita a associação entre a evocação do arco e a da *phorminx*. O arco aqui é chamado de ‘arco das musas’” (3, p. 75). No final da segunda estrofe da sexta Neméia, a recorrência à imagem do arco e a invocação da musa (v. 45-50) marcam uma belíssima transição em que o poeta vai passar a elogiar a família dos Bassidas, da qual descende Alcimida. Assim, com essa elevação da voz, Píndaro inicia o elogio das vitórias dos antepassados mais remotos. A. Puech pensa que sejam vitórias de segunda classe, já que o poeta não as enumera, como é costume (10, p. 75). No entanto, julgamos que o poeta nesta passagem e nas seguintes vai-se distanciando do presente e esse silêncio sobre a natureza das vitórias de que está falando intensifica a distância, colocando-as num tempo quase mítico. A ligação entre a segunda estrofe e a segunda antístrofe faz-se em versos que remontam à noção homérica da função do canto e das palavras: “cantar a glória dos homens”, isto é, narrar os efeitos heróicos. Em Homero, como já vimos, Aquiles alegra seu coração cantando a glória dos homens. Mas a glória dos homens mesmo em Homero está associada ao sofrimento. Na *Odisséia*, encontramos os deuses tramando a perdição para os homens, a fim de que esta perdição se transforme em cantos para os que são e para os que virão a ser (8.579-580).

A referência aos lavradores das Piérides, como apontou A. Puech, está ligada também ao possível comércio que a família dos Bassidas mantinha na região (10, p. 82).*

* A outra ligação possível, naturalmente, está associada às próprias musas.

O elogio de Cálías aparece num movimento soberbo da ode, em que o herói é apontado como dileto aos filhos de Leto, e é também atingido pelo brilho envolvido no vozerio das Graças (v. 59-66). Em seguida, aponta outro vencedor antepassado, Creontida, que é homenageado pelo istmo (*géphyra*) com festas trienais em que consta o sacrifício do touro (*taurophónoi*). Píndaro refere-se também à coroa usada nos jogos neméios, que, segundo A. Puech e Robert Graves, seria a coroa não de oliveira mas de salsa brava ou aipo.

A terceira estrofe, iniciando o movimento final da ode, abre-se de uma maneira espetacular. O poeta, com o seu poder de evocação, traz para a nossa imaginação o próprio fazer poético. Amplas vias existem para os prosadores, para os hábeis com as palavras. Entretanto, o poeta, que num certo sentido se opõe ao prosador, também dispõe, como este, de inúmeros expedientes para construir sua arte. Tecendo um belo elogio aos Eácidas, isto é, aos eginetas, cita de uma maneira rápida, porém absolutamente eficiente para o seu propósito, o episódio mítico entre Aquiles e o rei dos Etíopes, Memnon. Segundo a tradição, Aquiles teria matado esse rei depois de um combate em que Memnon, por sua vez, matara Antíloco, filho de Nestor (Robert Graves, 5, cap. 162 e cap. 164, vol. 2).

O próximo passo está ligado à prática da navegação. Aqui (v. 94-97) a arte da navegação, tão cara aos gregos, está relacionada à arte poética. Assim como dirigir a nau sob o ímpeto das ondas dá mais ânimo ao piloto, também as vitórias dos atletas aumentam o moral do poeta. Pilotar naus e compor versos caminham juntos: ambas as atividades exigem uma maestria de certas técnicas que são desconhecidas do homem comum.

Na passagem para a parte final do poema, o poeta tem diante de si dois fardos (*dídmōn áchthos*): um deles é homenagear Alcimida, o vencedor; o outro, homenagear Milésias, treinador ateniense mencionado em outras odes de Píndaro.

Já no último epodo da ode, Píndaro volta a mencionar os insucessos do próprio Alcimida e de Politimidias, colocando a responsabilidade no *kleros* (v. 107) — que é a sorte tomada no sentido de sorteio. A vitória nesse passo é a flor. Com isso liga toda a ode ao seu início, como se fechasse um círculo, pois novamente se configura a alternância (mortalidade/imortalidade, vitória/derrota). Cumpru-se um fardo.

O outro fardo, por fim, é elogiar Milésias. Aqui, utiliza-se da figura do golfinho, que além de estar associado a divindades marítimas, à cidade de Atenas, está também associado à rapidez no mar. Podemos ler também, nessa configuração, a simpatia que já os antigos sentiam por esse animal e a simpatia que Píndaro tinha por Milésias. E, com essa imagem querida, Píndaro termina sua ode, ressaltando os valores de Milésias: condutor de braços e de força (v. 111).

Desse modo, essa poesia, que é rica sob todos os aspectos que possam ser analisados (quer pela forma, quer pelo conteúdo), apresenta o caráter universa-

lizante necessário a toda a obra de arte. Através dela pode-se ver hoje como os gregos enxergavam a relação homem/divindade, como pensavam o que hoje chamamos destino, esse jogo que envolve o querer humano e a decisão divina, mas que sempre escapa das mãos dos mortais. É um jogo que está estabelecido entre os mortais e imortais e mantém-se como os campos, alternando-se, ou, numa outra via, como se mantêm os próprios competidores dos jogos: ora vencem, ora deles são afastadas as flores da vitória. É preciso, então, que os deuses voltem seu olhar para os mortais, para que, atingidos pelo brilho, tornem-se vencedores. O poeta, este ser especial que, tocando a lira como quem atira flechas, inspirado pelas musas, tem acessos amplos e pode captar esse breve momento em que os deuses atingem a humanidade e, com seus cantos, palavras gloriosas, podem perpetuar, imortalizando o brilho, também o sempre-doce.

*A Sexta Neméia**

Para Alcimida menino egineta pugilista

	primeira estrofe
Uma só de homens,	. 1
uma só raça de deuses: de uma só mãe	
respiramos ambos. Se-	
para-as, porém, todo o poder	
que as distingue, de forma que uma é nada	. 5
mas sede sempre inabalável	
permanece brônzeo o céu. Porém, em algo nos as-	
semelhamos, ou pelo grandioso espírito	
ou pela natureza, aos imortais,	
embora não de dia	. 10
sabedores nem de noite	
até que marca**	
o destino traçou-nos caminhar.	

* A presente tradução foi revisada pela Prof.^a Dr.^a Daisi Malhadas do ILCSE — Campus Araraquara/UNESP.

** Optamos pela palavra *marca* para traduzir o termo *státhman* que no grego significa o fio do prumo, aparelho usado para a medição.

segunda estrofe

Depois os
 três sendo vencedores ao mais alto de excelência
 chegaram, eles que fadigas ex-
 perimentaram. Com sorte* divina, .40
 a nenhuma outra casa o pugilato
 mostrou-se dispensador
 de tantas coroas, no interior da Hé-
 lade inteira. Espero
 grandiloqüente o alvo atingir
 como tendo atirado flechas. .45
 Dirige-lhes, vamos, Musa,
 o sopro de palavras
 gloriosas! Pois, parecidos os homens,

segunda antistrofe

cantos .50
 e palavras as belas obras enfeitam-lhes.
 Para os Bassidas o que não ra-
 reia: de há muito famosa estirpe
 naus transportando os próprios louvores,
 aos lavradores das Piérides .55
 são capazes de fornecer muitos hi-
 nos por causa de soberbos
 trabalhos. E, com efeito, também na divina
 Pito, tendo atado as mãos à rédea**,
 venceu outrora desta família .60
 o sangue,
 Cálías, doce

* Aqui *sorte* aparece com a palavra *týchē*, que é a sorte tomada em seu aspecto de "acaso".

** Referência a uma vitória de Cálías como condutor de carro, uma das modalidades dos jogos Píticos.

segundo epodo

- aos rebentos de Leto de áurea roca e na Cas-
tália, ao entardecer, com o vozerio
das Graças, fulgiu. .65
E o Istmo sobre o mar infatigável,
na festa trienal dos vizinhos,
com sacrifício de touro,
honrou Creontidas
no templo de Posidão. .70
E, outrora, a erva do leão*
corou-o vencedor sob as sombrias
montanhas antigas de Flionte.**

terceira estrofe

- Amplos
aos prosadores de todas as partes .75
há acessos
para esta gloriosa ilha or-
nar. Depois que os Eácidas
forneceram-lhe destino superior, exce-
lências demonstrando grandiosas, .80
voa sobre a terra e
pelo mar longe
o nome deles. Também até os Etíopes,
para os quais Memnon não voltara,
saltou. Grave discórdia .85
sobreveio-lhe
Aquiles***, quando à terra descendo do carro,

* Aqui surge uma dificuldade em saber qual seria a "erva do leão (*Botána ...léontos*); sabe-se, no entanto, que a coroa dos jogos neméios era feita de salsa brava, também chamada aipo.

** Flionte, uma cidade da Argólida, próxima ao Peloponeso.

*** "Aquiles" aqui é aposto de "grave discórdia", ou vice-versa.

terceira antístrofe

da brilhante	
Aurora matou o filho* com	
ponta de lança irritadiça. E	. 90
este caminho os mais antigos	
trafegável encontraram: si-	
go também eu próprio com minha arte.	
A que gira junto ao pé** da nau	
sempre das ondas,	. 95
é a que mais de todo o homem estimula	
o coração. É de bom grado que eu nas cos-	
tas carregando duplo fardo,	
qual mensageiro caminho,	
esta quinta cantando, depois de vinte,	. 100

terceiro epodo

glória dos jogos, que	
nomeiam sagrados,	
e Alcimida que a forneceu	
à ínclita família; é verdade que junto	
ao templo do Crônida,	. 105
ó menino, tanto de ti como de Politimidas,	
a sorte inclinou-se*** das Olimpíadas	
flores roubar duas.	
E igual ao delfim pela rapidez no mar	
possa eu seguir Milésias	. 110
condutor de braços e de força.	

* Memnon era o rei lendário dos Etíopes, filho de Títon e de Aurora.

** Em grego *podí* pode ser também a quilha ou o leme da nau. Mantivemos a palavra "pé" a fim de ficar mais evidente as imagens usadas por Píndaro.

*** Optamos aqui por sacrificar a forma *kleros propétes* (um substantivo e um adjetivo) devido à dificuldade em manter a sintaxe na tradução, mantendo, porém, a idéia da "sorte que recai".

SANTOS, F.B. dos — Pindar's *Sixth Nemean*. *Alfa*, São Paulo, 30/31:107-121, 1986/1987.

ABSTRACT: The present work is a translation with an introductory study of the Sixth Nemean, an epinician Pindar's ode, dedicated to the Aeginan boy Alcimida, winner pugilist. First some postures are presented on general poetry through which Pindar's poetry will be read. We try to discuss the own nature of poetry: an existing channel between a physical reality and a transcendent reality. We consider Pindar's posture as a poet, too, since he expressed clearly about his own art. We see that there is a difference with Iliad and Odysse's poet's posture. We see that the games, as poetry, show individual values and divine interference. We analyse what have been Nemean games, and Sixth Nemean: its major interest resides exactly in the balance that it presents since beginning between human effort and divine decision.

KEY-WORDS: Lyrical Poetry; Pindar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BOWRA, C.M. — *Pindar*. Oxford, Clarendon Press, 1964.
2. CROTTY, K. — *Song and action, the victory odes of Pindar*. Baltimore/London, John Hopkins Univ. Press, 1982.
3. DUCHEMIN, J. — *Pindars poète et prophète*. Paris, Belles Lettres, 1955.
4. FINLAY JR., J. — *Pindar and Aeschylus*. Cambridge, Harvard Press, 1966.
5. GRAVES, R. — *Los mitos griegos*. Trad. de Luis Echáverri. Madrid, Alianza Ed., 1985. v. 1, 2.
6. HESÍODO — *Teogonia*. Estudo e tradução de J.A.A. Torrano. São Paulo, Massao Ohno/Roswitha Kempf ed., 1981.
7. HOMERI — *Opera*. Ed. Thomas W. Allen. 3. ed. Oxonii, Clarendon Press, 1909, 5 v.
8. PINDARE — *Olympiques*. Texte établi et traduit par Aimé Puech. Paris, Belles Lettres, 1967. Tomo 1.
9. PINDARE — *Pythiques*. Texte établi et traduit par Aimé Puech. Paris, Belles Lettres, 1967. Tomo 2.
10. PINDARE — *Némèennes*. Texte établi et traduit par Aimé Puech. Paris, Belles Lettres, 1967. Tomo 3.
11. PINDARE — *Isthmiques*. Texte établi et traduit par Aimé Puech. Paris, Belles Lettres, 1967. Tomo 4.
12. PINDARE — *Olimpiche*. Trad. commento, note e lettura critica di Luigi Lehnus; introduzioni di Umberto Albinì. s.L.p. Garzanti ed., 1981.
13. SNELL, B. — *The discovery of the mind in greek philosophy and literature*. New York, 1982.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CROISET, A. — *La poésie de Pindare et les lois du lyrisme grec*. Paris, Hachette, 1886.
- JAEGER, W. — *Paidéia: a formação do homem grego*. Adaptação e trad. brasileira de Mônica Stahel M. da Silva. São Paulo, Martins Fontes/UnB, 1986.
- PÍNDARO — *Odes aos príncipes da Sicília*. Trad. com introdução e notas de Daisi Malhadas. Araraquara, ILCSE-Car, UNESP, 1976.

RESENHAS/REVIEWS

Valderez Helena Gil JUNQUEIRA *

ECO, Umberto. *Conceito de Texto*. São Paulo, EDUSP, 1984, 212 p.

A obra compõe-se de oito capítulos correspondentes a ensaios apresentados pelo autor em um ciclo de conferências proferidas, em 1979, no Curso de Pós-Graduação em Língua e Literatura Italiana da Universidade de São Paulo.

Agradável e digesta é a apresentação dos conceitos que versam sobre o signo, a função sónica, o interpretante, a estrutura do campo semântico, a semiose ilimitada, a construção do texto em base semêmica e a atualização do texto, que se constituem no instrumental básico para uma abordagem semiológica do texto.

Numa ambiência em que permanece a idéia do texto como uma máquina semântico-pragmática, a função sónica subsume, com vantagem, as características e implicações do signo, para, em nível textual, revelar-se como uma entidade de realização comunicativa produtora de sentido, que tem por mediadoras a figura do interpretante e a noção de intertextualidade.

Relegado ao segundo plano, o código predeterminado cede lugar à mensagem, tecida na sua mais diletta forma, a metáfora: "A verdade é que a metáfora é exatamente aquele instrumento que me permite, ao invés de entender o que é código, construir um código." Com efeito, a boa metáfora é aquela que, uma vez instaurada no domínio público, enriquece o código, gerando, em função do maior ou menor grau de atualização dos semas específicos, os conhecidos sentidos figurados.

O estilo claro e direto do autor, manifesto nos primeiros capítulos, torna a leitura quase compulsória, sobretudo porque a simplicidade da sua forma de expressão tem por correspondente uma visão acurada da matéria de que trata.

* Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas — Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — UNESP — 15055 — São José do Rio Preto — SP.

Sob rigor são estabelecidas relações aproximativas entre aspectos teóricos aparentemente inconciliáveis, a exemplo da convergência entre os modelos de Hjelmslev e os postulados de Pierce. Com igual propriedade são questionados Saussure e Ogden-Richards por suas observações sobre a problemática do significado, e Greimas pelas limitações do mecanismo de oposição binária, como recurso de análise de textos cujos conteúdos apontem para o sistema da espacialidade.

Esse empenho em relacionar conceitos deixa transparecer, desde logo, a cativante preocupação didática do autor. Assim é que o leitor, apesar de conquistado pelo prazer que a obra proporciona, deve sempre ter presente a circunstância de produção da mesma, ou seja, de matéria direcionada para conferências. Do contrário, ver-se-á surpreendido por afirmações inadvertidas que progressivamente trairão sua confiança na leitura.

Se do processo de associação emerge o conteúdo final da obra, tudo parece possível para Eco, quando uma determinada conclusão é desejável — até mesmo o altamente improvável. Vejamos um exemplo: retomando a conhecida análise que Katz e Fodor fazem de *bachelor* (solteiro), Eco apresenta os quatro significados dados em forma dicionária — 1. “homem não casado”; 2. “homem ou mulher que obteve o primeiro grau de formatura numa universidade” (ou, textualmente, segundo os referidos autores: “*having the academic degree conferred for completing the first years of college*”); 3. “pajem de um cavaleiro”; 4. “tipo de foca que não se acasala no período do cio”.

Fundamentando-se na visão de Jakobson de que as quatro acepções de *bachelor* dependem de uma única propriedade semântica, o “inacabado”, Eco passa à argumentação em favor da postura *jakobsoniana*, que merece destaque não pelo mérito da questão em pauta, mas sim pela gratuidade das afirmações contidas:

“É inacabada uma pessoa que ainda não se casou, porque não completou sua carreira biológica; é inacabada uma pessoa que é pajem de um cavaleiro, porque ainda não se tornou cavaleiro; é inacabada uma pessoa que obteve o grau de bacharel, porque ainda não obteve o de mestre e o de doutor; é inacabada a pobre foca pela mesma razão pela qual é inacabado o *bachelor*, porque não conseguiu alcançar a finalidade da vida de toda foca, que é a de acasalar-se com outra foca do sexo oposto.” (!)

Desnecessário se torna ao leitor chegar à reflexão sobre a verdadeira vocação das focas, de vez que as três primeiras justificativas, por si, demonstram a fragilidade das proposições argumentativas do autor. Intuições dessa natureza permeiam a obra, causando desconforto a quem conhece e respeita Umberto Eco, pelo brilhantismo de suas idéias e pelo rigor metodológico que o elevaram a

condição de semiólogo de primeira linha: *Apocalípticos e Integrados*, *A Estrutura Ausente* e *Tratado Geral de Semiótica* seriam suficientes para ilustrá-lo. . .

Fiel ao percurso traçado, a obra caminha para uma arrastada análise de dois textos de Alphonse Allais, "Un Drame Bien Parisien" e "Le Templiers", que obrigam o leitor a um constante folhear de apêndices, impondo-lhe um obstinado esforço que resulta na ausência da contrapartida gratificação intelectual.

Duas grandes vertentes aparecem como fontes para o trabalho: uma representada por suas próprias obras *Tratado Geral de Semiótica* e *Lector in Fabula*; outra por idéias de autores como Hjelmslev, Pierce, Saussure, Greimas, Frege, Ogden e Richards, Jakobson e outros.

Em vários momentos, a exposição parece caótica, pois, de um lado o autor faz remissões a assuntos já tratados em suas obras e os dá por conhecidos pelo leitor; de outro, trabalha com idéias alheias, às vezes formulando-as e produzindo ilações, sem proceder à devida delimitação ou identificação de sua origem. São constantes as citações de nomes e de conceitos, sem qualquer outra referência sobre as respectivas obras, datas de publicação, ou coisa que o valha. Observe-se que ao longo de toda a obra são registradas apenas três notas referenciais de rodapé: duas dele próprio, *O Signo* e *Lector in Fabula*, e uma de Christine Brook-Rose, *Grammar of Metaphore*, esta sem indicação de local de publicação, editora ou data.

Ora, ensaios apresentados sob a forma de conferências, sabemo-los desobrigados de citações que truncariam o raciocínio do ouvinte, dificultando-lhe a compreensão. Entretanto, assumida a publicação dos mesmos, após um tratamento de *copydesk*, revisão e produção sob o formato de livro, com intenções visivelmente acadêmicas, não estaria implícita a sujeição dos textos às regras elementares da produção científica? Entendemos que sim, sobretudo pelas pretensões didáticas do autor. Afinal, já são tantos os descaminhos que concorrem, nos meandros da indústria cultural, com a autêntica postura científica, que seria desejável um ensino sistematizado sempre atento à não convivência com a dinâmica desse processo reificador.

Mais apocalípticos que Umberto Eco, insistimos em que pelo menos as editoras universitárias permaneçam como reduto do rigor metodológico, nas publicações a serem comercializadas sob suas chancelas.

Maria Helena de Moura NEVES *

CARONE, Flávia de Barros — *Morfossintaxe*. São Paulo, Ática, 1986. 109 p. (Série Fundamentos, v. 12).

O livro *Morfossintaxe*, volume 12 da Série Fundamentos, da Editora Ática, a despeito do título, divide-se em duas partes — “Morfologia” (p. 21-45) e “Sintaxe” (p. 46-99) — colocadas entre uma Introdução — “Pressupostos teóricos” — e uma Conclusão.

A Introdução se inicia poética, o que já anuncia o tratamento feito com verdadeiro deleite de um assunto que nos acostumamos a ver como teórico-prático, esquecendo-nos de que, acima de tudo, a linguagem é *poiesis*, é criação.

Quem é que disse que a metalíngua não pode ser poética? É o que nos vem à mente logo na epígrafe de Mário de Andrade que fala da força dominadora das palavras sobre a sensibilidade e que abre o Capítulo 1, exatamente o que nos dá os pressupostos teóricos da obra. A seguir, numa saborosa tentativa de “sentir” as palavras (p. 8), Flávia Carone incursiona por Pedro Nava para chegar ao estabelecimento do conceito de plano de expressão e plano de conteúdo.

Saindo dos pressupostos teóricos e passando à prática do estudo da língua, à técnica de análise, a autora nos acena com João Cabral de Melo Neto e suas palavras-pedras (p. 21) — quem diria? — ilustrativas de uma lição de morfologia.

Na sintaxe, fala-nos a autora também de poetas, que “sabem de tudo — de amor e de sintaxe” (p. 46). O poeta que nos dá lição através de Flávia Carone é Edith Pimentel Pinto. Dela aprendemos que o amor “se insinua nas letras/trama os sintagmas/escala as pautas e nas ameias/instala a bandeira da frase”. A partir daí vem a lição: 1) tece-se uma rede estrutural dos sintagmas, ao mesmo tempo que os sintagmas se amarram entre si, em urdidura gramatical mais alta; 2) a modulação (entonação + ritmo) é componente lingüístico da frase; 3) “sintagmas

* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

estruturalmente organizados e relacionados entre si constituem o material morfosintático que, dotado de modulação adequada, se erige em frase” (p. 47). E, afinal, temos que um poeta nos “disse tudo o que precisávamos saber sobre frase” (p. 44).

O que é importante é que as epígrafes poéticas não são nem “pretextos” — o que, no mínimo, é de mau gosto — nem “apelações” — o que, no mínimo, é de mau-caráter. Elas estão naturais onde estão, porque elas são, na verdade, exemplares ilustrativos de um grande achado da autora: o fazer saber poético dá conta igualmente do prático e do teórico, porque paira acima deles. A linguagem é vida e a vida é *poiesis*, é o fazer das coisas.

Por isso mesmo a obra é didática. Isso, aliás, é o que se pode dizer, acima de tudo, dela. Poucas vezes, por exemplo, se terá apresentado com tanta possibilidade de êxito na compreensão de uma ampla faixa de leitores os conceitos de “plano da expressão”, “plano do conteúdo”, “função”, “substância”, “forma”; e talvez nunca se tenham apresentado com tanta simplicidade termos como *morfema*, *morfe*, *vocábulo*, *lexia*, *sintagma*, *rese*, *dirrema*. Poucas vezes, ainda, se terá procurado estimular indagações e conduzir a soluções de problemas de ensino/aprendizagem da língua materna que surgem em sala de aula.

Tudo isso, entretanto, e nem, ainda, a linguagem fácil, fluente — até “alegre”, diríamos — bastaria para conferir ao livro a importância que, com certeza, tem ele no contexto bibliográfico da Lingüística portuguesa atual. Revela, sobremaneira, a precisão obtida dentro da simplicidade de exposição. E revela, acima de tudo, a coesão interna da obra, que, mostrando aparentemente um simples percurso entre dois níveis de gramática — a morfologia e a sintaxe* —, constrói, entretanto, um edifício teórico, inspirado basicamente em Hjelmslev e Tesnière, em que a metalinguagem dá conta do inter-relacionamento existente entre esses dois níveis, no funcionamento da linguagem.

Completam a obra uma bibliografia comentada, reduzida, é verdade, mas que, dentro de seus propósitos, é bastante orientadora, e um vocabulário crítico bem elaborado, que, entretanto, melhor cumpriria sua função — julgamos — se apresentasse remissões a trechos da obra onde a conceituação se ilustrasse e se operacionalizasse.

Concluindo, o livro *Morfossintaxe*, de Flávia de Barros Carone, pela medida certa entre a generalidade e a especialidade, constitui um indivíduo exemplar de uma série *Fundamentos*.

* A própria autora diz, na p. 10: “Definem-se, em conseqüência, os limites do caminho que será percorrido neste estudo; em um extremo, o *morfema* (menor unidade significativa); no outro, o *período* (simples ou composto)”.

SUBJECT INDEX

V. 30/31

- Anti-fable**
 Millôr Fernandes, p. 85
- Brazilian translation**
 critical analysis
 The name of the Rose
 Umberto Eco, 95
- Epinician ode**
 Sixth Nemean
 Pindar
 introductory study, p. 107
- Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa**
 Jerônimo Soares Barbosa
 doctrinai aspect, p. 37
- Guarani language**
 Mbiá dialect
 phonological rules, p. 79
- Jerônimo Soares Barbosa**
 Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa
 doctrinai aspect, p.37
- Mbiá dialect**
 phonological rules, p. 79
- Millôr Fernandes**
 anti-fable, p. 85
- Neologisms**
 substantive composition
 political vocabulary, p. 55
- Phonologic notation**
 Portuguese language, Brazil
 pedagogic purpose, p. 63
- Pindar**
 Sixt Nemean
 introductory study, p. 107
- Political vocabulary**
 neologisms
 substantive composition, p. 55
- Portuguese language, Brazil**
 phonologic notation
 pedagogic purpose, p. 63
- Portuguese sentence**
 logic-semantic view
 syntatic structure, p. 15
- Syntatic structure**
 logic-semantic view
 Portuguese sentence, p. 15
- Teacher's training**
 teaching of Portuguese, p. 11
- Teaching of Portuguese**
 teacher's training, p. 11
- Umberto Eco**
 The name of Rose
 Brazilian translation
 critical analysis, 95

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHOR INDEX
V. 30/31

ALVES, I. M.	p.	55
FIORIN, J. L.	p.	1,85
FONDA, E. A.	p.	95
GUEDES, M.	p.	79
HOYOS-ANDRADE, R. E.	p.	65
IGNÁCIO, S. E.	p.	15
LOPES, E.	p.	37
PESSÔA, R. M.	p.	11
SANTOS, F. S. dos	p.	107

ÍNDICE DE RESENHAS
REVIEWS INDEX
V. 30/31

Autores e Resenhadores
Author and Reviewers

CARONE, F. de B.	p. 127
ECO, U.	p. 123
JUNQUEIRA, V. H. G., res.	p. 123
NEVES, M. H. de M., res.	p. 127

Livros resenhados
Reviewed books

Conceitos de texto	p. 123
Morfossintaxe	p. 127

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

ALFA publicação da UNESP tem por finalidade divulgar trabalhos inéditos, comunicações e resenhas sobre lingüística redigidos em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, italiano, inglês ou alemão) elaborados por docentes da Universidade ou por outros especialistas. Só serão resenhados livros que tenham sido publicados nos dois últimos anos, em se tratando de obras nacionais e quatro anos para as publicações estrangeiras, cabendo à Comissão de Redação a seleção dos trabalhos para publicação.

Cada número terá também uma seção *Tendências*. Essa seção deverá reunir artigos que estejam voltados para um assunto em evidência na época da organização da revista e que reflitam o pensamento dos Professores da UNESP.

Os trabalhos deverão ser encaminhados diretamente ao Diretor de publicação em três vias, em uma só face, espaço duplo e em folha de papel tamanho ofício, com 25 linhas e 60 espaços, evitando cortar as palavras no final da linha, mesmo que a margem fique irregular. Deverão obedecer a seguinte seqüência: Título, subtítulo (quando necessário); Autor(es) por extenso e apenas o sobrenome em maiúsculo; Filiação científica em nota de rodapé, indicada por asterisco; Texto.

Citação no texto — Os autores referenciados serão indicados pelo número de referência. Acrescenta-se o número da página, em caso de citação textual ou quando o autor julgar necessário. Caso a clareza do texto o exigir, o articulista poderá mencionar, entre parêntesis, também o sobrenome do autor. Ex.: (ANDRADE, 5, p. 8).

Tabelas — Serão numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo seu título.

Ilustrações — (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) serão designados no texto como "Figuras" (Fig.) e numerados seqüencialmente com algarismos arábicos.

Desenhos e gráficos — Deverão permitir perfeita reprodução em clichês com redução de 6,5 cm. Os desenhos serão feitos em papel vegetal e tinta nanquim. Deverá ser indicada no texto a localização das ilustrações. Quando as ilustrações excederem a quatro a Comissão de Redação reserva-se o direito de solicitar a redução de seu número.

Observações, aditamentos e pormenores do texto poderão aparecer em notas de rodapé, indicados por asterisco.

MATÉRIA DE REFERÊNCIA

Resumos: Constará do resumo: citação bibliográfica, resumos em português antecedendo o texto e outro em inglês no final do trabalho, antes da referência bibliográfica. Não deverão exceder a 100 palavras. Para o resumo em inglês deverá ser adotada a palavra ABSTRACT.

Unitermos — Palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do artigo. Os três principais unitermos serão escritos em primeiro lugar. Para o termo em inglês deverá ser adotada a palavra KEY-WORDS.

Quando o artigo for em língua estrangeira o resumo final do trabalho deverá ser em português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS — Devem ser pela ordem alfabética do sobrenome do autor, numeradas consecutivamente e apresentadas de acordo com os exemplos abaixo:

Artigos: MÉNARD, N. — Richese lexical e et mots rares. *Les Français moderne*, Paris 46 (1): 33-43, 1978.

Livros: CARDOSO, E. — *Guia de conversação português-inglês*, 2. ed. Lisboa, Bertrand, 1971.

FRANÇOIS, D. — A noção de norma em lingüística. In: MARTINET, J. et alii — *Da teoria lingüística ao ensino da língua*. Rio de Janeiro. Ao Livro Técnico, 1979. p. 87-97.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos bem como a exatidão das referências bibliográficas são de responsabilidade exclusiva dos autores.

SEPARATAS — Serão distribuídas 25 (vinte e cinco) separatas ao primeiro autor do trabalho.

Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores para as necessárias adaptações que serão indicadas em carta pessoal.